



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ELIAS PAES DE ARAÚJO

**QUILOMBO BOA NOVA DE PROFESSOR JAMIL: OLHARES SOBRE RACISMO,
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E EMPODERAMENTO**

CERES – GO
2022

ELIAS PAES DE ARAÚJO

**QUILOMBO BOA NOVA DE PROFESSOR JAMIL: OLHARES SOBRE RACISMO,
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E EMPODERAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo *Campus Ceres* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

CERES – GO

2022

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

AAR663 Araújo, Elias Paes de
q Quilombo Boa Nova de Professor Jamil: Olhares
sobre racismo, educação não formal e empoderamento /
Elias Paes de Araújo; orientador Dr. Marco Antônio de
Carvalho. -- Ceres, 2022.
135 p.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação
em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) --
Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2022.

1. Quilombo Boa Nova. 2. Racismo. 3. Educação não
formal. 4. Empoderamento. 5. Educação Quilombola. I.
Carvalho, Dr. Marco Antônio de, orient. II. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRICÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

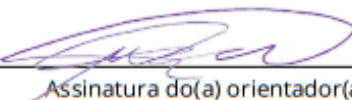
/ /

Data



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 22/2022 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

**COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS BOA NOVA DE
PROFESSOR JAMIL, GO: OLHARES SOBRE RACISMO, EDUCAÇÃO
NÃO FORMAL E EMPODERAMENTO**

Autor: Elias Paes de Araújo
Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO, em 29 de março de 2022

Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano - Campus Posse

Prof. Dr. Kleiton Rocha Saraiva
Avaliador Interno
Instituto Federal do Piauí

Prof. Dr. Kaled Sulaiman Khidir
Avaliador Externo
Universidade Estadual de Minas Gerais

Documento assinado eletronicamente por:

- Kleiton Rocha Saraiva, Kleiton Rocha Saraiva - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (10806496000149), em 10/05/2022 14:33:29.
- Kaled Sulaiman Khidir, Kaled Sulaiman Khidir - Professor Colaborador - Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí (10651417000259), em 06/05/2022 16:41:23.
- Marco Antonio de Carvalho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/05/2022 15:54:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/03/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 370951
Código de Autenticação: bf4a073919





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 23/2022 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

Histórico e características de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova.

Autor: Elias Paes de Araújo
Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 29 de março de 2022

Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Presidente da Banca e Orientador
Campus Posse

Instituto Federal Goiano -

Prof. Dr. Kleiton Rocha Saraiva
Avaliador Interno
Instituto Federal do Piauí

Prof. Dr. Kaled Sulaiman Khidir
Avaliador Externo
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Kleiton Rocha Saraiva, Kleiton Rocha Saraiva - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (10806496000149), em 10/05/2022 14:32:46.**
- **Kaled Sulaiman Khidir, Kaled Sulaiman Khidir - Professor Colaborador - Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí (10651417000259), em 06/05/2022 16:42:26.**
- **Marco Antonio de Carvalho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/05/2022 15:57:19.**

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/03/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 370954
Código de Autenticação: 5087dafbcb



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às e aos quilombolas do Quilombo Boa Nova, de
Professor Jamil.*

AGRADECIMENTOS

À Deus e à Vida, por ter me permitido viver esta experiência profunda de formação e desenvolvimento humano;

Ao Colégio Estadual Otoniel da Cunha e aos amigos que fiz nesta instituição. Vocês foram imprescindíveis para que eu conhecesse o ProfEPT, bem como me aproximasse da Educação Escolar Quilombola.

À Luzia Cristina do Carmo, liderança do Quilombo Boa Nova, que abriu as portas da comunidade e de sua casa, me apoiando em todas as etapas da pesquisa.

Ao Professor Dr. Marco Antônio de Carvalho por mediação tão humana em relação à Educação do Campo e Educação Quilombola.

À minha noiva Nathália, pelo companheirismo e presença amiga, me incentivando e apoiando durante todo este percurso de formação.

À minha família, por todo apoio, valorização e incentivo a este percurso. Essa é uma vitória por todos nós.

Aos meus sogros, por todo apoio e incentivo, durante esta caminhada.

Aos meus mestres e mestras do ProfEPT, por todo conhecimento compartilhado.

Aos meus companheiros e companheiras de curso, que tornaram mais leve o árduo caminho de formação.

Aos professores e professoras da minha banca de Qualificação e Defesa, pela leitura cuidadosa e valiosas contribuições.

***Extraímos os frutos das árvores
Expropriam as árvores dos frutos***

***Extraímos os animais da mata
Expropriam a mata dos animais***

***Extraímos os peixes dos rios
Expropriam os rios dos peixes***

***Extraímos a brisa do vento
Expropriam o vento da brisa***

***Extraímos o fogo do calor
Expropriam o calor do fogo***

***Extraímos a vida da terra
Expropriam a terra da vida***

***Politeístas!
Pluristas!
Circulares!***

***Monoteístas!
Monistas!
Lineares!***

(Nego Bispo)

RESUMO

Este trabalho decorre de pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Campus Ceres. Busca compreender como uma comunidade negra, a Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova, de Professor Jamil – GO, tem realizado o enfrentamento ao racismo e a busca do próprio empoderamento por meio de seu autorreconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombos e da formalização de uma Associação Quilombola, instituição de natureza jurídica que exerce um poder formativo sobre seus membros, ao mesmo tempo em que potencializa e legitima socialmente ações que objetivam a transformação da própria realidade. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas em investigação, abordando autores como Marx (1983), Freire e Shor (1986), Enguita (1989), Nosella (2007), Saviani (2007), Silva Júnior e Netto (2011), Lukács (2012), Ghedin (2012), Brandão e Dosso (2013), Gohn (2014) e Souza (2021). No trabalho de campo, os dados foram construídos a partir de entrevista semiestruturada, desenvolvida com 7 participantes, as quais foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas pelos pesquisadores. As análises ocorreram através do referencial teórico da Análise Textual Discursiva (ATD). Os resultados indicam que a organização comunitária, enquanto Comunidade Remanescente de Quilombos e Associação Quilombola, sabidamente espaços não formais de educação, tem contribuído para o enfrentamento ao racismo e para o empoderamento do grupo. A pesquisa possibilitou ainda a construção de um e-book sobre as características e histórico de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova.

Palavras-chave: Quilombo Boa Nova. Racismo. Educação Não Formal. Empoderamento. Educação Quilombola.

ABSTRACT

This study stems from research carried out in the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), offered at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás (IF Goiano), Campus Ceres. It seeks to understand how a black community, the Remnant Community of Quilombos Boa Nova, by Professor Jamil - GO, has carried out the confrontation against racism and the search for its own empowerment through its self-recognition as a Remaining Community of Quilombos and the formalization of a Quilombola Association, an institution of a legal nature that exerts a formative power over its members, at the same time that it potentiates and socially legitimizes actions that aim to transform reality itself. Initially, a bibliographic research was carried out on the topics under investigation, approaching authors such as Marx (1983), Freire and Shor (1986), Enguita (1989), Nosella (2007), Saviani (2007), Silva Júnior and Netto (2011), Lukács (2012), Ghedin (2012), Brandão and Dosso (2013), Gohn (2014) and Souza (2021). In the field work, the data were constructed from a semi-structured interview, developed with 7 participants, which were audio recorded and later transcribed by the researchers. The analyzes took place through the theoretical framework of Discursive Textual Analysis (DTA). The results indicate that the community organization, as a Remnant Community of Quilombos and Quilombola Association, known to be non-formal spaces of education, has contributed to the fight against racism and to the empowerment of the group. The research also enabled the construction of an e-book about the characteristics and history of Professor Jamil and Boa Nova Quilombo.

Keywords: Boa Nova Quilombo. Racism. Non-Formal Learning. Empowerment. Quilombola Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Fluxo de procedimentos para titulação	27
Figura 2 Comunidades quilombolas por Estados brasileiros	35
Figura 3 Fotografia de representação da Quilombo Boa Nova em seus primeiros anos	41
Figura 4 Capa do e-book	78
Figura 5 Cabeçalho do formulário de feedback	81
Figura 6 Satisfação com o e-book	82
Figura 7 Relevância do e-book	82
Figura 8 Satisfação por seções do e-book	83
Figura 9 Satisfação com o conteúdo do e-book	84
Figura 10 Satisfação com a apresentação do e-book	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD - Análise Textual Discursiva

AQBN - Associação Quilombola Boa Nova

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CEB - Câmara de Educação Básica

CBAR - Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais

CPI/SP - Comissão Pró-Índio de São Paulo

CNE - Conselho Nacional de Educação

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CVN/SBB - Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra no DF e Entorno

DCNEEQ - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

EC – Educação do Campo

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ACAR - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GPTE - Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IF Goiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ProfEPT - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

CDN - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

US - Unidade de Significado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTO TEÓRICO E LEGAL DA PESQUISA	17
2.1 FORMAÇÃO OMNILATERAL	17
2.2 HISTÓRIA E DEMANDAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	18
2.3 A PROPOSTA CONTRACOLONIZADORA DE NÊGO BISPO	21
2.4 LEGISLAÇÃO QUILOMBOLA	22
2.3.1 Na constituição Federal de 1988	22
2.3.2 Leis Federais para preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira	23
2.3.3 Decretos Federais sobre direitos dos Povos Indígenas e Tribais	24
3 PERCURSO METODOLÓGICO	39
3.1 APROXIMAÇÕES AO OBJETO	39
3.2 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	40
3.3 PROCEDIMENTOS	43
3.3.1 Revisão bibliográfica	44
3.3.2 Pesquisa documental	44
3.3.3 Instrumento de construção de dados	44
3.3.4 Critérios de inclusão e exclusão de participantes	45
3.3.5 Recrutamento	46
3.3.6 Realização das entrevistas	47
3.4 PARTICIPANTES	47
3.5 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS DADOS	49
4 A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA CONTRA O RACISMO	52
5 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA OMNILATERAL	63
6 O EMPODERAMENTO COMO ITINERÁRIO DE LIBERTAÇÃO	69
7 PRODUTO EDUCACIONAL – desenvolvimento, aplicação e avaliação	77
7.1 DESENVOLVIMENTO	77
7.2 APLICAÇÃO	80
7.3 AVALIAÇÃO	80
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Membros do Quilombo Boa Nova)	93

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semi estruturada com Membros do Quilombo Boa Nova.....	98
APÊNDICE C – Exemplo de Unitarização.....	99
ANEXO A – Certidão de Autodefinição do Quilombo Boa Nova	101
ANEXO B – E-book Histórico e características de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova.....	102

1 INTRODUÇÃO

A população negra sofreu de maneira explícita e legalizada os horrores da segregação, com a exploração e a violência decorrentes dela, durante o longo período em que foi mão de obra escrava no território brasileiro. A promulgação da Lei Áurea em 1888 não elevou os antigos escravos à condição de cidadãos, ao invés disso, a liberdade foi alcançada apenas do ponto de vista formal, mas na prática, faltavam condições efetivas para o gozo dos direitos civis (SILVA, 1998).

Os quilombos foram refúgios construídos por negras e negros, provenientes do continente africano, que vieram, sob grilhões, trabalhar como escravos no Brasil, na época da colonização e expansão da economia açucareira, e posteriormente na mineração do ouro, como uma forma de fugir das imposições do trabalho desumano, das violências físicas e simbólicas que sofriam (PALACIN, 1994; SILVA, 1998). Na história do Brasil o Quilombo mais famoso foi o de Palmares, chegando a abrigar mais de vinte mil pessoas. Nestes espaços, os negros se protegiam e resgatavam suas culturas (FAUSTO, 2013).

Esta pesquisa investiga a importância contemporânea da organização e do autorreconhecimento de comunidades negras como Comunidades Remanescentes de Quilombos, geridos por uma Associação Quilombola, instituições jurídicas que exercem um poder formativo sobre seus membros, por meio da Educação Não Formal, contribuindo para o enfrentamento do racismo e para luta por direitos e fortalecimento social, que correlacionamos com a categoria empoderamento.

O problema abordado teve a seguinte formulação: Qual tem sido a relação entre a Educação Não Formal e a formação omnilateral no Quilombo Boa Nova? O pressuposto do qual partimos foi de que no Quilombo Boa Nova a formação omnilateral recebe a contribuição de espaços não formais de educação, em que prevalecem elementos de valorização da própria história e cultura, promovendo o fortalecimento e emancipação deste grupo social.

O presente estudo teve como objetivo geral investigar a contribuição da Educação Não Formal para a formação omnilateral no contexto do Quilombo Boa Nova. Os objetivos específicos foram: a) Descrever o Quilombo Boa Nova; b – Compreender a relação entre o autorreconhecimento como Quilombo Boa Nova e o

empoderamento de seus membros; e c) Desenvolver um *E-book* sobre o histórico e características de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova.

Na primeira Seção desta pesquisa realizamos uma revisão de literatura, que teve o objetivo de sensibilizar a nossa escuta e olhar, na aproximação em relação ao universo das Comunidades Remanescentes Quilombolas. Refletimos sobre o conceito de formação omnilateral, compreendida como um processo educativo que procura favorecer o desenvolvimento humano em todos os sentidos, principalmente como cidadão; Sobre a Educação do Campo, que compreende que os saberes e fazeres tradicionais são elementos centrais nos processos educativos; nos aproximamos ainda da crítica contracolonial de Bispo (2015) e dos marcos legais que regem os processos de reconhecimento e titulação de comunidades e territórios quilombolas no Brasil.

A segunda Seção apresenta o percurso de construção do trabalho. Consta neste bloco a nossa trajetória de pesquisadores e como ocorreu a aproximação do objeto de pesquisa. Também são detalhados os instrumentos de pesquisa, os procedimentos adotados, a descrição dos participantes e do local de realização da pesquisa, e sobre a metodologia que nos auxiliou na análise dos resultados.

No trabalho de campo foram realizadas 7 entrevistas semiestruturadas, com quilombolas oriundos do Quilombo Boa Nova. Tais entrevistas foram transcritas e analisadas através do método da Análise Textual Discursiva. Os conteúdos foram agrupados em categorias, a partir de temas em comum que se fizeram presentes nas falas dos participantes. Nas sessões seguintes são discutidas as categorias que emergiram da análise das entrevistas: racismo, Educação Não Formal e empoderamento.

A última Seção trata do desenvolvimento, aplicação e avaliação do produto educacional construído a partir das reflexões suscitadas por esta pesquisa, um e-book sobre as características e histórico de Professor Jamil e do Quilombo Boa Nova.

2 CONTEXTO TEÓRICO E LEGAL DA PESQUISA

2.1 FORMAÇÃO OMNILATERAL

A formação omnilateral diz respeito ao modo como os seres humanos se constituem ontologicamente a partir das relações que são estabelecidas com a sociedade e com a natureza (MARX, 1983; LUKÁCS, 2012). Ela é oposta à formação unilateral decorrente do trabalho alienado e pela divisão social do trabalho, paradigma presente na sociedade capitalista (PEREIRA e LIMA, 2009).

Saviani (2007) enfoca que os seres humanos são sempre situados historicamente, não podendo ser compreendidos fora deste pressuposto. As principais dimensões históricas que se fazem presentes são o trabalho e a educação. Através da primeira, o homem se diferencia dos animais ao produzir seus meios de vida, não se adaptando à natureza, mas adaptando a natureza a si. E produzir os próprios meios de vida é que pode ser chamado de trabalho. Por meio da segunda, ocorrem as apropriações relacionadas às condições presentes no contexto social de uma dada realidade.

Um aspecto fundamental nessa discussão é compreender que ela abrange todo o desenvolvimento cultural humano. Ao nascer, o bebê humano já é inserido em um contexto intersubjetivo que o precede. Nos primeiros anos, este recém-nascido será como uma esponja, que absorverá, espontaneamente e por intermediação voluntária e involuntária dos cuidadores, todo o mundo cultural a sua volta (SOUZA, 2021).

Essa introjeção se dá principalmente por identificação afetiva com os cuidadores, principalmente os pais, ou alguém que ocupe essa função. A criança internaliza e reproduz aspectos presentes no dia a dia de seu convívio familiar. O modo de andar, o sotaque, as expressões, os costumes, hobbies, e inúmeras outras coisas (SOUZA, 2021).

Em uma sociedade de classes, como a nossa, esta compreensão é imprescindível. Uma vez que haverá uma tendência hegemônica que pressiona a perpetuação de modelos: pessoas das classes exploradas para continuarem sendo exploradas e pessoas das classes dominantes, para manterem poder e privilégios. Um desses fatores é a educação unilateral. Que em sua vertente de classe dominante transmite a lógica da exploração da natureza e do trabalho (ENQUITA, 1989; SAVIANI, 2007).

Por outro lado, o conceito marxiano de formação omnilateral busca uma formação humana integral, que se esforça por compreender a totalidade das relações sociais que são estabelecidas no lugar de produção da vida, favorecendo a construção de consciência de classe. Podendo contribuir, dessa forma, para melhor posicionamento político dos envolvidos e intervenções mais efetivas no sentido de libertação das opressões (NOSELLA, 2007).

Este é um ponto especialmente importante no contexto brasileiro das Comunidades Remanescentes de Quilombos, uma vez que as lutas, resistências e conquistas da especificidade do seu lugar social demanda consciência crítica, sempre alimentada por processos de formação para a cidadania de forma integral, ou seja, omnilateral. É nesse sentido que se insere a formação acadêmica, estudo histórico de sua constituição, valorização da sua cultura, reconhecimento de suas belezas, compreensão do próprio protagonismo frente a desafios e conquistas.

Esta formação não ocorre apenas em contextos formais de educação, mas sobretudo nos ambientes não formais, dos quais as Comunidades Remanescentes de Quilombos se apresentam como representantes.

2.2 HISTÓRIA E DEMANDAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Silva Júnior e Netto (2011) analisam a história da educação do campo no Brasil. Para estes autores, a cultura hegemônica inferioriza, estereotipa e segrega as identidades rurais, considerando a cultura do campo como arcaica, ultrapassada e sem valor. Sob esta perspectiva a subjetividade rural deve ser urbanizada. Os autores apontam que as políticas educacionais e currículos, a partir da segunda metade do século XX, compreendia o campo como uma divisão sociocultural a ser superada.

Silva Júnior e Netto (2011) apontam que historicamente o Estado brasileiro foi omissos em diversas dimensões, no que diz respeito à educação do campo, como na não formulação de diretrizes; no pouco investimento financeiro, o que tem inviabilizado a manutenção de escolas de qualidade; ausência de políticas para formação inicial e continuada, bem como plano de carreira para docentes da educação do campo.

Com o golpe militar de 1964 a educação se ancorou no binômio segurança nacional e desenvolvimento econômico. Os educadores que pleiteavam dar voz a projetos de educação popular foram perseguidos, sofreram prisão e exílio. A partir de 1970 as vozes que clamavam contra o autoritarismo cresceram e outras

possibilidades para a escola rural começaram a ser pensadas. Com a documentou-se a oferta de Educação Básica para a população rural.

No entanto, ainda eram desafios da escola do campo na década de 1990: perfil do aluno rural, que também era trabalhador do campo; distanciamento de pais em relação à escola; currículo inadequado; estruturação didático-metodológica deficiente; sala multisseriada, ausência de material didático de apoio, entre outros. Um fato que chamou a atenção dos autores foi a emergência, no cenário nacional, de movimentos sociais do campo, que nas últimas décadas do século XX, reclamaram uma escola do campo que contemplasse a subjetividade rural.

À época que o artigo foi escrito (2011), os autores indicaram que havia uma organização entre movimentos sociais do campo, políticos e professores universitários, para buscar possibilidades para a educação do campo, considerando a riqueza de saberes presentes na cultura rural. Esta postura é respeitosa quanto à diversidade brasileira.

Silva Júnior e Netto (2011) consideram importantes o trabalho do movimento social nomeado “Por uma educação do campo” e o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPTE). O “Por uma educação no campo” considera que “o paradigma da educação do campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela oportunidade de permanecer nela” (SILVA JÚNIOR; NETO, 2011, p. 51).

Entre os princípios defendidos pelo GPTE, encontram-se o papel da escola de formar e promover a emancipação dos sujeitos, valorização dos saberes e cultura dos educandos, diferentes espaços e tempos de aprendizagem dos sujeitos, educação e desenvolvimento sustentável, entre outros.

Estes cuidados com educação do campo pautam-se no entendimento que a escola deve proporcionar que o aluno se aproprie da cultura acumulada historicamente, desenvolva diferentes visões do mundo e da vida, cresça na interpretação da realidade, mas sem perder seus traços identificadores, que dizem respeito à sua subjetividade (SILVA JÚNIOR; NETO, 2011).

Nesse sentido, Ghedin (2012) aponta a diferença entre educação do campo e educação rural. A primeira é protagonizada pelos trabalhadores do campo, visando por meio de um projeto político-pedagógico, a partir de seus próprios sujeitos a construção de um ambiente mais sólido. Neste sentido a escola pretende não só formar alunos e alunas, mas promover uma educação que possa contribuir com a vida

dos e das estudantes no meio em que este se insere dentro e fora do espaço escolar. Já a segunda destina-se aqueles que residem e trabalham em zonas rurais e, ao contrário da primeira vão reproduzir aos aprendizes a mesma modalidade oferecida aos que moram e trabalham em cidades urbanas, sem nenhuma tentativa de adequar a escola rural as características e realidades daqueles que a frequentam.

Embora a Educação do Campo tenha rompido com o paradigma da Educação Rural, ao considerar as especificidades dos sujeitos do campo, ainda há desafios, principalmente no que diz respeito às peculiaridades territoriais que contemplem as populações tradicionais.

Dosso e Brandão (2013) apontam três momentos da História da Educação do Campo, no Brasil. O primeiro momento é marcado pela negação, pelo não reconhecimento dos sujeitos do campo como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros nas políticas públicas educacionais, mesmo que o Brasil seja um país eminentemente agrário. Este momento se estendeu da colonização até a década de 1930.

No segundo período, o texto destaca alguns marcos: Em 1930: Ruralismo Pedagógico, em que a preocupação com a Educação Rural, que se inicia em virtude do êxodo rural e a preocupação em fixar as populações no campo, diminuído o fluxo em direção às cidades, no contexto do início da industrialização brasileira. 1937: criação da Sociedade Rural. A cidade representava a modernização e o progresso, o campo, por outro lado, o antigo e o rústico. Em 1945 surge a Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais (CBAR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ACAR), atual EMATER, que passa por processo de liquidação. O camponês era entendido como carente, subnutrido, pobre e ignorante e, por isso deveria ser assistido e protegido. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61, não tinha efetiva preocupação com a educação rural e sim com a educação urbana.

O terceiro período se inicia com a constituição de 1988 que aponta, no artigo 205 a “educação como direito de TODOS e dever do Estado”. Na Lei 9.394/96 (LDB), o artigo 28, estabelece as normas para a educação do campo:

- Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
- I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
 - II- Organização escolar própria, incluindo à adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
 - III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, s/p).

A formulação de propostas seguiu intensa no final dos anos 1990, com a realização de importantíssimos eventos nacionais em que a Educação do Campo foi discutida, como o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, que é considerado o marco inicial do “Movimento Nacional de Educação do Campo”. Em 2004 ocorreu a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo. Destes esforços construiu-se a identidade da Educação do Campo como aquela que respeita os acampados, assentados, atende aos faxinalenses, ilhéus, ribeirinhos e quilombolas. Entende Escola do Campo aquela que busca praticar uma Educação que estude a realidade dos pequenos produtores, assalariados rurais temporários, boias frias, atingidos por barragens e arrendatários de terras.

Por fim, os autores defendem a necessidade da educação pública de qualidade para toda a classe trabalhadora da sociedade brasileira e, dentro dessa classe, os povos do campo.

2.3 A PROPOSTA CONTRACOLONIZADORA DE NÊGO BISPO

Ao abordar o tema da colonização do Brasil, Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, propõe três conceitos: colonização, recolonização e contracolônização. Colonização é compreendida como “processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2015, pp. 57-58). Foi o que ocorreu no Brasil com a chegada dos portugueses, que invadiram, expropriaram, exterminaram e impuseram a própria cultura à força, a indígenas e povos africanos.

Santos (2015) reflete que o Brasil sofreu outra onda de colonização na história recente, após a Segunda Guerra Mundial, chamada por ele de recolonização. Com este conceito o autor se refere ao processo das “atuais recolonizações das populações tradicionais contemporâneas [...] Ataques e ameaças do capitalismo desenvolvimentista contra as populações tradicionais da contemporaneidade” (SANTOS, 2015, p.22).

Tal realidade pode ser percebida desde projetos de escolarização e alfabetização das populações do campo, de forma descontextualizada de seus modos de vida e insensíveis às suas especificidades culturais e saberes tradicionais, com o

saber da escola desqualificando o saber das comunidades; a desvalorização cultural e pejorativa dos povos do campo associada à crescente demanda por mão de obra em centros urbanos promoveu acentuado êxodo rural, esvaziando demograficamente o campo e insuflando áreas urbanas (SANTOS, 2015).

Comunidades rurais esvaziadas, lideranças enfraquecidas, tecnologias oriundas da Segunda Guerra Mundial, novo arranjo sociodemográfico, com a maioria da população nas cidades, constituíram um cenário favorável para o avanço da monocultura mecanizada em nossas áreas rurais. O que pode ser lido como novo processo de colonização. Uma frente tecnologicamente mais desenvolvida avança e afugenta populações já estabelecidas (SANTOS, 2015).

Em direção oposta a esta, Santos (2015) propõe o conceito de contracolônização: “vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2015, p. 58). Esta tem sido uma luta das comunidades remanescentes quilombolas contemporâneas, que buscam resistir à desvalorização da própria cultura e modos de vida, trabalho, interação com a natureza e socialização

2.4 LEGISLAÇÃO QUILOMBOLA

A contínua luta por liberdade e justiça social, dos povos tradicionais, movimentos sociais e sociedade civil, conquistaram direitos de extrema importância a partir da Constituição Federal de 1988 (CF 88). Em relação aos quilombolas, a legislação estabelece providências sobre o reconhecimento e posse de suas terras, territórios, história, cultura, educação e contribuição com a sociedade brasileira. Menciona-se, a seguir, apenas alguns dos marcos legais alcançados, presentes na CF/88, em Leis e Decretos. Existem outras Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções e Portarias, além das que são citadas aqui.

2.4.1 Na constituição Federal de 1988

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), cujo objetivo é apontar normas imprescindíveis e fundamentais ao ordenamento jurídico nascente, da Constituição Federal de 1988, encontra-se, no Artigo 68:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos (BRASIL, 1988)

Já o Artigo 215 enfatiza que o Estado se compromete a garantir o “pleno exercício dos direitos culturais”, reconhecendo que para isso, é necessário que culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, sejam protegidas, dada a vulnerabilidade em que se encontram, diante de interesses econômicos, sobretudo ligados ao agronegócio, e do racismo implícito e explícito hegemonicamente presente na sociedade.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988).

O Artigo 216 versa sobre a constituição do patrimônio cultural brasileiro, tombando todos os documentos e espaços que conservem memórias históricas dos antigos quilombos. Isso quer dizer que o Estado reconhece seu valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, seu significado afetivo para a população, e coloca para si a missão de o preservar, por meio de leis, com o intuito de impedir sua destruição ou descaracterização.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

[...]

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

2.4.2 Leis Federais para preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira

A Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e

foro no distrito Federal, cuja finalidade é promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Em seu Artigo 2º, Inciso III, a Lei diz que cabe à FCP:

III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001) (BRASIL, 1988).

Outras leis de grande relevância são a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que Institui o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, nos seguintes termos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

2.4.3 Decretos Federais sobre direitos dos Povos Indígenas e Tribais

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra aos 7 de junho de 1989, aborda sobre Povos Indígenas e Tribais. Reconhece o apelo desses povos por se estabelecerem como protagonistas a respeito de suas próprias instituições, formas de vida, desenvolvimento econômico e fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões. Observa a necessidade de se posicionar contra a deterioração de suas leis, valores, costumes e perspectivas. Aponta a consciência acerca da identidade indígena ou tribal do grupo como critério fundamental para o seu reconhecimento.

As disposições da Convenção 169 da OIT foram promulgadas no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, posteriormente ratificado pelo Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, e pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de

2007, cujo texto apresenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que em seu Artigo 3º, inciso I, são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007)

A Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), elaborou o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). Este documento afirma que os quilombolas, como demais Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, a saber, povos indígenas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades de fundo de pasto, dentre outros, reproduzem sua existência nos territórios tradicionais, sendo estes indispensáveis para sua reprodução cultural, social e econômica (CNE/CEB, 2012).

O Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em seu artigo 20, aborda quais grupos são considerados remanescentes de quilombos:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

2.4.4 Fluxo de procedimentos para titulação de terras quilombolas

A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) é uma organização não governamental (ONG), fundada em 1978, por antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes, com o objetivo de atuar junto a índios e quilombolas, auxiliando-os para garantia de direitos territoriais, culturais e políticos. Em seu site

apresenta uma possibilidade de fluxograma (Figura 1) no que diz respeito aos passos e procedimentos envolvidos na titulação de terras quilombolas (CPI-SP, 2022). No entanto, é preciso destacar que os protocolos para reconhecimento e titulação de territórios quilombolas são nacionais. O exemplo da CPI-SP foi escolhido pela forma didática com que apresenta estes procedimentos. Os passos necessários para que uma Comunidade Quilombola obtenha o título de sua terra são os seguintes:

a) ABERTURA DO PROCESSO

O processo pode ser aberto por solicitação de qualquer interessado, de entidades ou de associações representativas de quilombolas ou pelo próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Na maioria dos casos, são atendidas as demandas dos quilombolas. Os processos são abertos pelas Superintendências do INCRA nos estados (CPI-SP, 2022).

b) CERTIDÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP)

A partir da publicação da Instrução Normativa nº 49, de 15 de setembro de 2008, o início do processo de titulação pelo Incra depende da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP). Dessa forma, a comunidade só poderá ter sua terra titulada se tiver a certidão da Fundação Cultural Palmares, conforme os procedimentos apresentados na Portaria FCP Nº 98 de 2007. Entre as exigências estão presentes a apresentação da ata da assembleia em que a comunidade aprova o seu reconhecimento como quilombola, bem como o relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade). É possível ainda que a FCP realize visita técnica à comunidade, para obter informações e esclarecer possíveis dúvidas. Para a emissão da certidão, não há prazo definido (CPI-SP, 2022).

Figura 1 Fluxo de procedimentos para titulação



Fonte: Adaptado da Comissão Pró-Índio de São Paulo, acesso em 23/03/2022 (site).

c) RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) tem por objetivo identificar o território quilombola bem como a situação fundiária da terra em questão. O órgão responsável por executar esta demanda são as Superintendências Regionais do INCRA. O estudo pode ser realizado com a participação da comunidade.

Ao abrir o processo, o INCRA provoca os seguintes órgãos, para que estes apresentem informações que possam corroborar com os estudos de identificação do território:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN; Fundação Cultural Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e seu correspondente na Administração Estadual; e Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Compõem o RTID os seguintes documentos: relatório antropológico; levantamento fundiário; planta e memorial descritivo; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento da eventual sobreposição a unidades de conservação, a áreas de segurança nacional, faixa de fronteira, terras indígenas, terrenos de marinha, terras públicas federais e em terras dos estados e municípios; parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada (CPI-SP, 2022).

d) ANÁLISE PELO COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

Após sua conclusão, o RTID é enviado para ser analisado pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA. São desfechos possíveis deste passo: a aprovação do relatório e sua liberação para ser publicado nos Diários Oficiais; ou sua reprovação. Neste segundo caso, ainda é possível que sejam solicitadas revisões, complementações e nova submissão ao Comitê (CPI-SP, 2022).

e) ARQUIVAMENTO

Caso se conclua que a impossibilidade de reconhecimento para a área em demanda, estudos complementares podem ser solicitados, ou o processo é encaminhado para arquivamento. Neste caso, notifica-se a comunidade interessada e a Fundação Cultural Palmares, sendo a decisão publicada no Diários Oficiais competentes. A comunidade pode recorrer da decisão (CPI-SP, 2022).

f) CONSULTA A ORGÃOS E ENTIDADES

Simultaneamente à publicação, encaminha-se o RTID aos órgãos governamentais citados no passo c, dada a possibilidade do território quilombola se sobrepor a áreas sob administração destes. Tais órgãos podem se manifestar em até 30 dias. Caso não o façam, entende-se que existem restrições. Caso não o façam, o INCRA conclui que não existem restrições à titulação da terra em questão. Caso se manifestem, o INCRA pode tomar as medidas cabíveis em até 30 dias (CPI-SP, 2022).

g) PUBLICIDADE E CONTESTAÇÃO

Obtendo aprovação junto ao Comitê de Decisão Regional do INCRA, encaminha-se o resumo do relatório para publicação, junto com memorial descritivo e mapa da área em estudo, por duas vezes, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa. Este documento também é afixado na sede do município onde está situado o território. São emitidas notificações para todos os ocupantes do território pleiteado. Contestações podem ser apresentadas em 90 dias (CPI-SP, 2022).

h) JULGAMENTO DAS CONTESTAÇÕES

Se houver contestações, estas serão julgadas pelo Comitê de Decisão Regional da Superintendência do INCRA. O que pode ocorrer em até seis meses. O andamento do processo depende da finalização dessas decisões. Em caso de contestações serem aceitas, o RTID pode ser alterado, devendo seu resumo ser novamente publicado (CPI-SP, 2022).

i) RECURSO

Contestações não aceitas podem apresentar recurso único em até 30 dias após a notificação. O Conselho Diretor do INCRA em Brasília é a instância competente para realizar esta análise, não tendo prazo definido para que se decida. Se forem aceitos, as modificações serão publicadas nos Diários Oficiais (CPI-SP, 2022).

j) ANÁLISE DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Caso o território em análise se sobreponha a unidades de conservação, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade deverá ser notificado, e são estudadas alternativas para a questão. Se a sobreposição for em relação a áreas de segurança nacional e faixa de fronteira, o órgão a ser notificado é a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional. No caso de sobreposição com terras indígenas, a FUNAI será notificada. Para todos os casos, a Secretaria do Patrimônio da União e a Fundação Cultural Palmares devem ser consultadas. Caso não haja acordo no diálogo com os órgãos mencionados, cabe ao INCRA decidir pela continuidade ou não do processo (CPI-SP, 2022).

k) ENVIO DO PROCESSO PARA A CASA CIVIL

Ocorre no caso em o INCRA e demais órgãos envolvidos não chegarem a consenso sobre o mérito da titulação. Dessa forma, a Casa Civil coordenará os procedimentos para a busca de uma solução (CPI-SP, 2022).

l) ENVIO DO PROCESSO PARA A ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Ocorre em caso de discordâncias em relação a legalidade e validade jurídica da titulação. Neste caso, a Advocacia Geral da União buscará a solução (CPI-SP, 2022).

m) PORTARIA PRESIDENTE INCRA

Este é o último passo do processo, quando se publica uma portaria do Presidente do Incra, em que esta reconhece e declara os limites da terra quilombola. Tal portaria deve ser publicada nos Diários Oficiais (CPI-SP, 2022).

n) PARA CADA SITUAÇÃO, UM CAMINHO

Após a conclusão do processo de consolidação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), este está apto à demarcação física. No entanto, antes que isso ocorra, ainda podem ter outros desdobramentos, a depender das diversas situações jurídicas em que podem se encontrar as terras pleiteadas. Estas podem ser:

Terras públicas federais (áreas que pertencem e são administradas pela União); terras particulares; terrenos de marinha (termo que designa as ilhas, as áreas de várzea as praias que pertencem à União e são administradas pela Secretaria de Patrimônio da União, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dessa forma, apesar de serem chamadas de "terrenos de marinha", essas áreas não são administradas nem pertencem à Marinha); unidades de conservação (espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei N° 9.985/2000)); área de segurança nacional que a faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo; faixa de fronteira - a Constituição Brasileira determina das fronteiras terrestres designadas faixa de fronteira) é fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização será regulada por lei (Artigo 20)); terras públicas estaduais; terras ocupadas por posseiros (CPI-SP, 2022).

Para cada uma das possibilidades mencionadas, existem diferenças de procedimento.

o) DESAPROPRIAÇÃO

Ocorre quando as terras quilombolas encontram-se sobrepostas a domínios particulares. Neste caso, o processo tem início com a assinatura do decreto de desapropriação por parte do presidente da República. A seguir, é ajuizada uma ação de desapropriação. O proprietário particular deverá ser indenizado pelo Estado (CPI-SP, 2022).

p) ANULAÇÃO DE TÍTULOS VICIADOS

Neste caso, este levantamento já consta no RTID, e o INCRA primeiro realiza o cancelamento do título, para então titulá-la em nome dos quilombolas (CPI-SP, 2022).

q) REASSENTAMENTO DE POSSEIROS

Quando a terra está ocupada por particulares não proprietários (posseiros), O INCRA providencia sua retirada, provendo indenizações sobre benfeitorias e, em alguns casos, promovendo o reassentamento de famílias de agricultores (CPI-SP, 2022).

r) REMESSA DO PROCESSO À SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Ocorre nas situações em que o território quilombola, ou um fragmento, se sobreponha a terrenos de marinha. Neste caso, é encaminhado à Secretaria de Patrimônio da União, para que o título seja emitido por esta (CPI-SP, 2022).

s) DEMARCAÇÃO FÍSICA

Quando se realiza a demarcação física dos limites do território quilombola. Através de picadas e marcos, os limites do território passam a ser identificado em campo (CPI-SP, 2022).

t) OUTORGA DO TÍTULO

O INCRA outorga o título definitivo em nome da associação que representa a comunidade ou as comunidades que ocupam a área em questão. Este título tem a característica se ser pró-indiviso, com cláusulas de inalienabilidade, de imprescritibilidade e de impenhorabilidade. Ou seja, a terra não poderá ser dividida, vendida, loteada, arrendada ou penhorada (CPI-SP, 2022).

u) REGISTRO EM CARTÓRIO

Este é o último passo e encerra o processo. O título é registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do “novo” território quilombola legalizado (CPI-SP, 2022).

Os procedimentos para titulação de terras quilombolas constituem um longo processo burocrático, e mobiliza diversas instâncias e atores da República. Em geral, têm sido demorados. Embora seja uma política de Estado, muitas vezes encontram resistência em governos, como o atual. Maiores orçamentos destinados aos órgãos que participam deste processo, especialmente o INCRA, bem como o aumento de cargos técnicos relacionados a estes processos, poderiam ajudar a mitigar o problema.

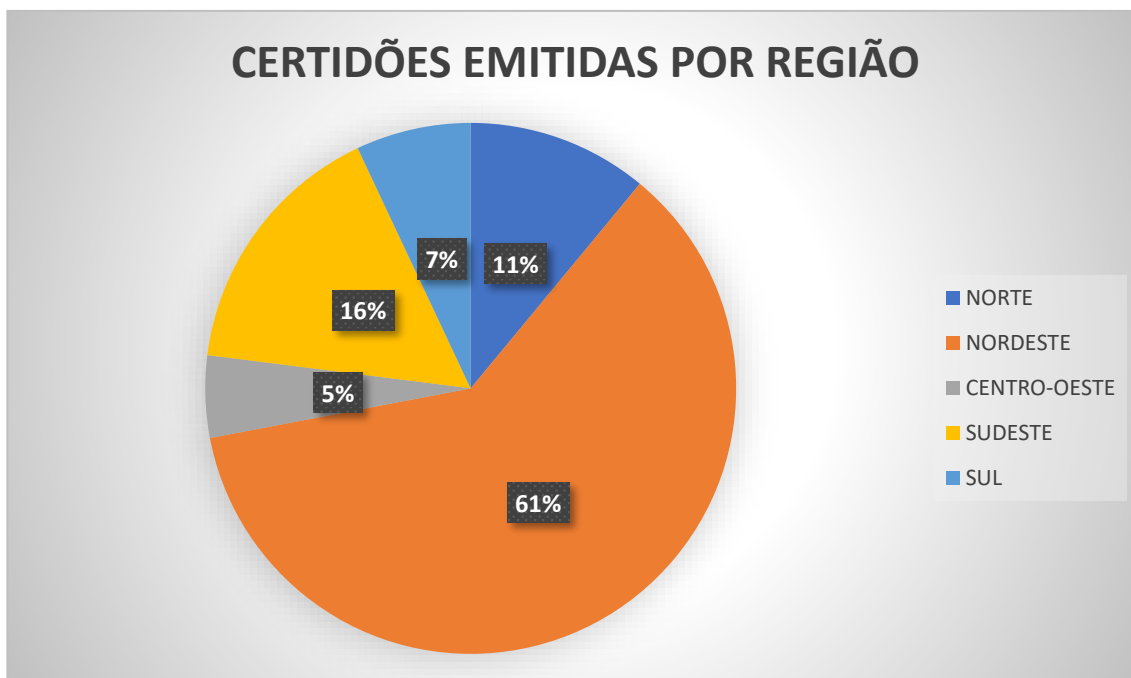
O Quadro 1 apresenta a distribuição numérica das 3.495 Comunidades Remanescentes Quilombolas por região do Brasil. Nem todas as comunidades reconhecidas já possuem certidões emitidas (FCP, 2022).

Quadro 1 CRQs distribuídas por região

QUADRO GERAL POR REGIÃO			
N°	UF	N° CRQs (Certidões Emitidas)	N° CRQs (Comunidades Reconhecidas)
1	NORTE	300	369
2	NORDESTE	1736	2206
3	CENTRO-OESTE	151	169
4	SUDESTE	461	558
5	SUL	191	193
TOTAL:		2839	3495

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados obtidos no site da Fundação Cultural Palmares em 25/03/2022.

Para melhor visualização da proporcionalidade de Comunidades Remanescentes Quilombolas por região do Brasil, o Gráfico 1 pode ser observado:

Gráfico 1 Certidões emitidas por região

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados obtidos no site da Fundação Cultural Palmares em 23/03/2022.

A região Nordeste é que possui mais comunidades certificadas, sendo 1736, que corresponde a 61%. É seguida pela região Sudeste, com 461, representando 16%. A região Norte possui 300 certidões emitidas, correspondendo a 11%. A região Sul possui 191 certificações, 7% do total. A Região Centro-Oeste é a que possui o menor número de comunidades certificadas, sendo apenas 151, correspondendo a 5% das comunidades brasileiras.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo elaborou o mapa a seguir (Figura 2), no qual pode-se observar a proporcionalidade das comunidades por Estado. Neste mapa não constam todas as comunidades, apenas as que possuem suas terras tituladas ou parcialmente tituladas ou com processo em tramitação no INCRA (CPI/SP).

Figura 2 Comunidades quilombolas por Estados brasileiros



Fonte: Adaptado pelos autores da CPI/SP, acesso em 23/03/2022 (site).

Através do mapa observa-se que o Maranhão é o Estado brasileiro com o maior número de comunidades, seguido por Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Das 151 comunidades quilombolas presentes no Centro Oeste, 58 encontram-se no Estado de Goiás. Na Tabela 1 apresenta-se a relação das comunidades quilombolas certificadas no Estado, os municípios em que elas estão presentes, e a data da publicação da Certidão de Reconhecimento no DOU (Diário Oficial da União).

Tabela 1 CRQs em Goiás

Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	DATA DA PORTARIA NO DOU
1	NOVA ROMA	QUILOMBOLA DO MAGALHÃES	04/06/2004
2	SILVANIA	ALMEIDAS	25/05/2005

3	CAVALCANTE MONTE ALEGRE DE GOIÁS TERESINA DE GOIÁS	KALUNGA	19/04/2005
4	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	POMBAL	19/04/2005
5	MINEIROS	CEDRO	08/06/2005
6	SÃO LUIZ DO NORTE	PORTO LEUCÁDIO	20/01/2006
7	MINAÇU	SÃO FELIX	12/05/2006
8	CIDADE OCIDENTAL	MESQUITA	07/06/2006
9	IACIARA POSSE	BACO-PARI	07/06/2006
10	CROMÍNIA	NOSSA SENHORA APARECIDA	07/06/2006
11	MONTE ALEGRE DE GOIÁS	PELOTAS	28/07/2006
12	BARRO ALTO	FAZENDA SANTO ANTÔNIO DA LAGUNA	13/12/2006
13	MINEIROS	BURACÃO	13/12/2006
14	APARECIDA DE GOIÂNIA	JARDIM CASCATA	02/03/2007
15	CAMPOS BELOS	TAQUARUSSU	13/03/2007
16	CAMPOS BELOS	BREJÃO	13/03/2007
17	SÃO JOÃO D ALIANÇA	FORTE	05/03/2008
18	BARRO ALTO SANTA RITA DO NOVO DESTINO	TOMÁS CARDOSO	04/08/2008
19	BARRO ALTO	ANTÔNIO BORGES	09/12/2008
20	COLINAS DO SUL	JOSÉ DE COLETO	05/05/2009
21	TRINDADE	VÓ RITA	05/05/2009
22	URUAÇU	JOÃO BORGES VIEIRA	19/11/2009
23	CRISTALINA	INOCÊNCIO PEREIRA DE OLIVEIRA	24/03/2010
24	IACIARA	POVOADO LEVANTADO	19/09/2013
25	MIMOSO DE GOIÁS	MIMOSO (QUEIXO DANTAS, FILIPANOS, TIRIRICA, BOM JESUS E RETIRO)	19/09/2013
26	PADRE BERNARDO	SUMIDOURO (BARRINHA, GROTAO, IIVIPUERA, ÁGUA QUENTE F. CORRENTE)	19/09/2013
27	FLORES DE GOIÁS	FLORES VELHA	18/03/2014
28	IACIARA	EXTREMA	18/03/2014
29	NIQUELANDIA	RUFINO FRANCISCO	24/09/2014
30	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	BALBINO DOS SANTOS	24/09/2014
31	ALTO PARAÍSO	POVOADO MOINHO	30/12/2015
32	PIRACANJUBA	ANA LAURA	30/12/2015
33	PROFESSOR JAMIL	BOA NOVA	30/12/2015
34	ABADIA DE GOIÁS	RECANTOS DOURADOS	17/10/2016
35	SIMOLANDIA	CASTELO, RETIRO E TRÊS RIOS	14/02/2017
36	DIVINOPOLIS DE GOIAS	VAZANTE	07/04/2017
37	FAINA	ÁGUA LIMPA	07/04/2017
38	GOIANESIA	VALDEMAR DE OLIVEIRA	07/04/2017
39	CAVALCANTE	CAPELA	07/04/2017
40	CAVALCANTE	SÃO DOMINGOS	07/04/2017
41	NIQUELÂNDIA	RAFAEL MACHADO	07/04/2017
42	PALMEIRAS DE GOIÁS	GOIANINHA	12/06/2017

43	ITUMBIARA	RAÍZES DO CONGO	12/06/2017
44	CAVALCANTE	DOS MORROS	12/06/2017
45	CACHOEIRA DOURADA	CÓRREGO DO INHAMBÚ	12/06/2017
46	NOVA ROMA E TERESINA	ABOBREIRA	31/08/2017
47	GOIÁS	ALTO SANTANA	25/10/2017
48	PIRENÓPOLIS	SANTA BÁRBARA	23/07/2018
49	POSSE	OLHO D'ÁGUA DA LAPA	19/07/2018
50	SANTA CRUZ DE GOIÁS	MUCAMBO	27/09/2018
51	CAIAPÔNIA	CRISTININHA	19/12/2018
52	NIQUELÂNDIA	VARGEM GRANDE DO MUQUÉM	20/12/2018
53	MATRINCHÃ	SÃO FÉLIX	20/12/2018
54	VILA PROPÍCIO	CACHOEIRINHA	20/12/2018
55	PILAR DE GOIÁS	PAPUÃ	19/12/2018
56	NIQUELÂNDIA	TURIAÇABA	19/12/2018
57	CORUMBÁ DE GOIÁS	VALE DO RIO CORUMBÁ	20/12/2018
58	IPORÁ	PILÕES	28/12/2018

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados obtidos no site da Fundação Cultural Palmares em 25/03/2022.

A lógica capitalista porta em sua essência um conflito de interesses entre as classes sociais. A classe dominante, dos proprietários dos meios de produção, atua constantemente para desarticular possibilidades de lutas, resistências e conquistas que favoreçam a classe dominada, dos trabalhadores. Seus principais mecanismos e estratégias de embate são a exploração do trabalho e a alienação, através dos quais visa impedir o acesso aos meios de formação humana propiciadores do desenvolvimento de consciência de classe e o empoderamento social que ela engendra.

Neste capítulo discutimos alguns elementos, que em conjunto, constituem um campo de referência que vem contribuindo para a libertação de corpos e consciências da exploração, explícita ou sutil, do humano pelo humano. São eles: a defesa da formação omnilateral, ou seja, a formação humana emancipadora; a educação do campo, que destaca a importância fundamental da escola comprometida com os saberes, história, cultura, lutas, resistências e conquistas dos povos do campo; a crítica aguçada de Santos (2015), que denuncia os processos destrutivos de vidas humanas, culturas e natureza, provocados pela colonização e recolonização dos diversos territórios brasileiros. Ao que ele opõe o conceito de contracolônização, a defesa dos símbolos, significações e modos de vida presentes neles; Os direitos que se colocam ao lado da cidadania, alcançados através de lutas populares e

formalizados na Constituição Federal de 1988, que garante em seu texto o direito dos quilombolas de terem propriedade definitiva reconhecida sobre as terras que ocupam; Os procedimentos legais necessários para que haja este reconhecimento e titulação; e presença expressiva de quilombos em todo território nacional e também em Goiás.

Apesar de todos estes avanços supracitados, ainda é delicada e sofrida a luta dessas comunidades, pela defesa de suas culturas, símbolos, história e titulação de seus territórios. Na próxima Seção, apresentamos como ocorreu nossa aproximação da realidade de um desses quilombos, o Quilombo Boa Nova, de Professor Jamil.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 APROXIMAÇÕES AO OBJETO

Esta pesquisa possui suas raízes nas primeiras interlocuções realizadas entre o pesquisador e o orientador, quando iniciou seu percurso formativo no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Campus Morrinhos.

Ao apresentar o “memorial acadêmico”, em atendimento às exigências do Programa, o autor abordou sua primeira experiência com a educação formal, que ocorreu em uma escola rural, localizada a 12 Km de Amarinópolis, pequeno município do oeste goiano. Nesta, o autor cursou do período de alfabetização até concluir a primeira fase do Ensino fundamental, em uma classe multisseriada. Residiu nesta mesma região rural até os 18 anos de idade, quando se mudou para Goiânia-GO, dando início à sua formação universitária, primeiro em filosofia, depois em psicologia. Neste mesmo memorial, o autor evidenciou que naquele momento residia no município de Professor Jamil-GO, local em que exercia suas atividades profissionais como psicólogo e professor.

Durante a primeira reunião de orientação, cuja pauta foi começar o diálogo sobre o que viria a ser definido como objeto de pesquisa, esta trajetória pessoal do pesquisador demonstrou afinidade com o *lócus* de pesquisa: o Quilombo Boa Nova, situado no mesmo município de residência do pesquisador. As principais congruências observadas foram três: a ligação pessoal, histórica e afetiva do pesquisador com o Campo; boas relações interpessoais prévias com membros do Quilombo Boa Nova; atuação profissional do pesquisador como psicólogo e professor, dimensão que constantemente intersectava com a realidade quilombola; E a experiência do orientador com o tema.

Na época em que esta pesquisa se iniciou, a Associação Quilombola Boa Nova desenvolvia eventos que buscavam valorizar a própria história, cultura, memórias e estética. Tais práticas eram caras ao Programa de Pós-graduação a que o pesquisador era vinculado, que apresentava em sua Grade Curricular disciplinas como Educação do Campo, área que contempla a educação escolar quilombola, e Espaços Não-formais na Educação Profissional e Tecnológica. A partir da constelação destes elementos, elegeu-se então, o objeto de pesquisa: as práticas de

Educação Não Formal presentes na Comunidade Quilombola Boa Nova, de Professor Jamil-GO.

Em seguida, o pesquisador procurou investigar as condições de possibilidade para a realização da pesquisa, através de contatos informais com pessoas da comunidade em questão, diretamente relacionadas ao objeto de pesquisa, incluindo as lideranças. A pesquisa se mostrou viável, o que levou o pesquisador à etapa de execução do Projeto de pesquisa, bem como sua submissão, após concluído, ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP-IF Goiano). Após sua aprovação, foi iniciada a pesquisa empírica. A seguir serão apresentados com maiores detalhes o local e os procedimentos utilizados na realização da pesquisa.

3.2 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada na Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova, de Professor Jamil, GO. Em recente trabalho junto a esta comunidade, Silva (2019) ouviu relatos de quilombolas acerca da época em que chegaram os primeiros habitantes. Uma de suas fontes relata que à época em que sua família migrou para a região de Professor Jamil, por ter sido expulsa da fazenda em que trabalhavam em Goiás Velho, presenciaram a roçagem do pasto para a construção de Goiânia. Ao chegarem ao povoado, se instalaram em ranchos aos arredores do Centro Espírita. O espaço foi se configurando com os quilombolas negros povoando uma parte geograficamente mais baixa e, os brancos, entre trabalhadores e fazendeiros, a parte alta, em que construíram a igreja católica.

Os relatos dos quilombolas entrevistados por Silva (2019) convergem ao descreverem as condições sob as quais viviam os pioneiros do Quilombo Boa Nova (Figura 3). Afirmam que a maioria chegava a esta região a convite de fazendeiros, que prometiam trabalho, comida, moradia e um pedaço de terra, que poderiam cultivar para seu próprio sustento. No entanto, em muitos casos estas promessas não eram honradas e os trabalhadores eram expulsos das propriedades ao terminarem o trabalho. Encontravam então, na pequena comunidade de remanescentes quilombolas, um local para construírem suas moradias (Figura 3).

Figura 3 Fotografia de representação da Quilombo Boa Nova em seus primeiros anos



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

O texto da CVN/SBB (2017) (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO) destaca relatos sobre a origem do Quilombo Boa Nova, narrados por alguns de seus pioneiros. Apresenta-se, a seguir, três destas histórias. No entanto, outras, igualmente importantes e relevantes, podem ser consultadas e apreciadas no texto original a que se faz referência.

História 1: A família de José Maximiano da Silva, veio da cidade de São João Del Rei, do estado de Minas Gerais, a mais ou menos 70 anos atrás, quando José tinha apenas 12 anos de idade. Ele veio após presenciar a morte dos pais em Minas Gerais por um capitão do mato, revoltado saiu pelo mundo andando a pé, encontrou um grupo pelo caminho tocando bois e acompanhou esse grupo, vindo se instalar em Professor Jamil que era distrito de Piracanjuba, antigo Pouso Alto. Trabalhava na zona rural para sobrevivência em troca de comida. Casou-se em Professor Jamil e formou família (CVN/SBB, 2017, p. 124).

História 2: Família de João Heleno Caetano: Os avós de João Heleno Caetano trabalhavam em fazenda praticamente em regime de escravidão. João Heleno conhecido como Cavaco, morava em Minas Gerais, veio para Professor Jamil depois dos seus irmãos João Firmino e Antônio. Marta Caetano filha de João Heleno conta que ele adoeceu e foram para Palmelo primeiramente procurar recurso espiritual, lá descobriram que em Professor Jamil tinha um médium chamado Sr. Alírio, de lá vieram e se instalaram em Professor Jamil, onde moram a mais ou menos 50 anos. Moravam em uma fazenda, no início viviam em casa de pau a pique, depois as casas foram construídas de adobe e capim. Dos 13 filhos 12 nasceram em casa, somente 1 nasceu no hospital. Eram da religião espírita. Sofreram muita discriminação por conta da cor da pele. Eles lavavam roupa no córrego, buscavam lenha na

cabeça, tiravam água na cisterna. Os vizinhos eram todos unidos, uns ajudando os outros. Não tinham energia elétrica, a iluminação era com lamparina (CVN/SBB, 2017, p. 125).

História 3: Dona Flora Pereira da Silva Brito é esposa de José Ludoíno de Brito. Dona Flora é benzedeira e conta que seu pai Paulo Pereira da Silva veio da Bahia aos 14 anos com um grupo de amigos e se instalou em Goiás, moraram em Santa Cruz. Após se casarem moraram em Piracanjuba e de lá vieram pra Campo Limpo, hoje Professor Jamil, onde vivem há mais de 40 anos, refere que o pai trabalhava nas fazendas da redondeza. Os mais de 10 filhos nasceram nestas cidades, sendo a maioria em Professor Jamil, todos nasceram em casa, com exceção da caçula que nasceu em hospital. Refere que o marido que fazia os partos, Dona Flora é benzedeira na região (CVN/SBB, 2017, p. 125).

Nestes relatos pode-se perceber que os quilombolas pioneiros da Quilombo Boa Nova migraram para a região oriundos principalmente de Minas Gerais, Bahia e outras cidades de Goiás. É marcante nestas trajetórias o esforço de fuga de situações de maus tratos, violências, exploração e segregação. Morar em comunidade, por mais precárias que fossem as condições de moradia e trabalho, se apresentava como um refúgio, em que a solidariedade entre o grupo mantinha acesa as chamas da liberdade, esperança, coragem e resistência.

O local para a implantação de Professor Jamil foi planejado e executado através da liderança de três intelectuais de origem sírio libanesa, os irmãos Jamil, Taufik e Jorge Sáfy, que adquiriram fazendas na região e implementaram o projeto na parte mais alta do terreno. Jamil, o irmão mais velho, faleceu precocemente antes de sua conclusão, por isso os irmãos o homenagearam, dando seu nome ao povoado. Apoiados por outros fazendeiros, construíram uma imponente igreja católica e se empenharam em conquistar demais itens básicos de infraestrutura. Em geral, os habitantes de Professor Jamil possuíam melhores condições econômicas e sociais, quando comparados aos habitantes da Boa Nova. Eram em sua maioria brancos e católicos.

O povoado da Boa Nova, hoje um bairro de Professor Jamil, foi se constituindo a partir de um movimento próprio, na parte mais baixa do terreno. Os migrantes chegavam ao local em busca de tratamento espiritual e de saúde no Centro Espírita. Fixavam-se ao seu redor, construindo casas com paredes de madeira e barro, e cobertura de palha. Essas moradias eram chamadas de ranchos. Trabalhavam em fazendas da região. Era prática comum serem remunerados com itens de alimentação.

A relação entre os dois povoados era conflituosa. Os moradores de um não eram bem aceitos em outro. Por muito tempo houve um racismo explícito, em que os moradores do povoado Boa Nova eram pejorativamente chamados de os “pretos da Boa Nova”. Práticas de segregação ocorriam em todas as instâncias sociais, inclusive na escolarização. O que dificultava o acesso a melhores postos de trabalho, como no comércio ou no serviço público.

Em 2016, a Quilombo Boa Nova, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes dos quilombos (Anexo A). Esta foi uma conquista que ocorreu a partir da mobilização dos próprios quilombolas, que hoje trabalham para se apropriarem de seus direitos, história, cultura e força.

Atualmente o quilombo conta com um total de 140 habitantes, sendo 80 adultos, 40 jovens e 20 crianças (CVN/SBB, 2017). Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Saúde de Professor Jamil, 590 pessoas, acima de 18 anos, se autodeclararam remanescentes quilombolas, por ocasião da vacinação contra a Covid 19, ocorrida em 27 de março de 2021. Não existem dados do IBGE específicos sobre a população quilombola do Quilombo Boa Nova.

3.3 PROCEDIMENTOS

O método que norteou a pesquisa foi a etnografia, tendo como forma de abordar o dado na perspectiva qualitativa. Uriarte (2012), afirma que o método etnográfico destaca a importância de conviver e ouvir aqueles que se pretende entender. Pode se tomar como objeto de estudo todas as sociedades humanas, buscando pela singularidade e alteridade de cada uma.

A autora Uriarte (2012) propõe três fases para o método etnográfico. A primeira consiste na imersão teórica, nas informações e interpretações já existentes sobre a temática e a população específica envolvida no estudo. A segunda se refere ao trabalho de campo, nesse momento se estabelece relações com os interlocutores em suas falas e em suas vivências, no local em que elas ocorrem. Neste momento, realizam-se os registros e a tomada de notas do que se mostra. A terceira e última fase corresponde ao processo de escrita.

3.3.1 Revisão bibliográfica

Dessa forma, o início desta pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre as (os) principais autoras (es) que pudessem contribuir para aprofundamentos teóricos acerca da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Educação do Campo, Educação em espaços não formais e Comunidades Remanescentes de Quilombo, conforme consta na Seção anterior. No entanto, esta forma de pesquisa aconteceu durante todas as etapas da pesquisa, pois é indispensável para a compreensão teórica, metodológica e escuta do tema pesquisado, e comparece ao longo de todo o texto. Ao discuti-la, Gil (2002) aponta que ela é desenvolvida com base em material elaborado previamente, sendo constituída principalmente por livros, monografias, dissertações, teses e artigos científicos.

3.3.2 Pesquisa documental

Em seguida, realizou-se a pesquisa documental, através de levantamentos sobre documentos relacionados à Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova, o que incluiu normativas, regulamentos, decretos e demais documentos públicos. Também se observou os registros que a comunidade vem fazendo de sua atuação e história, como registros em atas, documentos oficiais e arquivos da Comunidade. No entender de Gil (2012) a pesquisa documental se diferencia da bibliográfica a partir da natureza das fontes. A documental se debruça sobre materiais que ainda não foram analisados e estão disponíveis de serem usados conforme os objetos de pesquisa, enquanto a bibliográfica trata das contribuições de outros autores para o tema.

3.3.3 Instrumento de construção de dados

O instrumento de construção de dados consistiu em um roteiro de **entrevista semiestruturada**, contendo 15 questões (Apêndice B). Estas questionavam os participantes sobre os seguintes temas: sua trajetória junto à comunidade; sua apreensão sobre a função social do quilombo; sobre as principais ações da Associação quilombola; e sobre eventos realizados pela Comunidade Quilombola Boa Nova.

A entrevista semiestruturada tem como principal característica a apresentação de questões abertas, previamente formuladas e embasadas teoricamente, pensadas para abordarem o tema em estudo. No decorrer da entrevista, podem ser acrescentadas ou retiradas algumas questões, conforme o participante progredir em suas respostas. Triviños (1987) define este tipo de entrevista como:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Para o autor em questão a entrevista semiestruturada é um dos principais meios que o investigador tem para realizar a coleta de dados, pois valoriza a presença do investigador e oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias para a formulação de respostas autênticas e consistentes, tornando rica a investigação.

No contexto da pesquisa em questão, este instrumento foi pertinente, já que a oralidade, o discurso do participante é o principal material de análise. As narrativas orais permitem compartilhar experiências, significados e sentidos. São construções que permitem combinar as partes num todo.

3.3.4 Critérios de inclusão e exclusão de participantes

A pesquisa teve como critério de inclusão: a (o) participante deveria ser membro da Comunidade Quilombola Boa Nova e ser engajada (o) com os projetos desenvolvidos pela Associação. Além disso, a (o) participante deveria concordar com sua participação voluntária através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Os critérios de exclusão foram (as) os participantes que integravam o público-alvo, mas que não aceitaram, ou não puderam participar da entrevista. Outro critério de exclusão, referiu-se aos participantes que declararam desistência em contribuir com a pesquisa, em qualquer etapa desta, sem que isso lhe acarretasse qualquer tipo de prejuízo.

3.3.5 Recrutamento

Foi encaminhado um convite individualizado por meio de tecnologias de comunicação disponíveis (*WhatsApp, ou ligação telefônica*). Para cada uma das pessoas convidadas, foram prestados esclarecimentos sobre tipo e objetivo da pesquisa, da metodologia a ser empregada, sobre o uso da entrevista semiestruturada e a importância de seu registro por meio da gravação em áudio, sobre o tratamento ético e profissional dos dados, sobre a relevância científica do estudo e foram sanadas quaisquer outras dúvidas que ocorressem. Dessa forma, foram contatadas 12 pessoas, sendo que apenas 7 pessoas concordaram em participar. Com cada uma das pessoas que deram o seu aceite, foi agendada uma data, horário e local para a realização da entrevista.

No dia da entrevista, foi entregue a (ao) participante, devidamente assinado pelo pesquisador, conforme exigido na legislação que trata sobre a ética nesse tipo de estudo, duas vias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, para que pudesse ser lido na íntegra. Os participantes que concordaram com o termo assinaram as duas vias, retendo uma consigo e devolvendo a outra para o pesquisador.

O encontro foi agendado respeitando a disponibilidade do participante e do pesquisador. Foram retomados os objetivos da pesquisa, bem como esclarecidas dúvidas com relação aos procedimentos e assegurado o sigilo da entrevista. Foi solicitada autorização do participante para que esta fosse gravada, e acrescentada a informação que a finalidade da gravação seria para a posterior transcrição e análise, o que garantiria fidedignidade às falas. Foi assegurado que elas não seriam disponibilizadas para outras pessoas além da equipe de pesquisa. Um gravador de áudio foi posicionado no ambiente em que ocorreram as entrevistas e foi acionado pelo pesquisador assim que estas tiveram início e desligado ao final. Foi esclarecido que o participante não seria obrigado a responder todas as perguntas. Também que as respostas seriam tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento seria divulgado o nome em qualquer fase do estudo. Foi assegurado ao participante o direito de acesso às próprias respostas para, caso quisesse alterá-las.

3.3.6 Realização das entrevistas

Foram realizadas 7 entrevistas, que ocorreram nas dependências da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova e tiveram duração média de 47 minutos cada. Ocorreram nos meses de julho, agosto e setembro de 2021. Em decorrência dos cuidados em relação à saúde pública no Estado de Goiás, em razão da disseminação do Coronavírus (COVID-19), para a realização das mesmas, foram observados todos os decretos em âmbito federal, estadual e municipal que tratavam do tema. Bem como as notas técnicas da OMS (Organização Mundial da Saúde), do ministério da saúde e das secretarias estaduais e municipais de saúde.

Dessa forma, máscaras foram usadas, pelo pesquisador e pela (o) participante, durante todos os momentos que mantiveram contato de proximidade física, observando limites do distanciamento social (um metro e meio de distanciamento). Não foram realizados cumprimentos como aperto de mão ou abraço. Privilegiou-se a realização das entrevistas em locais arejados. Antes do momento da entrevista, as mãos do pesquisador e do participante foram higienizadas com álcool 70%.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente transcritas pelo pesquisador. As falas foram transcritas exatamente como foram ditas. Procurou-se também registrar entonações e comportamentos que pudessem ser associados como complementares à construção de sentido do texto.

3.4 PARTICIPANTES

A seguir, os participantes foram apresentados através dos dados sociodemográficos de sexo, idade e escolaridade. Bem como uma breve descrição de suas trajetórias junto ao Quilombo Boa Nova. Os nomes foram fictícios.

Amara, sexo feminino, 58 anos, Ensino Superior Completo. Descende de uma família negra, pioneira do Setor Boa Nova. Tem ancestrais que foram escravizados. Alguns migraram para a região no início do século XX, em busca de um lugar para morar, trabalhar e prover a própria subsistência. Se escolarizou após adulta, cursando até o nível acadêmico de graduação. Durante este período, frequentou movimentos negros e conheceu outras comunidades quilombolas, apropriando-se do universo cultural a elas relacionado, de seus desafios, lutas e objetivos. Conscientizou-se que seu próprio bairro atendia os critérios para ser reconhecido como uma Comunidade

Remanescente de Quilombos. A partir de então, engajou-se no processo de articulação, formalização, reconhecimento oficial e fortalecimento da Associação Quilombola Boa Nova (AQBN).

Bomani, sexo masculino, 64 anos, Ensino Superior Completo. É descendente de uma família pioneira do Setor Boa Nova, lugar em que vive desde os 5 anos de idade. Apresentou-se como inconformado com a existência do preconceito racial e da desigualdade que lhe é consequente. Buscou lidar com estas questões por meio da educação, da política e da poesia.

Dandara, sexo feminino, 20 anos, Ensino Superior Incompleto. Sua família mora no Setor Boa Nova há mais de 40 anos. Sua mãe e sua tia participam ativamente da AQBN (Associação Quilombola Boa Nova) desde seu processo de fundação. Frequenta as atividades promovidas por esta desde os sete anos de idade, época em que participou do Primeiro Desfile da Beleza Negra. Cursou o Ensino Médio em uma instituição federal através da política de cotas para quilombolas.

Kieza, sexo feminino, 60 anos, Ensino Superior Completo. É filha de pai quilombola e mãe branca. É conhecida por estar ligada à área da educação e como liderança religiosa. Integrou o grupo inicial que se mobilizou para que o Quilombo Boa Nova fosse reconhecida como remanescente de quilombos. Afirmou que demorou a reconhecer e a lidar com o racismo que foi impregnado em si mesma, desde sua infância.

Luená, sexo feminino, 38 anos, Ensino Superior Completo. Sua família é pioneira no município de Professor Jamil. É filha de mãe negra e pai branco. É atuante junto ao Quilombo Boa Nova, trabalhando sobretudo pela defesa das memórias, da história, das identidades, instituições e territorialidades quilombolas. Afirmou que por ter a pele pouco retinta, se reconheceu como negra apenas após a maturidade e formação acadêmica.

Shaira, sexo feminino, 49 anos, Ensino Médio Completo. Destaca-se como representante da tradição local ligada à religiosidade e à oralidade, conhecida por oferecer orações e conselhos a conhecidos, amigos e familiares que a procuram. Participante assídua dos compromissos da AQBN, para a qual contribui com dedicação e esforço.

Zuri, sexo feminino, 24 anos, Ensino Superior Incompleto. A família materna e paterna de Zuri são quilombolas e estão entre as primeiras que se associaram. Participou de várias edições do Desfile da Beleza Negra. Afirmou que esse evento foi

fundamental para que muitas jovens da comunidade pudessem se valorizar e reconhecer a própria beleza. Cursa graduação em uma universidade pública, por meio da política de cotas para quilombolas.

3.5 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos foram analisados pelo método da Análise Textual Discursiva (ATD). Dentro desta perspectiva, o conjunto de textos analisados é denominado **corpus**. Os textos que compõem o *corpus* de análise considerado nesta pesquisa consistiu da transcrição das 7 entrevistas.

A análise textual discursiva pode ser compreendida como um processo em quatro passos, segundo Moraes (2003): 1. Desmontagem dos textos; 2. Estabelecimento de relações; 3. Captando o novo emergente; e 4. Um processo auto-organizado. Os três primeiros constituem um ciclo de análise. O último refere-se à possibilidade de uma nova compreensão dos fenômenos analisados.

No primeiro passo, desmontagem dos textos, também chamado de processo de unitarização, buscou-se interpelar os textos buscando identificar seus fragmentos, isto é, seus elementos constituintes, seus pormenores, que passam então a ser denominados como unidades de significado. Nesta desconstrução já estão implicados o grau de apropriação teórica e empírica, bem como as interpretações parciais do pesquisador relativas ao objeto em questão. É uma etapa em que o pesquisador intencionalmente buscou envolvimento e impregnação com o discurso do seu interlocutor. Considerou-se palavras, contextos, entonações, repetições, esquecimentos, argumentos, temas, entre outros. Foram indispensáveis para o momento intensidade e profundidade. O objetivo foi uma posterior compreensão abrangente dos textos, ao permitir que diferentes sentidos possam emergir dos textos fragmentados, que se apresentam inicialmente de forma caótica.

Moraes (2003) propõe que o processo de unitarização pode ser realizado em três momentos distintos: 1. fragmentação dos textos e codificação de cada unidade; 2. reescrita de cada unidade de modo que assumam um significado o mais completo possível em si mesma; 3. atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida (MORAES, 2003, p. 195).

De acordo com esta proposta, cada fragmento dos textos em análise recebeu uma codificação que indicou a origem de cada unidade. A seguir o pesquisador

elaborou um pequeno texto sobre cada unidade, garantido que o fragmento pudesse estar associado a um significado completo em si mesmo. E então, com o objetivo de facilitar a categorização, atribuiu-se um nome ou título que expressasse a ideia central da unidade de significado.

No segundo passo, estabelecimento de relações, o pesquisador buscou realizar comparações entre as unidades construídas pelo primeiro, articulando significados semelhantes, dando origem a conjuntos de unidades de significado que possuem ideias que se aproximam. Estes conjuntos são chamados de categorias, que podem ter vários níveis. Serem mais ou menos abrangentes. As menos abrangentes podem ser consideradas como subcategorias e se associarem posteriormente a categorias mais abrangentes.

Moraes (2003) defende que a construção de categorias pode associar três modalidades metodológicas: dedutiva, indutiva e intuitiva. No método dedutivo as categorias já estão presentes antes mesmo de se iniciar a pesquisa empírica, elas são construídas a partir das teorias que fundamentam o estudo e são chamadas de categorias *a priori*. No método indutivo, as categorias são construídas a partir dos elementos que se originam dos textos que estão sendo analisados. São novidades, não previstas anteriormente. São chamadas de categorias emergentes. A análise dos dados pode se dar de forma mista, pela associação de métodos. Em relação ao método intuitivo, são categorias que se originam através de inspirações repentinas do pesquisador, *insights* que ocorrem ao pesquisador, a partir do processo de impregnação, de envolvimento intenso com os fenômenos pesquisados.

O terceiro momento, captando o novo emergente, corresponde ao processo de escrita, em que busca se aprofundar na descrição e interpretação das categorias construídas no passo anterior. É preciso apresentar profundidade e detalhes, mas mantendo a clareza, de forma que a compreensão produzida possa ser comunicada aos leitores. Para que o texto possa se apresentar com qualidade e sabor, Moraes (2003) propõe o uso de metáforas, esquemas e figuras. Também é importante a elaboração de um argumento central, em que as categorias, que são partes, possam se articular em um todo. Estes metatextos produzidos apresentam a necessidade de serem gradativamente aperfeiçoados, através de uma crítica externa, completando o ciclo de análise.

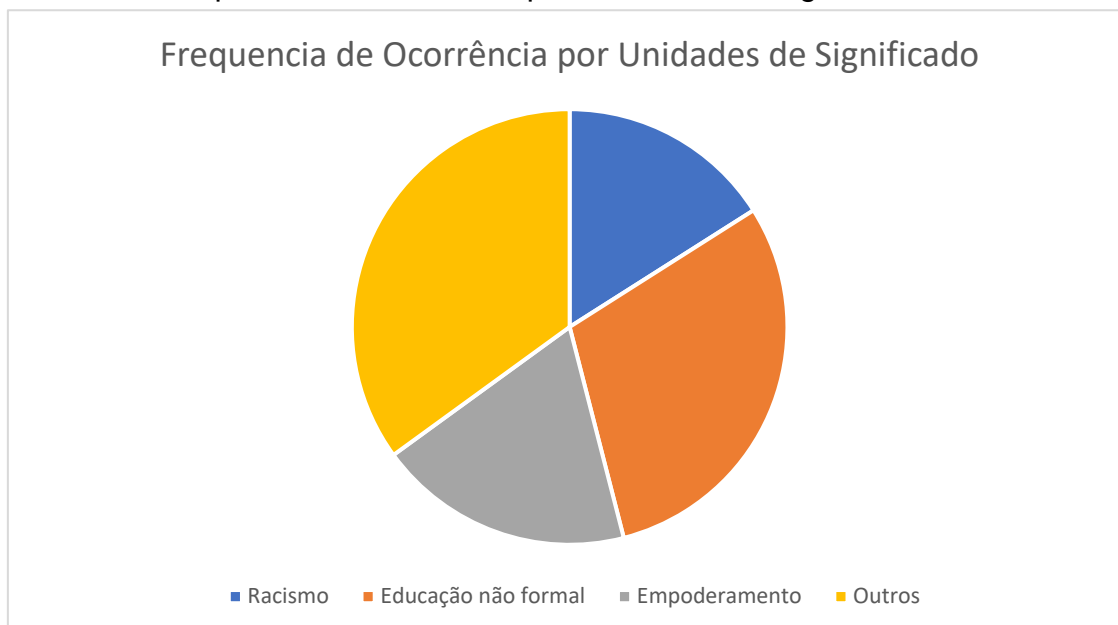
No quarto passo, captando o novo emergente, após apresentar o ciclo de análise, o autor buscou explicitar sua compreensão sobre o que é a análise textual

discursiva (ATD), definindo-a como um “processo auto-organizado de construção de novos significados em relação a determinados objetos de estudo, a partir de materiais textuais referentes a esses fenômenos” (MORAES , 2003, p. 209). Deste processo, o autor destaca a possibilidade de compreensão que se abre para além de uma racionalidade linear, mas se alimenta da impregnação intensa com os dados e informações dos fenômenos analisados.

4 A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA CONTRA O RACISMO

O processo de realização, transcrição e análise das entrevistas, por meio da Análise Textual Discursiva, resultou na emergência de 233 Unidades de Significado. Estas 233 US foram classificadas em quatro conjuntos, formados pela aproximação do sentido apresentado. Três destes conjuntos foram analisados como categorias principais. São elas: Racismo, Educação Não Formal e Empoderamento. O quarto conjunto reuniu todas as demais Unidades de Significado cuja semântica não se aproximou das categorias mencionadas anteriormente, e tratavam de assuntos diversos, mas que também foram importantes para a contextualização dos participantes e do local de realização da pesquisa. O critério utilizado para demarcar estas categorias como principais foi o de frequência de ocorrência, ou seja, estes foram os temas mais recorrentes presentes nas unidades de significado construídas a partir da transcrição das entrevistas.

As unidades relacionadas à categoria racismo tiveram 38 ocorrências, aproximadamente 18% do total; as relacionadas à Educação Não Formal ocorreram 70 vezes, aproximadamente 30% do total; empoderamento obteve 44 ocorrências, 19% do total, aproximadamente; outros temas surgiram em 81 US, o que corresponde de forma aproximada a 35%. Esta proporcionalidade pode ser mais bem observada no Gráfico 1:

Gráfico 1 Frequência de ocorrência por Unidades de Significado

Fonte: Elaborado pelos autores

Nesta Seção será trabalhada a categoria Racismo, e nas seguintes seções, serão abordadas Educação Não Formal e empoderamento.

Souza (2021) realiza uma análise muito esclarecedora sobre o racismo na sociedade brasileira. Afirma que “o racismo racial é o elemento central da sociedade brasileira moderna e o grande responsável pelo atraso moral, social e político do Brasil” (SOUZA, 2021, p. 9). Esta tese em muitos pontos coincide com a intuição e análise dos participantes sobre o racismo, como a percepção da opressão ligada à cor da pele e à pobreza, como relata Bomani; e a importância da socialização familiar para incorporação do racismo a partir de dentro, do próprio polo dos oprimidos, como afirmam as participantes Luena e Kieza.

Para Souza (2021) algumas análises teóricas sobre o racismo no Brasil não conseguem explicar o racismo, como atua, como se mascara, que função social exerce e quais seus efeitos deletérios nas pessoas. Os autores já partem da incontestável existência do racismo, conforme demonstram os dados estatísticos: a maioria dos jovens fora da escola é formada por negros, o índice de analfabetismo é maior entre os jovens negros, a população carcerária é composta pela maioria de negros, entre a população que tem os menores rendimentos as pessoas negras são maioria. Na política, nas corporações e em cargos públicos são minoria. O tratamento desigual sofrido pelos negros e os privilégios brancos emergem em todas as

dimensões da vida. Os dados são solidamente coerentes em demonstrar a existência do racismo.

No entanto, a descrição da existência do racismo, por mais minuciosa que seja, não contempla uma narrativa efetiva que possa demonstrar o que é o racismo, como ele se produz e se mantém, o que é imprescindível para se caminhar no sentido de sua compreensão e explicação. Bem como para que ele seja reconhecido mesmo quando está sendo exercido de maneira disfarçada, dissimulada, sob máscaras. Neste caso, pode ser reconhecido através de seus efeitos nocivos na opressão e desumanização das pessoas. Por esta capacidade de se exercer de outras formas, não raciais, sob disfarces, Souza (2021) nomeia o racismo como racismo multidimensional, que no Brasil, se manifesta principalmente como moralismo anticorrupção, guerra ao crime, racismo de classe e de gênero.

Em sua obra *Como o racismo criou o Brasil*, Souza (2021) aborda os temas da gênese histórica do racismo, o seu papel nas relações sociais, os mitos a ele relacionados, o que ele destrói nas pessoas e o seu protagonismo no comando da vida social brasileira. Um dos principais pontos presentes no livro é a abordagem do racismo considerando-se sempre sua inextrincável relação com a classe social. Vale destacar que no contexto em questão, classe social não é sinônimo de renda, mas de processos de socialização familiar e escolar, que no caso brasileiro, perpetuam privilégios por um lado e opressões por outro. Souza (2017) denomina/denuncia a classe/raça de oprimidos no Brasil como a *ralé brasileira*, um conjunto de indivíduos com condições e destinos sombrios em comum.

As classes/raças no Brasil são constituídas de tal forma que os oprimidos se convençam de sua própria inferioridade enquanto outra parcela da população se convença da legitimidade da opressão/exploração, tornando-se insensível ao sofrimento de milhões de pessoas. Segundo Souza (2021), o racismo multidimensional é o que possibilita a continuidade das enormes desigualdades.

Ao responder à questão sobre como era a relação entre o Setor Boa Nova e o Campo Limpo, o participante Bomani indica que esta era de rivalidade, destacando que a presenciou “fortemente”. Analisa que a rivalidade se concentrava em torno de dois pontos principais, a condição social e a cor¹:

¹ As falas dos colaboradores não sofreram correção ortográfica e/ou gramatical. Foram transcritas respeitando a oralidade.

Eu presenciei fortemente a rivalidade que existia entre o Setor Boa Nova e o Campo Limpo. Eu atribuo esta rivalidade principalmente a dois fatores: Um é que o nosso poder aquisitivo lá era menor do que o pessoal do Campo Limpo, que até hoje ainda é né. Então eu falo assim, que nós lá de baixo, o povo em si, tem o poder aquisitivo menor. A outra questão que não pode ficar de fora, definitivamente: é a questão da cor. Muitas famílias que vivem na Boa Nova são todas de cor. Nós era preto e o pessoal do Campo Limpo, branco. Branco e com poder aquisitivo maior do que o nosso (BOMANI, 2021).

O participante tem a percepção do racismo multidimensional, como pontua Souza (2021), ao sentir a dupla opressão, de classe e de raça. Em outro trecho, relata que vivenciou como experiência própria a dor provocada pelo racismo, ao ser menosprezado, julgado inferior apenas por ter maior quantidade de melanina na pele. Aponta este julgamento injusto como causa para os conflitos, que em sua juventude, possuíam uma vertente de agressões físicas e verbais entre os grupos rivais, como uma forma de não se subjugar à opressão racial.

Eu vivi na pele a questão da rivalidade. É muito ruim. O racismo é muito ruim. Eu sou negro. E quando uma pessoa branca desfaz de mim, e eu sabendo que a nossa diferença é só melanina na pele, que na verdade nós é igual, então é por isso que antigamente a rivalidade ficava muito aflorada. Era pra afirmar que somos iguais. A diferença é só a cor. Foi uma época muito dolorida. E até hoje ficou marcado. Até hoje ainda tem. Mas é menos (BOMANI, 2021).

O participante afirmou que escreveu poesias abordando o tema do racismo, no entanto, causa descontentamento e frustração o fato “das pessoas não entenderem”. Sendo algo explícito e, além disso, criticado por ele em forma de poesia. Se surpreendeu com o racismo que persiste em uma grande quantidade de pessoas. Apontou que entre suas poesias, uma das preferidas se intitula “Nos respeite, por favor”. Neste título, o eu lírico constela um pedido que é captado como desejo comum de sua comunidade: o respeito. Ele afirmou:

Minhas poesias olham muito o lado do racismo. A gente fica indignado com as pessoas não entenderem. E uma poesia para falar do quilombola, dos quilombos, ela é muito fácil de fazer, porque os acontecimentos está nas vistas. Tem poesias que eu demoro a fazer. Dos quilombolas são as mais fáceis, porque está tudo na minha frente, a gente tá vendo tudo. O racismo. Hoje não era para ter pessoas racistas igual tá tendo. As pessoas parece que não conseguem ver um negro, xingam. A facilidade é que tá tudo acontecendo agora. É só se concentrar que as coisas vêm na mente (BOMANI, 2021).

É interessante notar que a poesia, como obra de arte, procura alcançar o interlocutor através do uso poético da linguagem, que tem a função de sensibilizar, surpreender e despertar a reflexão crítica, alcançando patamares inacessíveis pela

linguagem comum. Neste caso, tem a intenção de destacar a violência através da arte, para que todos a vejam e se espantem com ela.

Souza (2021) analisa o Brasil como um produto do Ocidente, o qual tem uma lógica de desenvolvimento histórico e de racionalidade da qual o Brasil faz parte. Adverte que é um erro analisar o Brasil descolado dessa dimensão, como se este fosse uma “ilha verde e amarela”. Valores políticos, econômicos, culturais e morais que ainda influenciam a sociedade, principalmente o racismo multidimensional, não tiveram início na colonização do Brasil, mas já estavam em marcha à época do descobrimento. Inclusive legitimando a escravidão.

Barbaridades como a escravidão só se tornam possíveis através de uma dessensibilização fundamental dos opressores, que deixam de sentir empatia pelos oprimidos. E os próprios oprimidos passam a se sentir inferiores. É preciso que haja essa dessensibilização em forma de legitimação para que a opressão se perpetue no tempo, sem o custo da violência física constante. Souza (2021) defende que esta legitimação se assenta sob “concepções de justiça inarticuladas e pré-reflexivas que existem em qualquer contexto social e motivam, em última instância, a totalidade do nosso comportamento social e político” (SOUZA, 2021, p. 48).

Como o racismo busca dessensibilizar, desumanizar, Bomani, através de suas poesias, procurou realizar o movimento contrário, o de sensibilizar.

A participante Dandara relatou, como Bomani, que havia um conflito explícito entre os bairros da cidade, com motivação racista.

Eu sempre conversava muito com minha avó, pois eu morei com ela e ela conta como era quando seu Alírio começou a cidade. Que tinha a rivalidade, de um lado a Boa Nova, com maioria de pessoas negras e do outro lado o Campo Limpo que a maioria era branca. A rivalidade não era só de bairro, mas também de cor. Essa segregação era muito mais nítida antes. Hoje em dia está diferente. Em relação a isso tem desenvolvido muito (DANDARA, 2021).

A participante Shaira também narrou episódios de racismo que vivenciou diretamente. Ao ser questionada sobre a importância da Associação quilombola para o Quilombo Boa Nova, trouxe o seguinte relato:

Elias, é muito importante. Vou te dar só um pequeno exemplo, para você ver o quanto é importante uma associação na nossa cidade, pelos vários preconceitos: tem pessoas que não fala quilombola fala “quilombosta”. Isso nós já ouvimos assim de perto. Críticas terríveis. Muitas coisas que a gente nem fala, porque ainda dizem que é drama. Só por ser negro acha que qualquer palavrinha que fala é drama O primeiro dia que eu ouvi à crítica de “quilombosta” eu quase morri, porque é demais, não, olha, eu não, não... (a

participante fica desconcertada / revoltada com o que falou) parece que o preconceito está voltando à tona né, com toda força (SHAIRA, 2021).

A “crítica” recebida, em que o nome quilombola foi substituído por *quilombosta*, é paradigmática. Ao associar a comunidade dos negros com dejetos, o crítico sugere que estes devem ocupar o mesmo lugar socialmente: algo sem valor, um resto que gera repulsa e deve ficar afastado da vida em sociedade. As próprias denúncias das violências raciais recebidas são caracterizadas como drama, algo encenado e com o objetivo de comover através do sofrimento.

Bomani destaca a falta de empatia, naturalizada neste tipo de violência, em atitudes e comentários que possuem objetivos deletérios em relação aos negros e que se baseiam de forma exclusiva em preconceitos.

Eu fico incrédulo com o pessoal não trocar os lados. Enquanto nós não trocar os lados, se você estiver passando por qualquer coisa, eu tenho que me colocar do seu lado para eu poder ver melhor. Mas eles não colocam não. Eles dão uma moída na pessoa sem nada (BOMANI, 2021).

Exemplifica ainda sobre como a estrutura do racismo age para a segregação. “Eu tenho colegas que deixaram de estudar por causa de problema de racismo. Na época a professora falou alguma coisa, não lembro certinho o quê, mas foi questão de racismo, e esse rapaz nunca mais voltou lá na escola” (BOMANI, 2021).

A pessoa em questão, provavelmente não teve a oportunidade de ter desenvolvido recursos internos para se auto afirmar e, diante da violência racial, torna-se alijado do acesso à educação formal, sendo por consequência, alijado do exercício pleno de cidadania, da condição de membro de um Estado e do gozo de direitos que possibilitam a participação plena e efetiva, como sujeito e não como vítima, da vida política do mesmo.

A participante Kieza mostrou como o racismo se manifesta não somente a partir de fora, de pessoas não negras, mas também a partir de dentro, identificando-o em sua própria família. A frase entre aspas, na citação a seguir, é uma fala que o pai da participante sempre repetia para ela, bem como a advertia para se contentar com o pouco. Em sua percepção, esta era a cultura do negro. É o último que fala, ou seja, a prioridade é sempre dos outros. E o primeiro que cala, ou seja, o que tem a voz mais desacreditada. Por isso relata que nos primeiros momentos da Associação, a líder persistiu sozinha e desacreditada.

As coisas é sempre muito difícil, principalmente quando se trata do negro. Porque a cultura nossa, do negro, é que ele deveria calar. “É o último que fala e o primeiro que cala”. Essa foi a cultura [...] não adianta a gente querer passar uma ideia, de muitas vezes a pessoa querer dizer: “não, não existe isso não. Isso é bobagem”. Não. Esse jeito de querer ocultar o preconceito, a discriminação, já não funciona mais. Precisa ser trabalhada de outra forma. Meu pai trabalhou na minha cabeça com o jeito que ele aprendeu, tipo assim: “não minha filha, tá bom demais, tá bom demais, esse é o nosso lugar (KIEZA, 2021).

Kieza comentou que seu pai a aconselhava a não falar muito, valorizar o que já possuía (ao invés de desejar o que não tinham), se contentar com o já conquistado. Era uma estratégia de camuflagem para a sobrevivência. Não chamar a atenção sobre si. Pode ser que o sentimento de inadequação, aliado ao medo de que reivindicar condições justas e vida plena pudesse atrair perseguições, violência, sofrimento e morte.

A participante acredita que o pai levava em consideração ao aconselhá-la a se calar, além do fato de ser negro, o de ser migrante em uma região em que a xenofobia era muito presente contra pessoas de sua origem: “E eu não entendia isso, mas hoje eu entendo que ele tentava me ensinar isso porque ele é baiano, veio da Bahia, por sinal, o pessoal dele lá hoje, é um quilombo, uma comunidade quilombola, lá onde ele foi criado” (KIEZA, 2021).

Kieza cita como exemplo de coerção social a cobrança por “disfarçar” o próprio cabelo, mantendo-o sempre “amarradinho”. Usa a palavra “impregna”. É a internalização da coerção, quando o próprio sujeito começa a se policiar.

Meu Deus, como eu penei com meu cabelo, sabe? Era uma luta, foi uma luta a vida inteira, porque tinha que ser ajuntadinho, amarradinho, tinha que prender. Por quê? Porque não podia deixar. Olha só que luta. Por que que não podia deixar? E isso impregna na gente (KIEZA, 2021).

Relatou que fazia muito pouco tempo que conseguiu lidar com o próprio cabelo com mais liberdade. Afirmou que enquanto jovem, sentia vontade de soltar o próprio cabelo, mas quando fazia isso, sofria com a zombaria de outras pessoas. Ainda se refere ao próprio cabelo como juba. Ao ser questionada sobre quando e como percebeu que poderia ser diferente, respondeu:

Faz muito pouco tempo, sabe? Muito pouco tempo. Não que eu não me aventurasse a soltar meu cabelo. Eu lembro que na minha primeira comunhão, porque a gente tinha vontade de soltar o cabelo, só que quando soltava o cabelo virava deboche, era motivo de crítica. Na minha primeira comunhão, que era um momento muito especial para mim, eu quis ir de cabelo solto, e fui com a minha juba mesmo, não que a juba era interessante, mas não tinha outro jeito. Então essa foto minha, muitas vezes era motivo de

riso. Todo mundo olhava: “olha que cabelo! Olha que cabelão!”. Eu postei uma no Dia dos Pais agora, uma minha com o papai, a gente tava dançando na festa junina e eu tava com o cabelão solto, no ano de 86. Você me perguntou, quando foi que eu percebi que podia. Eu até me aventurava, mas achar que isso não me incomodava, faz muito pouco tempo.

Relatou como, em sua própria família, o seu cabelo era apontado como motivo para risos e críticas. A participante relatou que usar o cabelo solto para ela era uma aventura, uma atitude que implicava na vivência de certo risco, uma exposição a certo perigo. Além disso, havia um incômodo pessoal, superado apenas há pouco tempo.

Avaliou como tem havido um processo de libertação do negro em relação à sua autoimagem, com produtos cosméticos próprios, que respeitam suas características. No entanto, muitas pessoas negras ainda se reprimem. Acredita que não se liberta com facilidade da impregnação da repressão social.

Como a gente falou, o negro mesmo está abrindo as portas pra ele, hoje já tem muitos produtos próprios para os cabelos afro, já se usa um cabelão, e mesmo tendo isso agora, tem muita gente que não lida com isso, ele ainda prefere manter o cabelo alisado. É o que tá impregnado. Essas questões que você vive que te reprimem, você não se liberta com facilidade. É luta (KIEZA, 2021).

A participante Luena também narra como sua socialização familiar foi direcionada a reprimir seus fenótipos negros. Apenas com a maturidade, sensibilidade e distanciamento reflexivo despertados com a contribuição da formação universitária pôde ressignificar sua relação com a negritude.

Tem aquele processo de branqueamento que eu sofri indiretamente. Porque o meu pai gostava do cabelo liso [...] ele queria que as filhas tivessem o cabelo liso. Aos 11 anos ele alisou meu cabelo, tadinho. Não vou culpar meu pai, mas podia ter deixado ele ficar. Então foi um processo que eu senti de desculturação. Eu percebo isso hoje, e até hoje é uma luta para deixar meu cabelo. Tem dia que eu penso, ah vou alisar, porque esse trem dá trabalho demais [...] aos 30 anos eu descobri que eu tinha que deixar meu cabelo do jeito que ele é, que eu não aguentava mais ter que alisar ele. [...] eu me assumi, mesmo não tendo a pele retinta, mas como essa negritude, ao ver minha mãe, porque minha mãe tem o apelido de nigrinha. E aí eu sou branca? Olha a incoerência (LUENA, 2021).

Luena ainda refletiu que atualmente conseguiu perceber como as limitações econômicas e raciais foram fatores impeditivos e de interdição em relação à sua identificação com seus familiares negros, uma vez que não foi possível contar nem com registros fotográficos de seus antepassados maternos, imagens tão importantes para a construção de memórias e desenvolvimento de referências na formação da identidade.

Então meus avós que são negros, eu não conheço, não tem foto. Por isso essa falta de identidade. Porque eles eram tão pobres que eles não tinham foto. Eu nunca vi meu avô representado e ele era bem negro, minha avó, representada, ela era negra. Então a falta de memória é como se não existisse, então a parte da minha mãe que é negra eu não tive esse registro de memória (LUENA, 2021).

Comparou como os registros fotográficos existiram apenas para a parte branca de sua família.

E do meu pai, ao contrário, eu conheci minha avó que era branquinha, dos olhos verdes, meu avô que era branco. Então eu tenho essa herança, hoje eu percebo isso, fazendo essa autoanálise, que eu tenho mais registro de memória branca do que negra. Porque eu não conheci meus avós. E minha mãe tem a pele clara. Mas os irmãos dela tem a pele escura. E eu ficava pensando, o que que é isso, né? (LUENA, 2021).

Fez uma reflexão sobre como a fotografia, ou sua ausência, passava a mensagem de manutenção do status quo, da opressão e segregação racial e econômica.

Eles não tinham condição física (financeira), de pagar uma fotografia. Porque fotografia historicamente, era status quo. Tanto é que, por exemplo, só tem registro de fotografia da família branca, por quê? Por que que os negros são registrados em registros de pintura? Porque não existia fotografia. Só quando aliada ao branco né. Sempre o escravo, sempre depois o trabalhador. Então a fotografia também é um sinônimo de status quo. E aí, meus avós, por exemplo, não tiveram (LUENA, 2021).

As (os) participantes avaliaram que o trabalho da Associação Quilombola Boa Nova tem sido muito importante para o enfrentamento do racismo, pois busca proporcionar um espaço de socialização crítica em relação à força condicionante do racismo sobre si mesmas (o). Kieza destacou que a Associação busca a valorização do negro como ser humano. Reconheceu que a descaracterização pejorativa era tamanha que retirava a própria humanidade de pessoas negras. “Então assim, hoje, já com essa questão de querer valorizar o negro como ser humano, que precisava de acontecer sim” (KIEZA, 2021).

Sobre este tema Fernandes (1995) e Souza (2017) ao desenvolverem estudos empíricos junto aos negros e negras marginalizados identificaram que estes apresentavam um sentimento cotidiano de ausência de dignidade e sensação de não ser tratado como gente. No entanto, as forças sociais responsáveis pela opressão e dominação se articulam para que estes sentimentos não prosperem, que a raiva não se transforme em indignação, ou seja, o sentimento de sofrer o racismo não seja

suficientemente elaborado para ascender à ideia refletida de injustiça. Dessa forma, o oprimido pode ser manipulado para sentir raiva de si mesmo, ou de outros oprimidos.

Souza (2021) define racismo como “o processo de tornar inarticulado o mundo moral compartilhado coletivamente de modo a manipular o sofrimento social para jogar os oprimidos uns contra os outros e convencer as vítimas da própria inferioridade (SOUZA, 2021, p. 53). Por isso, enfrentar o racismo multidimensional é enfrentar a não articulação do mundo moral. Enfrentar os modos como este mundo moral compartilhado é distorcido e ocultado.

Um aspecto fundamental nessa discussão é compreender que ela abrange o desenvolvimento cultural humano por um lado, mas por outro, também é uma análise sobre como as pessoas se tornam racistas, com os outros, e consigo mesma, ao longo de seu desenvolvimento enquanto pessoa, indivíduo. Ao nascer, o bebê humano já é inserido em um contexto intersubjetivo que o precede. Nos primeiros anos, este recém-nascido será como uma esponja, que absorverá, espontaneamente e por intermediação voluntária e involuntária dos cuidadores, todo o mundo cultural a sua volta (SOUZA, 2021).

Essa introjeção se dá principalmente por identificação afetiva com os cuidadores, principalmente os pais, ou alguém que ocupe esta função. A criança internaliza e reproduz aspectos presentes no dia a dia de seu convívio familiar. O modo de andar, o sotaque, as expressões, os costumes, hobbies, e inúmeras outras coisas (SOUZA, 2021).

E principalmente, absorve a moralidade dos pais, ou seja, uma bússola que esta criança vai incorporando ao longo de seu desenvolvimento, que norteará sua avaliação do mundo. Irá usá-la para discernir entre coisas que considerará boas e coisas que considerará ruins, se aproximando das primeiras e se afastando das segundas. No entanto, agirá dessa forma de modo irrefletido. Agirá como se estas escolhas estivessem vindo de dentro de si mesmo, sem se dar conta do aspecto social delas (SOUZA, 2021).

Dandara descreve as estratégias que a Associação tem utilizado para criticar os aspectos racistas presentes no cotidiano da comunidade, visando desconstruir estereótipos tão deletérios e consolidados na sociedade brasileira em relação aos negros:

Quando a gente faz eventos, quando a gente conversa com as pessoas, quando a gente se une, quando a gente debate, quando a gente chama outras

peças que não são da comunidade para ouvirem a gente, nossos relatos, a gente começa a fazer as pessoas entenderem que a nossa realidade não é diferente delas por causa da cor, porque você é descendente de um pessoal escravizado. Quando teve a vacina mesmo, teve uma briga muito grande por causa disso, se fossem eles, talvez estaria tudo bem, mas como não eram eles, era aquela briga toda. Como se eles merecessem mais. Na verdade, por muito tempo nós lutamos, nossos antepassados muito mais, mas ainda somos injustiçados de diversas formas na sociedade por quem somos. Então quando a gente começa a discutir sobre isso e a trazer coisas e as pessoas entenderem que é todo mundo igual como pessoas, independentemente da cor delas, das características, a gente começa a evoluir como sociedade (DANDARA, 2021).

Amara destaca como o envolvimento com o ambiente da associação tem contribuído com a formação de sua neta. Cita dois episódios em que ela foi capaz de reconhecer o preconceito racial.

As crianças vão aprendendo. Um dia minha neta ouviu: “você tem o cabelo duro”. Ela respondeu: “Eu não tenho o cabelo duro, eu tenho o cabelo afro, me respeite”. Outro dia estávamos em um restaurante e ela ouviu de outra criança: “vocês são negros e têm que voltar para a África”. Minha neta me perguntou: “vovó, a senhora ouviu?”. Eu disse que eu tinha ouvido, mas que não deveríamos sentir vergonha. Quem deveria se envergonhar era o pai daquela criança, pois não tinha conseguido educá-la. O pai ficou envergonhado e veio se desculpar com a gente (AMARA, 2021).

Neste trecho a participante compara dois discursos: o de quem realiza o discurso preconceituoso, procurando rebaixar os moradores do Setor Boa Nova, e a seguir, como estes agora são capazes de se contrapor às pechas maldosamente impostas.

Os relatos sobre a opressão causada pelo racismo, das mais diversas formas, conforme discutido nesta Seção, podem ser considerados como impressionantes, pela força com que nos atingem; surpreendentes, para aqueles que ainda acreditam que o racismo é algo distante; perturbante, revoltante, gritante, ofensivo, ultrajante, forte, duro e injurioso, para todos que têm empatia com o humano. Na próxima Seção, discutiremos como a Educação Não Formal tem sido uma estratégia de enfrentamento a este grave problema social, vivenciado intensamente pelos quilombolas do Quilombo Boa Nova.

5 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA OMNILATERAL

No Brasil a Educação Não Formal tem sido associada por seus autores à formação de sujeitos livres, emancipados, portadores de direitos e deveres e amparados por uma leitura de mundo crítica e libertadora.

Gohn (2014) conceitua a Educação Não Formal como:

Aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Articulada com a educação cidadã, a Educação Não Formal volta-se para a formação de cidadãos(as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s) (GOHN, 2014, p. 35).

Destaca-se dessa citação o caráter da Educação Não Formal através de ações coletivas, comunitárias. O principal objetivo não é promover avaliações formais ou conferir títulos, mas oportunizar uma leitura de mundo crítica e libertadora. Outro ponto importante é a valorização da própria cultura e construção da subjetividade identitária do grupo e dos indivíduos que o compõe.

Gohn (2013) compreende que a educação pode ser vista a partir de três campos: formal, informal e o não formal. O formal corresponde à educação escolar, que compreende espaço, atores, conteúdos, currículos, temporalidade, certificações, entre outros elementos. O informal diz respeito ao processo de socialização dos indivíduos, o que é aprendido no contexto familiar, com os amigos, vizinhos, colegas de escola, meios de comunicação de massa, em que um mundo visto como naturalizado é internalizado e reproduzido. O campo não formal corresponde aos espaços em que o processo educativo desperta o olhar do sujeito para a compreensão crítica da realidade social na qual está inserido, através das vivências mediadas por princípios como igualdade e justiça social. Tem como objetivo a formação da cidadania, em que se enfatiza a formação política do sujeito.

A Educação Não Formal favorece a construção da identidade coletiva de um grupo, ao trabalhar de forma intencional para ampliar e consolidar seu "acervo sociocultural e político". Estes recursos são fundamentais para que os grupos se esclareçam acerca dos conflitos de interesses e poder presentes em elementos que anteriormente eram naturalizados e ignorados, da singularidade de suas características, do lugar em que se posicionam socialmente, quais objetivos a serem alcançados e quais as práticas a serem evitadas. Os sujeitos e grupos assim

formados, ao desvelarem as estruturas que sustentam as estruturas de injustiça social, se engajam coletivamente para transformá-las (OLIVEIRA; DIAS, 2017).

Este quadro aponta a Educação Não Formal como um importante instrumento de emancipação humana. Do ponto de vista filosófico estão presentes o elemento racional da emancipação, com a vertente do esclarecimento e autonomia intelectual, como defendido por Kant; de transformação de estruturas sociais, como na emancipação defendida por Marx; como crítica da sociedade industrial, razão instrumental e alienação no trabalho, na leitura de Adorno; e da humanização do oprimido, que ao problematizar e perceber o mundo de forma crítica, luta coletivamente para a superação de seus condicionamentos históricos, como defende Paulo Freire (AMBROSINI, 2012).

Gohn (2006) aponta que a Educação Não Formal está ligada: à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; à capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; à aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor e à educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Segundo Gohn (2006) a Educação Não Formal e Educação Informal são conceitos diferentes. A Educação Informal se refere ao aprendizado que ocorre durante o processo de socialização, com a família, bairro, clube, amigos etc. É um processo espontâneo. A Educação Não Formal é intencional.

Gohn (2006) aponta que Educação Não Formal o educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Esta relação dá a dimensão da horizontalidade e democratização das relações. Embora haja lideranças nos espaços não-formais, a construção coletiva possui especial relevância. A educação ocorre nos territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais.

Uma pontuação relevante de se fazer é que a Educação Não Formal não visa substituir a Educação Formal. Muito pelo contrário. À medida que os Espaços Não Formais avançam como propiciadores da formação de consciência e sujeitos

emancipados, mais estes sujeitos se posicionam na defesa dos direitos e na luta por trabalhos dignos e educação (formal e não formal) pública, gratuita e de qualidade.

A Educação Não Formal colabora para o desenvolvimento da autoestima e do empoderamento do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo (GOHN, 2006).

No processo de análise das entrevistas e construção das unidades de significado, 70 unidades (30 % do total) foram correlacionadas ao conceito de Educação Não Formal. Esta é compreendida como práticas educativas presentes no âmbito da comunidade e são facilitadoras para que seus membros possam: se perceber melhor, olhar para a própria realidade, conhecer sua história, desafios e conflitos estruturais nos quais estão inseridos (GOHN, 2006).

Estes elementos são abordados pela participante Dandara, que avaliou a importância do grupo ter se organizado enquanto Associação:

Então quando a gente tem uma associação e faz parte de uma associação, você consegue se perceber melhor, conhecer mais da sua história, da luta do seu povo e de tudo que acontece (DANDARA, 2021).

Neste outro ponto, destacou o quilombo enquanto importante agente educativo. É interessante este paralelo de observar características comuns ente os primeiros quilombos e um quilombo contemporâneo. A participante disse que este último se preserva como um espaço de refúgio de vida e de liberdade cultural.

Nos primeiros quilombos, quando os negros escravizados fugiam, eles chegavam a um lugar em que podiam ser livres, cantar suas músicas. Assim como hoje, as pessoas chegam e começam a interagir com a gente e aprender coisas novas (DANDARA, 2021).

Neste outro trecho, a participante Shaira discorreu sobre os espaços físicos que a Associação usa para realizar suas reuniões. Enumerou que estes são uma igreja (utilizada como empréstimo), a casa (e o quintal) da líder da comunidade, uma pequena rua vaga nas proximidades da casa da líder, na casa de pessoas que fazem parte da Associação. Destacou que eventos maiores são realizados na Praça da Boa Nova, especialmente os ligados às comemorações do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Enfatizou que em um destes, uma de suas filhas foi votada como rainha. Quando a Escola Boa Nova se transformou em escola quilombola, houve uma tendência para que esta sediasse a maior parte das reuniões e eventos.

O espaço quando a gente vai fazer reunião, sempre pede ajuda ao pastor e ele sempre atendeu os pedidos. Às vezes a gente faz entrega de cesta também na igreja. Festa, por exemplo, a gente cozinha na casa da L. e as pessoas se reúnem na igreja do pastor. Já teve rodas de conversa lá perto da igreja, naquela ruinha vaga e também em algumas casas de membros dos quilombolas, inclusive na casa da minha mãe mesmo. Assim vai caminhando de pouco a pouco. Quando é pequena reunião faz lá mesmo, no quintal da casa da L., aí quando é uma reunião maior faz na igreja. As atividades como confecções de boneca, de tapete, quando vai poucas pessoas é feito na casa da L. mesmo, quando vai mais pessoas e lá na igreja. O primeiro concurso da beleza negra, que a minha filha foi a rainha, foi na Praça da Boa Nova. No dia 20 de novembro, já teve vários eventos que foram feitos na praça da Boa Nova. Quando a Escola Boa Nova se transformou em escola quilombola os eventos passou a ser lá (SHAIRA, 2021).

A participante relacionou a realização dos eventos da associação como um meio de trabalhar os preconceitos dentro da própria comunidade quilombola, destacando que a perseverança e insistência da líder tem sido fundamental para estes projetos.

Devido a pandemia, parou de fazer muito evento, mas tinha muitos: Dia da Mulher, Dia das Mães... Aconteciam na praça da Boa Nova, aqui na Escola Boa Nova, antigamente era lá na porta da casa da L. Juntava os que queriam participar, porque as vezes a gente olha esse movimento de pessoas que tem preconceito, mas dentro da própria comunidade tem. A L., ela é um marco, porque ela é guerreira, porque é como eu tô te falando, ela enfrenta desafios dentro da própria comunidade, não é na rua, não. Os desafios dentro da própria comunidade. Se ela fosse uma pessoa fraca, ela já teria desistido (SHAIRA, 2021).

A participante Amara descreveu sua impressão ao vislumbrar como a realização do evento denominado “desfile da beleza negra” foi capaz de contagiar quem participou. Tanto das pessoas que desfilaram, quanto as que assistiram.

Um evento muito bom que teve foi o desfile da beleza negra. Eu consegui com uma loja em Goiânia, uma loja chique, roupas para as jovens que iriam desfilar. Houve um choque imenso, de todos quando aconteceu o desfile. Muitas pessoas que estavam assistindo choraram. Eles nunca tinham reparado na beleza negra. As jovens que participaram também se despertaram para este lado (AMARA, 2021).

Sobre este mesmo evento, Zuri apontou que um objetivo pedagógico do evento foi alcançado:

Participei de 3 Desfiles da Beleza Negra. Foi importante, que dá pra notar que as meninas se sentiram mais confiantes e valorizadas (ZURI, 2021).

Continuou sua reflexão relatando que ocorreu uma transformação dos termos “os negros da boa nova” para os quilombolas. O primeiro representa a discriminação

e o preconceito. O segundo é a forma como as pessoas da comunidade vão conseguindo se automear, “virando gente”, ou seja, vindo a ser como sujeitos.

É engraçado, mas aqui tinha a expressão "os negros da boa nova". Depois dos desfiles isso diminuiu. Foi como se nós, da Boa Nova, tivesse "virado gente". Valorizou muito mais a nossa cultura, mostrou que somos unidos e não era aquilo que eles pensavam. A associação veio firmar isso pra muitas pessoas. É a gente se aceitar como você é. Hoje, eu tenho uma consciência de quem sou e depois das redes sociais, ajudo outras pessoas verem que não é defeito ser preto, mostrar as melhores coisas que aconteceu com a gente, não só as coisas negativas (ZURI, 2021).

Entre os objetivos das realizações formativas promovidas pela associação quilombola pode-se perceber que estão: o desenvolvimento de consciência crítica a respeito de si e dos outros; superarem o racismo e o preconceito, muitas vezes internalizados pelos próprios participantes:

Eu hoje noto que os jovens da comunidade têm mais consciência de quem são, o que facilita a nossa luta por igualdade. Sinto gratidão. Porque ajudou a formar não só eu, mas outras pessoas que tem coragem de lutar pelo que quer e se aceitam como são, ter consciência de sua própria essência (ZURI, 2021).

A participante Kieza narrou que o primeiro desafio do quilombo foi desconstruir junto aos negros a ideia de que não poderiam desejar, lutar e conquistar dignidade. Pode ser uma questão de avaliar custo-benefício da luta, e também uma baixa autoestima, por acreditarem que não seriam capazes.

Porque nós, os negros, já acostumou tanto que o tanto que tinha já tava bom demais que quando ela começou essa luta e convidava e acreditava, parece que a gente via nos olhos de muitos, e até a atitude da gente era essa também, “não, isso não vai virar nada não. Como poderia?” (KIEZA, 2021).

A participante estabelece um contraponto entre os ensinamentos que recebeu de seu pai, uma educação informal, e a mediação que a Associação Quilombola tem realizado para com os jovens de hoje, ao lado do movimento negro, que tem dimensões regionais, nacionais e internacionais, no sentido de provocar o inconformismo com as injustiças e o engajamento por justiça social.

Agora, essa geração de agora, já tá sendo trabalhado de outra forma: não tá bom de jeito nenhum! Eu mereço mais! Eu posso mais e eu quero mais! Não para ser mais do que o branco, a luta é para dizer que somos humanos, somos dignos de vida, de vida em abundância. É a luta por justiça (KIEZA, 2021).

A fala de Kieza destacou sua percepção sobre como as novas gerações de quilombolas têm se posicionado em relação ao próprio lugar no mundo. Se antes era comum que os negros e negras se sentissem subalternos, em decorrência de uma internalização da opressão, esta não é mais a configuração hegemônica dentro do quilombo. Ressaltou que não é uma luta contra “os brancos”, mas é uma luta por justiça, dignidade, humanidade e vida.

Conforme discutido nessa Seção, a Educação Não Formal no Quilombo Boa Nova, que ocorreu através do esforço de organização da Associação Quilombola Boa Nova, tem contribuído para o avanço da consciência crítica, pertencimento e grupo. Essa força emancipadora emergiu de um trabalho coletivo e fortaleceu as identidades e subjetividades por ela alcançadas. Tal aspecto será discutido a seguir, sob o signo de empoderamento.

6 O EMPODERAMENTO COMO ITINERÁRIO DE LIBERTAÇÃO

O termo “empoderamento” é considerado um neologismo, ou seja, uma palavra criada recentemente, neste caso, derivada de outra já existente. No Brasil, é a tradução da palavra inglesa *empowerment*, derivada de *power* (poder). Assume diversos significados, por vezes ambíguos e até antagônicos, dependendo do contexto em que é utilizada. Narayan (2002) aponta que comumente são associadas ao termo as ideias de força pessoal, controle, poder pessoal, escolha própria, vida digna de acordo com os próprios valores da pessoa, capacidade de lutar pelos próprios direitos, independência, tomar suas próprias decisões, ser livre, despertar e capacidade.

No âmbito da academia o termo está presente em diferentes áreas do conhecimento, como educação, sociologia, ciência política, saúde pública, psicologia comunitária, serviço social, administração, entre outras. Comumente está associado com projetos que visam melhorar a qualidade de vida e garantir direitos civis, sociais, políticos e humanos junto a setores sociais marginalizados e minorizados, como reivindicam o movimento dos negros, das mulheres, dos pobres, LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência (NARAYAN, 2002).

Empoderamento pode ser compreendido ainda como um processo através do qual se propicia a conscientização e apropriação, por parte dos setores pobres e marginalizados da sociedade, do que sejam os direitos e deveres individuais e coletivos, que são o direito à vida, à liberdade, à igualdade e a segurança, conforme expressos no Artigo 5º da Constituição Federal. Busca-se promover e consolidar o acesso à renda, educação e saúde, bem como à realização plena de direitos individuais. O que contribuiria para a superação da dependência social e da dominação política. Portanto, apresenta o empoderamento como um processo formativo complexo, com implicações de transformações subjetivas profundas. Tal objetivo só pode ser alcançado enquanto um projeto formativo de grande abrangência – social, temporal, material e intelectual (BAQUERO, 2012).

Por se tratar de uma categoria acerca da qual são apresentados diferentes entendimentos na literatura, Baquero (2012) se propõe uma reflexão sobre as origens do termo e das lógicas subjacentes a estas.

Destaca que apesar do termo *empowerment* ter se tornado popular a partir de movimentos emancipatórios relacionados ao exercício da cidadania, na segunda

metade do século XX, nos Estados Unidos, ele possui suas raízes na Reforma Protestante, iniciada por Lutero, no século XVI. Este questiona a interpretação católica e tradicional da bíblia, tece críticas à Igreja Católica e à autoridade do Papa, rompendo com ambos. Traduz a bíblia do latim para o alemão. Fato que considerado em conjunto com a invenção da imprensa por Gutemberg, propiciou um efeito multiplicador para o texto bíblico, criou condições para que mais pessoas pudessem realizar sua leitura e interpretação, superando a necessidade da interpretação de outrem. Conferiu autonomia para que aquele grupo de fiéis, ligados inicialmente a Lutero, pudessem se tornar sujeitos de sua própria fé (BAQUERO, 2012).

Sobre o uso contemporâneo do termo, Baquero (2012) afirma que este

[...] se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da 'ação social', presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos 70, esse conceito é influenciado pelos movimentos de autoajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária (BAQUERO, 2012, p. 176).

Gohn (2004) aponta que a categoria *empowerment*, ou empoderamento, conforme é traduzido no Brasil, não possui caráter universal e pode referir-se a práticas ambíguas. Por um lado, pode estar ligada a processos que visam promover e impulsionar grupos e comunidades para o “crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)” (GOHN, 2002, p. 73), e por outro indicar apenas ações sociais assistenciais, não contribuindo para a organização política do grupo.

No processo de análise das entrevistas e construção das unidades de significado, 44 unidades (19 % do total) foram correlacionadas ao conceito de empoderamento. Como trata-se de um termo com uso popular, no senso comum, e também enquanto ferramenta conceitual para apreensão de determinadas realidades, estas correlações serão discutidas com a ajuda de autores que acredita-se aproximar da concepção de formação omnilateral ao manejarem seus argumentos sobre o referido conceito.

Freire e Shor (1986) apresentam a ressalva de que a popularização do termo *empowerment* pode passar a ideia errônea de que seja um processo fácil, o que não é. Não se resume a desenvolver um certo nível de independência nas pessoas, pois isso ainda não é suficiente para que sejam efetuadas as transformações políticas

radicais necessárias à sociedade brasileira. Outro equívoco a ser enfrentado é a associação entre *empowerment* e noções individuais de progresso, aumento de poder individual, autorrealização, autoaperfeiçoamento e subir na vida através do próprio esforço, como alguém que faz tudo por si mesmo, sem depender de outros. Berth (2019) assinala que esta é a ideia liberal de emancipação, que compreende comprar um carro, uma casa, conseguir ocupar altos postos em seu ambiente de trabalho, no qual a pessoa se vê lidando com o poder e usufruindo dele.

Em sentido oposto a estes, Freire e Shor (1986) defendem que não acreditam na autolibertação, mas que a libertação é um ato social. Acrescentam que o conceito de *empowerment* deve sempre estar ligado à classe social:

A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção de poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (FREIRE e SHOR, 1986, p. 72).

O participante Bomani afirmou que houve uma mudança no conjunto das relações sociais dentro do Quilombo Boa Nova, em que os moradores conseguiram ocupar postos de trabalho e funções sociais que não acessavam antes.

Graças a Deus nós conseguimos dar uma estruturada nas nossas vidas, nós estudamos. O pessoal lá já tem um grau de conhecimento que já deu para arrumar alguma coisa. [...] Os pretos, você entende? (BOMANI, 2021).

A expressão “conseguimos dar uma estruturada nas nossas vidas” indica que houve um período em que estas vidas, das pessoas do quilombo Boa Nova, não tinham estrutura, ou seja, algo que pudesse lhes dar sustentação (cultural, econômica, social, política). Dessa forma, eram moldadas conforme as circunstâncias adversas que historicamente oprimem as vidas negras no Brasil e as colocam às margens, tanto dos espaços geográficos das cidades, quanto do acesso à cidadania. Na fala do participante esta estrutura aparece correlacionada à educação e ao reconhecimento do Quilombo Boa Nova como um grupo.

Bomani ainda relatou que a inclusão dos quilombolas como grupo prioritário no Programa Nacional de Imunização contra a Covid-19 proporcionou como benefício secundário o aumento no número dos associados, na Associação Quilombola Boa Nova.

Foi muito importante pela questão da saúde. E outro lado é que muitas pessoas que era de direito de estar lá e não estava. E hoje aumentou o número de associados. É oportunidade para mais gente participar da Associação (BOMANI, 2021).

Este comentário remete à concepção freiriana de *empowerment*, pois compreende a associação como oportunidade de mobilização social para a defesa de pautas em comum e de resistência ante opressões em comum. Dessa forma, o aumento do número de pessoas engajadas com a comunidade e suas pautas, ao mesmo tempo em que a fortalece enquanto instituição, fortalece quem dela participa, como afirmou a participante Dandara:

E quando a gente se percebe e convive com pessoas que também se percebem e se declaram e sabe quem são, a gente ganha uma resistência maior e se sente mais forte para lutar. A gente não fica perdido, você sabe quem você é, de onde você descende, quais foram as lutas de antes, o que eles sofreram, e se orienta para os desafios de hoje (DANDARA, 2021).

Apontou ainda em sua fala como a organização em quilombo restitui a dimensão de historicidade presente na relação oprimido-opressor, o que também fortalece o grupo, orientando-o para o enfrentamento dos desafios contemporâneos. A esse respeito, a participante Dandara exemplificou através de um relato de caso, como o preconceito era vivenciado pelas pessoas da comunidade antes que houvesse a organização em quilombo e seu aspecto formativo. E como estas experiências foram sendo ressignificadas com a organização em grupo:

Teve uma que me contou que quando ela trabalhava na prefeitura, ela morava na Boa Nova, era negra e tinha uma outra mulher que trabalha junto com ela que era do Campo Limpo e era branca. Essa mulher branca não queria trabalhar junto com ela porque estava com medo dela fazer macumba. Ela me contou querendo chorar. Na época o preconceito era tão grande que as pessoas nem olhavam isso como racismo e discriminação. Eles sofriam, mas era normalizado. Quando havia jogo de bola, eles diziam “ah guardem as coisas que o pessoal da Boa Nova vai roubar”. Hoje a gente tem discernimento do que é, tem nossos direitos, tem a luta contra e com outras pessoas que nos apoiam, nisso a gente se sente mais forte (DANDARA, 2021).

Através da organização do Quilombo Boa Nova o preconceito pôde ser reconhecido e enfrentado. Estes relatos foram sendo ressignificados ao serem compartilhados dentro da estrutura do grupo. Os quilombolas foram sendo capazes de discernir, tomar conhecimento, sobre as formas das opressões que pesam sobre eles, mas por outro lado, dos direitos à cidadania, a constituição de pares e parcerias, o que tem fortalecido o grupo.

Também se destaca na fala de Dandara a ideia de “lutar com”, ou seja, não lutar individualmente, mas em conjunto. Esta dimensão do *empowerment* possui afinidade com o entendimento do conceito de poder proposto por Arendt (2001), para a qual

[...] o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conservasse unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome” (ARENDR, 2001, p 36).

A participante Shaira relatou como a Associação despertou sua visão para identificar e se sensibilizar com as dificuldades que são vivenciadas por outras pessoas da comunidade. Em outras palavras, a participante ampliou sua consciência das opressões, desenvolvendo uma percepção de sofrimentos em comum.

A AQBN mudou a minha visão. A gente usa viver o mundo da gente né, e você estando numa associação, você conhece mais a fundo as dificuldades que as outras pessoas enfrentam. Às vezes a gente vê a pessoa e pensa assim que a pessoa está vivendo às mil maravilhas, se a pessoa está passando dificuldade financeira, dificuldade em casa, coisas de mercado (SHAIRA, 2021).

Shaira relatou ainda sobre uma conquista para a Associação Quilombola Boa Nova, que através de procedimentos legais e de mobilização popular, conseguiram impedir que a Escola Estadual Boa Nova fosse fechada, por estar situada no território quilombola e atender principalmente estudantes quilombolas.

Mas olha só pra você ver, o exemplo que eu vou te dar da importância da AQBN para a Escola Boa Nova, que iria fechar, já estava com os papéis tudo anexados para fechar [...] E foi através da associação que a escola permaneceu. E nisso outras escolas também acharam viável se cadastrar, portanto o colégio é cadastrado, a escolinha é cadastrada. Tudo na AQBN. Então é muito importante (SHAIRA, 2021).

Esta conquista, sensibilizou o grupo para sua própria força política, que também é uma importante dimensão do conceito de *empowerment*. A conquista do não fechamento da Escola Estadual Boa Nova foi vista no município como uma demonstração de poder, despertando outros quilombolas para a importância da luta conjunta e organizada, conforme relatou a participante Luena:

Quer dizer, manter um espaço. A própria luta da Boa Nova, foi uma luta de espaço de poder. Foi um momento importante para a Associação. Eu vejo assim, que existe Associação antes e depois do fechamento da escola. Quer dizer, ela foi vista como uma luta, que na época eles falaram: “não foi só a L.,

nós também fomos”. Mas o que permaneceu a escola aberta foi o fato dela estar inserida em um território quilombola, na certificação (LUENA, 2021).

A participante afirmou ainda que a luta pelo não fechamento da Escola criou oportunidade para que as pessoas pudessem refletir sobre sua própria condição e se identificar ou não, como quilombolas:

Eu vejo assim, que a primeira conquista foi esse abaixo assinado que a gente fez, as pessoas começaram a se identificar, nós fizemos uma ficha de autodefinição que as pessoas precisam assinar para entrar na escola, não sei se eu te mostrei. Eles se declaram participantes ou não da comunidade. Se declarando ou não pertencentes à comunidade. Muitos não quiseram assinar essa ficha. Outros já corriam e falavam eu vim aqui para assinar a ficha. Que era uma legalização para provar que a escola realmente atendia a comunidade. Então nós organizamos essa ficha pra as pessoas assinarem como pertencentes, então já naquele momento indiretamente já foi o fortalecimento da Associação. Então a primeira foi permanecer a escola e lutar para ela não fechar (LUENA, 2021).

Berth (2019) identifica quatro dimensões do processo de empoderamento: Dimensão cognitiva, que diz respeito ao processo de formação escolar e não escolar, em que as pessoas conseguem se inteirar acerca de questões que se relacionam diretamente com a própria realidade; a dimensão da conscientização do papel econômico, do lugar em que a pessoa se insere na engrenagem da economia; dimensão psicológica, haja vista que as opressões sociais fragilizam a saúde mental das pessoas; e conscientização política, que envolve perceber as forças que influenciam no cotidiano, questionando relações de poder. Essas dimensões fazem parte de um processo, que vai do social para o individual e vice-versa. Ninguém se empodera individualmente se o grupo não estiver empoderado. E para que o grupo seja empoderado ele precisa da conscientização individual.

Berth (2019) define o empoderamento como a

Condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (BERTH, 2019, p.18).

É importante destacar o uso das expressões “autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento”, pois todas estão ligadas ao prefixo auto, que neste caso, significa próprio. São construções, conhecimentos e habilidades que surgem a partir de dentro dos próprios grupos minorizados, que não têm acesso a direitos, como forma de resistência às opressões externas e estruturais na sociedade. Dessa forma, o empoderamento pode ser compreendido como um instrumento de luta social para emancipação, através de ações realizadas para enfrentar os efeitos das opressões estruturais mantenedoras das desigualdades.

Em relação à autoaceitação e autovalorização de características culturais e estéticas herdadas pela sua ancestralidade inerente, o Quilombo Boa Nova promoveu eventos de conscientização, com edições anuais e complementares à comemoração ao Dia da Consciência Negra, denominados de Desfile da Beleza Negra. Nestes eventos, eram enfatizados aspectos da cultura e estética afro-brasileira.

Dandara destacou que às vezes até se surpreende com a visibilidade social proporcionada pelo uso das redes sociais para difundir a cultura e a estética negra: “Muitas pessoas já chegaram em mim e falaram: ‘nossa, E. o que você passa no seu cabelo, eu vejo suas fotos no Facebook!’ Às vezes eu não sei nem quem é a pessoa, sabe?” (DANDARA, 2021). Neste mesmo sentido, ao se referir sobre a importância dos eventos realizados pelo Quilombo Boa Nova, Luena afirmou: “Ixi, é essencial, porque aí deu visibilidade. Uma coisa que eu venho percebendo no movimento negro é isso, é você dar visibilidade àquilo que é quase invisível” (LUENA, 2021).

Luena destacou a importância das ações afirmativas de políticas públicas, bem como as ações formativas realizadas no âmbito do próprio quilombo, para proporcionar que o quilombola se sinta reconhecido, valorizado e capaz de lutar pelos próprios direitos.

Eu penso assim, que todo esse movimento da associação incluindo com a escola, né, é um fator muito importante pra fortalecimento das ações afirmativas né, que é justamente esse, que é você se reconhecer, ter o seu dinheiro, como se diz ter seu direito, né, e as ações afirmativas, a primeira ação é: se ver reconhecido e se ver valorizado. [...] é a autoestima, a autovalorização, presente nos desfiles que a gente faz, nos projetos que a gente faz, sempre na valorização do pertencimento, de você se valorizar mesmo tendo nascido numa comunidade pobre, numa comunidade negra. [...] é você se sentir capaz, essa criança que estuda aqui, ela sentir que ela pode ter as mesmas oportunidades, mesmo que seja pelas cotas e lutar por esse espaço (LUENA, 2021).

Sobre o uso das redes sociais como instrumento permanente de conscientização sobre assuntos relacionados ao Quilombo Boa Nova, Zuri destacou

que em relação às críticas sofridas por ocasião dos quilombolas terem sido incluídos como grupo prioritário no Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19, destacou que houve muitos posicionamentos, com argumentos plausíveis e que demonstravam bastante conhecimento de causa, em resposta às perguntas pela legitimidade da vacinação quilombola.

Com a questão da vacina, por exemplo. Ajuda o município como um todo. Apesar de muitas pessoas ficarem criticando. Mas eu não aguentei ficar calada não. Tive que falar que o nosso organismo funciona diferente. Tem a anemia falciforme, que se pegar Covid não tem jeito. Teve muita crítica de pessoas brancas, que não sabiam compreender os motivos. Mas no fim, eu fiquei feliz pela defesa que teve. Todo mundo sabia o porquê estava acontecendo e soube explicar (ZURI, 2021).

Esta fala de Zuri abordou sobre como ela percebe uma sintonia nos discursos dos e das quilombolas, ao argumentarem com embasamento sobre os motivos de terem sido incluídos como grupo prioritário no Plano Nacional de Imunização. Esta congruência nos discursos internos ao grupo o fortalece, pois coloca em evidência objetivos em comum.

Nesta Seção discutimos como o processo vivenciado pelos (as) quilombolas do Quilombo Boa Nova se aproxima do conceito de empoderamento, conforme apresentado pelos autores e autoras referenciados. Uma vez que vem propiciando conscientização e apropriação, dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade e a segurança. Bem como encaminha estratégias para promover e consolidar o acesso à renda, educação e saúde, de forma a contribuir para a superação da dependência social e da dominação política. Na próxima Seção, apresentaremos o processo de desenvolvimento, aplicação e avaliação do *e-book* “Características e histórico de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova”, que trata dos percursos de constituição destas duas comunidades. Material que almejamos que se some ao rol de esforços e iniciativas que contribuem para o empoderamento do grupo.

7 PRODUTO EDUCACIONAL – desenvolvimento, aplicação e avaliação

7.1 DESENVOLVIMENTO

A ideia de construir um e-book (Anexo B) sobre a história e características de Professor Jamil e da Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova surgiu durante a realização da pesquisa de campo. Em trechos das entrevistas e em conversas informais com os quilombolas e com outras pessoas do município, que não fazem parte da comunidade quilombola, foi possível perceber que emergiam muitas dúvidas sobre os motivos de ter uma comunidade quilombola em Professor Jamil; o que era uma comunidade quilombola e qual era o objetivo.

Era comum a narrativa de que havia uma grande hostilidade entre os dois povoados, principalmente quando ainda não eram anexados como uma única cidade, mas que ainda persiste, agora de forma mais velada. A escassez de textos oriundos de pesquisa acadêmica que abordassem a história da cidade e principalmente do Quilombo Boa Nova que pudessem ser utilizados em sala de aula também reforçou a motivação em produzir um material neste sentido.

Acreditamos que o produto educacional em questão pode contribuir para que os leitores possam se situar neste *continuum*, que é a história. O trabalho foi desenvolvido a partir do caso concreto do Quilombo Boa Nova e de Professor Jamil, no entanto, é uma literatura que pode ser válida regionalmente e nacionalmente, pois ela costura o surgimento destes povoamentos não como casos exclusivos, mas como parte de um contexto histórico que é nacional, estadual e regional.

O E-book (Figura 4) aborda elementos históricos e características relacionadas às origens de Professor Jamil e da Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova. Tem como objetivo apresentar acontecimentos históricos, de âmbito nacional e regional, que possuem relações com o surgimento destes povoados.

Figura 4 Capa do ebook



Fonte: elaborado pelos autores

Verificou-se que a povoação de Professor Jamil está relacionada com a imigração árabe no Brasil, com a construção de Goiânia, com a Marcha para o Oeste

e com a construção da Rodovia Federal BR 153. Em relação ao Quilombo Boa Nova, sua origem está ligada à mineração do ouro em Goiás, resistência quilombola ao escravismo, Lei de Terras de 1850 e a migração negra, em busca de prover a própria subsistência.

O texto aborda de forma descritiva aspectos da localização geográfica e características de relevo e vegetação do município de Professor Jamil, no qual se localiza a Comunidade Quilombola Boa Nova. Em seguida apresenta informações sobre sua história, levantadas a partir de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Plano Municipal de Educação (PME, 2015) e Plano Municipal de Saúde (PMS, 2017), no qual consta uma tabela discriminando o quantitativo da população por faixa etária e por sexo.

Importantes relatos sobre as primeiras décadas de povoamento foram encontrados em duas obras de Jorge Salim Sáfady, um dos fundadores da cidade. A primeira é um artigo intitulado “Ontem uma ideia, hoje uma realidade: a cidade de Professor Jamil Sáfady”, apresentada no VII Simpósio nacional dos professores de história, na Universidade de São Paulo, em 1974. A segunda é o livro “Criação e instalação da Paróquia Nossa Senhora das Graças em Professor Jamil Sáfady”, publicado pela Edições Garatuja, em 1987. Em decorrência da origem sírio-libanesa dos principais idealizadores do empreendimento de formação do novo povoado, presente inclusive em seu próprio nome, o texto aborda sobre a imigração árabe no Brasil.

A contextualização histórica do período indica uma sincronia do surgimento do povoado com o movimento de ocupação econômica do interior do Brasil, presentes na ideologia da Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas; na construção da rodovia BR 14 (hoje BR 153), cujo alinhamento com eixo longitudinal do território goiano possibilitou a expansão econômica até o Norte Goiano e o intercâmbio comercial entre Goiânia e São Paulo; e a Construção de Goiânia, que despertava o imaginário social sobre a criação de um “novo mundo” nesta região.

Ao lado do povoado de Professor Jamil, surgiu o povoado da Boa Nova, atualmente um bairro da cidade. O texto indica que as narrativas oficiais sobre a história do primeiro não abarcam suficientemente os elementos ligados à história do segundo, que contou com outros protagonismos. Neste caso, além dos pontos inicialmente mencionados, possuem importância central a fundação do Centro Espírita

Luz e Caridade, que foi um atrativo para que as pessoas fixassem residência no local. Seu primeiro presidente foi Alírio Eliseu Teixeira.

A situação dos negros em Goiás tem sua história ligada ao ciclo da mineração do ouro, que os submeteu, como escravizados, a condições de trabalho extenuantes e desumanizantes. Situação que não era aceita tranquilamente, mas para a qual opuseram resistência, sendo a principal delas a fuga e a formação de quilombos. Como quilombolas, as negras e negros goianos procuravam prover sua própria subsistência, mas sempre aliados dos projetos oficiais de socialização, como a Lei de Terras de 1850 que lhes retiravam o direito de possuírem as terras cultivadas por eles próprios. Dessa forma, migravam de fazenda em fazenda, sem possibilidade de fixarem residência. Relatos de pioneiros do Quilombo Boa Nova afirmam que estes encontraram no nascente povoado um lugar em que puderam construir suas moradias, contar com a solidariedade dos vizinhos e o apoio de uma liderança espiritual/política.

7.2 APLICAÇÃO

O e-book foi aplicado de forma remota, com os participantes da pesquisa, com professores de história e geografia nas escolas do município e com integrantes do Quilombo Boa Nova. O produto foi encaminhado por e-mail e/ou WhatsApp, para que pudesse ser lido e avaliado, com a seguinte mensagem:

“Gostaríamos de compartilhar com você este ebook que construímos, como parte de nossa pesquisa de mestrado. Caso você possa realizar a leitura e depois registrar sua opinião sobre o material, através do formulário em anexo, ficaríamos muito gratos!”

7.3 AVALIAÇÃO

Junto com o ebook foi encaminhado um formulário do Google (Figura 5), através do qual os leitores puderam opinar sobre diversos aspectos do material. A seguir apresenta-se detalhadamente cada quesito sobre o qual os leitores foram instigados a emitir a sua avaliação.

Figura 5 Cabeçalho do formulário de feedback



Feedback do e-book Histórico e Características de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova

Agradecemos a sua leitura e apreciação do material disponibilizado. Esperamos que possa ter contribuído com sua percepção acerca do assunto abordado.

Gostaríamos de receber seu feedback para continuar melhorando a formatação e o conteúdo. Responda a esta pesquisa rápida e conte-nos sua opinião. As respostas serão anônimas.

E-mail *

E-mail válido

Ativa

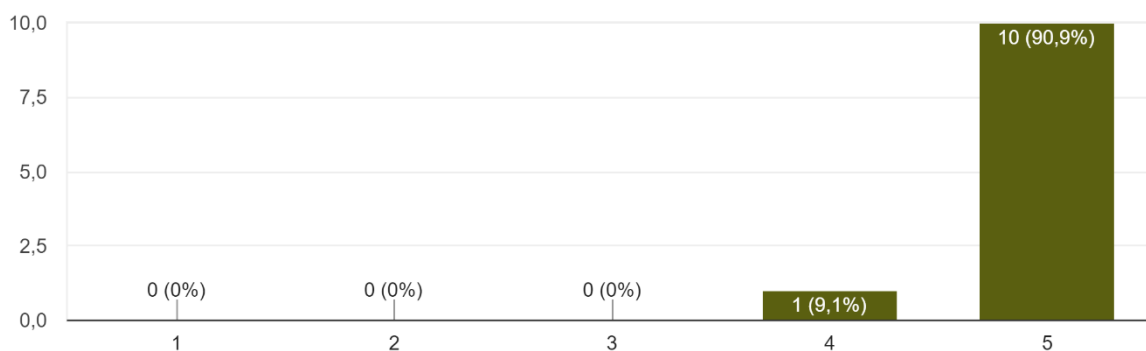
Fonte: elaborado pelos autores

Em relação à primeira pergunta do questionário (Figura 6), os leitores poderiam marcar opções de 1 (pouco satisfeito) a 5 (muito satisfeito). 10 pessoas assinalaram a opção 5, afirmando que ficaram muito satisfeitas com o ebook, enquanto uma marcou a opção 4, sinalizando que ficou satisfeita.

Figura 6 Satisfação com o e-book

Você ficou satisfeito com o e-book?

11 respostas



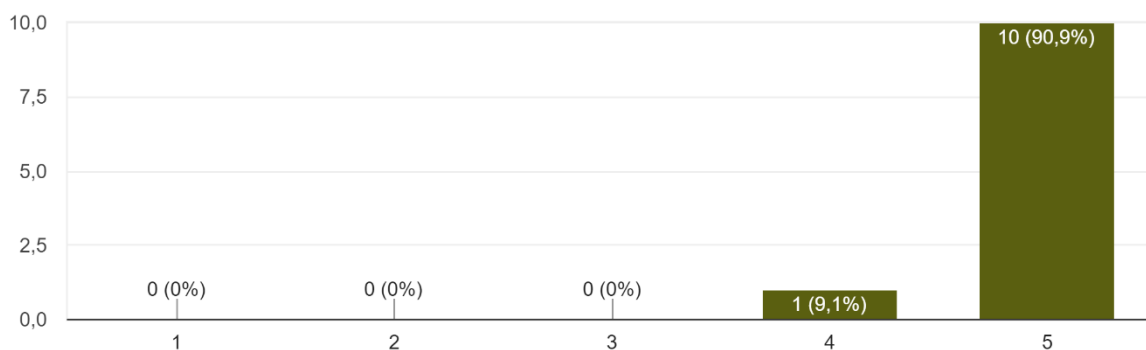
Fonte: Elaborado pelos autores

A segunda questão (Figura 7) abordou a relevância ou utilidade do material. Os resultados foram semelhantes aos da primeira questão, com a maioria dos feedbacks avaliando o produto de forma positiva.

Figura 7 Relevância do e-book

Você considera o e-book como relevante ou útil ?

11 respostas



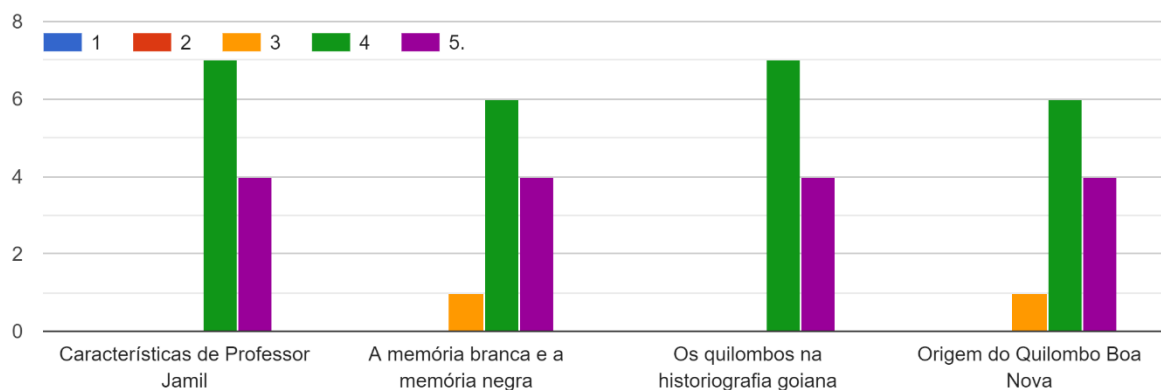
Fonte: elaborado pelos autores

Na terceira questão (Figura 8), os leitores puderam dar o *feedback* sobre cada Seção do *ebook*. Nesta etapa as avaliações também se mostraram positivas, com as

avaliações ficando entre as notas 4 e 5. Em duas sessões um leitor avaliou com nota 3, que representa um valor neutro.

Figura 8 Satisfação por seções do e-book

Você ficou satisfeito com as sessões?



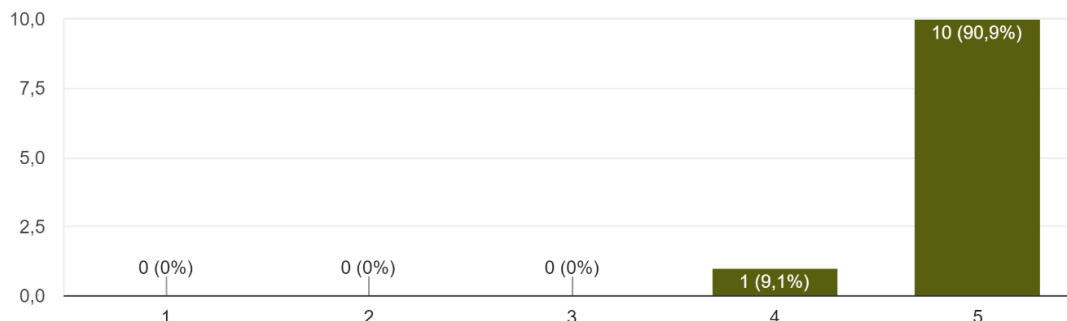
Fonte: elaborado pelos autores

A quarta questão era específica sobre o conteúdo (Figura 9), ou seja, o componente textual do material. 10 pessoas deram nota máxima e 1 pessoa avaliou com nota 4.

Figura 9 Satisfação com o conteúdo do e-book

Você ficou satisfeito com o conteúdo do e-book?

11 respostas



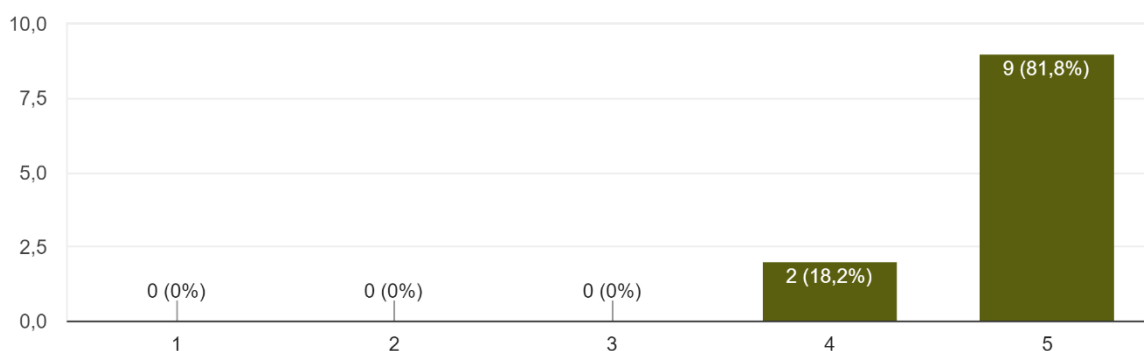
Fonte: elaborado pelos autores

A quinta questão foi específica sobre a forma (Figura 10), ou seja, a parte gráfica do material. Nesta dimensão, 9 pessoas avaliaram que ficaram muito satisfeitas e 2 pessoas pontuaram que ficaram satisfeitas.

Figura 10 Satisfação com a apresentação do e-book

Você ficou satisfeito com a apresentação (fontes, cores, imagens, formas) do e-book?

11 respostas



Fonte: elaborado pelos autores

A sexta questão foi aberta, e tinha o seguinte enunciado: “Qual seu feedback geral sobre o ebook?”. Algumas respostas dos leitores foram:

“Material maravilhoso de extrema importância e relevância para conhecimento acerca do município de Professor Jamil, estado de Goiás e principalmente sobre os quilombolas!”

“Adequado aos propósitos do Programa, bem como ao público geral dos espaços não formais de educação dos povos do campo”

“Excelente trabalho!!! É de grande importância elaborar um material deste nível o qual nos trás grandes informações sobre a História e características de nosso município”.

“Fiquei encantada com a história negra de professor Jamil”

A sétima questão também instigava o leitor a avaliar o material com suas próprias palavras. Tinha o seguinte enunciado: “O que você gostou muito?” Algumas respostas foram:

“Conhecer detalhadamente sobre a história de Professor Jamil e os quilombolas”

“Gostei da relevância do contexto o qual nós trás as memórias de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova”

A última questão instigava o participante a realizar uma crítica sobre o material. O enunciado pedia: “Em sua opinião, o que faltou ou poderia ser acrescentado?” Neste tópico, os leitores reafirmaram o modo como estavam avaliando anteriormente. Algumas de suas falas:

“não faltou nada”; “Não faltou nada na minha opinião”; “Na minha opinião o e-book está apresentado de uma maneira excelente”.

De forma geral, o produto educacional aqui apresentado teve boa receptividade junto ao público a que foi disponibilizado. Acreditamos que este material poderá contribuir para o avanço do diálogo dos quilombolas com a sua própria história, em âmbito local, regional e nacional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quilombos contemporâneos têm se constituído como grupos de brasileiras e brasileiros que buscam se apropriar de suas trajetórias históricas próprias, muitas vezes ocultadas por narrativas dominantes, que falsamente atribuem subalternidade e papel secundário das negras e negros na história do Brasil. Juntamente com os movimentos negros, estas comunidades se dedicam a combater as injustiças do passado e do presente, através da lutas, resistências e conquistas, em busca da efetivação de direitos, principalmente por meio da educação crítica e mobilizações coletivas.

Este estudo, “Quilombo Boa Nova de Professor Jamil: olhares sobre racismo, Educação Não Formal e empoderamento”, procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: “Qual tem sido a relação entre a Educação Não Formal e a formação omnilateral no Quilombo Boa Nova?”. O questionamento em questão foi elaborado tendo como referência o pressuposto de que no Quilombo Boa Nova a formação omnilateral recebe a contribuição de espaços não formais de educação, em que prevalecem elementos de valorização da própria história e cultura, promovendo o fortalecimento e emancipação deste grupo social. Este pressuposto foi confirmado de forma unânime pelos participantes da pesquisa, que enfatizaram a importância central da formalização da Associação Quilombola Boa Nova, instituição que contribui diretamente para a constelação de vozes, símbolos e saberes dos (as) quilombolas, do passado e do presente.

Dessa forma, em resposta ao problema de pesquisa, é possível dizer que a Educação Não Formal, no Quilombo Boa Nova, contribui diretamente para a formação omnilateral dos quilombolas. Em outras palavras, a criação da Associação Quilombola Boa Nova e as diversas ações que ela vem coordenando, tem contribuído para a ampliação da cidadania entre os (as) quilombolas.

No campo dos saberes escolares e científicos, existe uma mobilização permanente da Associação para que as crianças e adolescentes quilombolas em escolarização, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, tenham acesso à Educação Escolar Quilombola, modalidade em que a memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética, corporeidade e saberes tradicionais quilombolas são elementos norteadores do processo de ensino.

Os (as) jovens quilombolas, prestes a frequentar a etapa do Ensino Médio, recebem orientação e assessoria para o ingresso e permanência no Instituto Federal Goiano, campus Morrinhos ou Hidrolândia, no Ensino Médio Integrado, que tem como objetivo proporcionar uma formação ampla, para que o sujeito tenha uma visão mais completa do mundo, entendendo a si mesmo, seu contexto particular, social e econômico, por meio do trabalho, da ciência e da cultura.

Aos (às) jovens, em preparação para ingresso no Ensino Universitário, são oferecidas informações sobre o acesso através da política de cotas para quilombolas, ação afirmativa que tem o intuito de democratizar o acesso ao Ensino Superior.

Em relação à Educação Não Formal, a Associação Quilombola Boa Nova promove, para a comunidade quilombola e população jambilense em geral, eventos de valorização da história, estética, saberes e cultura negra, como forma de conscientização social sobre a importância dessas referências para a constituição das identidades, subjetividades, consciência social, econômica e política dos (as) quilombolas. Portanto, contribui de forma significativa com o processo de formação omnilateral.

Esta articulação em relação ao problema de pesquisa, atende de forma satisfatória ao objetivo geral da pesquisa, que pleiteava investigar a contribuição da Educação Não Formal para a formação omnilateral no contexto do Quilombo Boa Nova. Em relação aos objetivos específicos, que eram a) Descrever o Quilombo Boa Nova; b – Compreender a relação entre o autorreconhecimento como Quilombo Boa Nova e o empoderamento de seus membros; e c) Desenvolver um *E-book* sobre o histórico e características de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova, estes também foram contemplados.

Os objetivos específicos “a” e “c” foram contemplados através do desenvolvimento do *e-book* “Características e histórico de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova” (ANEXO B), o qual apresenta uma descrição detalhada sobre o surgimento do Quilombo Boa Nova e do povoado de Professor Jamil Sáfy, destacando acontecimentos históricos importantes, tanto antecedentes quanto contemporâneos, que influenciaram a migração e fixação de pessoas e moradias nestes lugares. O “c” em específico, foi elaborado como produto educacional, produção exigida em âmbito de mestrados profissionais.

O “b” foi alcançado através da Seção 6 da Dissertação, que tem como título “O empoderamento como itinerário de libertação”. Neste texto o empoderamento dos

quilombolas foi compreendido, através das falas dos participantes da pesquisa e das referências teóricas selecionadas, como a percepção de melhora gradual e progressiva das condições de vida, ampliação da criticidade, construção de cultura, fortalecimento político, e referências de construção de identidade e subjetividade.

O conteúdo trabalhado na Seção 4 “A resistência quilombola contra o racismo” foi uma categoria emergente na pesquisa. Uma investigação específica sobre o tema inicialmente não constava nos objetivos do estudo. No entanto, as falas de todos os entrevistados o abordaram de maneira enfática. Por um lado, denunciaram a dor de vivenciar sistematicamente experiências de racismo, violência que ataca a humanidade presente na vítima, procurando convencê-la de ser inferior e responsável por piores condições de vida. Por outro, apontam como a organização do quilombo, através dos direcionamentos da Associação Quilombola Boa Nova, vem contribuindo para os enfrentamentos necessários neste campo.

Como últimas considerações indicamos que a Educação Não Formal tem sido um recurso importante no contexto do Quilombo Boa Nova, se aliando à superação de preconceitos, enfrentamento do racismo, ao trabalho com elementos de sua cultura, história e identidade, aspectos que promovem resiliência e resistência, diante dos desafios diariamente impostos.

A atuação da Associação Quilombola Boa Nova busca proporcionar oportunidades para o desenvolvimento da consciência crítica e empoderamento dos quilombolas, para que estes possam se consolidar como importantes elementos na luta por justiça social.

No entanto, nota-se, dentro do próprio grupo, resistências a este trabalho. O que sinaliza que ainda existem passos a serem dados no sentido de desmistificar e desconstruir preconceitos em relação ao quilombo. Os eventos formativos desenvolvidos pela Associação também encontram dificuldades logísticas para sua efetivação, como a falta de um espaço próprio e escassez de recursos financeiros.

Não se tem a aspiração de que o material coletado e analisado possa responder todas as possíveis dúvidas que vierem a ser suscitadas com esta pesquisa. Trabalhou-se com conceitos abrangentes, que se aproximam, mas que também se distanciam entre si, e de forma alguma abarcam totalmente a riqueza dos relatos orais aqui apresentados. Acredita-se que estas poderão ser úteis para novas reflexões e estudos.

REFERÊNCIAS

- AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, p.378-391, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058>. Acesso em 20 fev. 2022.
- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.
- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos [...]. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003. Disponível em: [Microsoft Word - Decreto 4887-2003.doc \(mppr.mp.br\)](#) Acesso em: 12 fev 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm Acesso em: 12 fev. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 12 fev. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5 Acesso em: 12 fev. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988** - Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de agosto de 1988.

Disponível em: [Microsoft Word - LEI 7668 - Funda o Palmares.doc \(mppr.mp.br\)](#)
Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Ministério de Educação e Cultura (LDB). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [\(Microsoft Word - LEI N\272 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.doc\) \(mppr.mp.br\)](#) Acesso em: 10 fev 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010** - Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de julho de 2010. Disponível em: [Lei122882010EstatutoIgualdadeRacial.pdf \(mppr.mp.br\)](#) Acesso em: 10 fev 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012, de 5 de junho de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de junho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 12 fev 2022.

COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, **A verdade sobre a escravidão negra no distrito federal e entorno (CVN/SBB)**. Brasília: Sindicato dos Bancários de Brasília, 2017.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Comissão Pró-índio de São Paulo**, c1995-2020. Home page. Disponível em: <https://cpisp.org.br/> Acesso em: 18 fev 2022.

DOSSO, M. R; BRANDÃO, E. C. Educação do Campo: Avanços, limites e desafios para sua efetivação. **Paraná, Governo do Estado Secretaria da Educação**. Versão online, Cadernos PDE, Vol. 1, 2013, 17p.

ENGUITA, M. F. **A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2013.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 1995.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GHEDIN, E. **Educação do campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012. 448 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GOHN, M. da G. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 53–77, 2002. DOI: 10.20396/etd.v4i1.613. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/613>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

_____. Educação Não Formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

_____. **Educação Não Formal e o educador social [livro eletrônico]: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação**, II^a Série, n. 1, p. 35-50, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital**. Volume I. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

NARAYAN, D. **Empoderamiento y reducción de la pobreza**: libro de consulta. Coimbra: World Bank, Alfa Ômega, 2002.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, B. C.; DIAS, C. S. Educação Não Formal: instrumento de libertação e transformação. **Revista Científica da FHO|UNIARARAS**, v. 5, n. 2, p. 1-9, 2017. Disponível em: <http://www.uniararas.br/revistacientifica/documentos/art.027-2017.pdf>. Acesso em 20 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes [Convenção 169]**. 27 jun. 1989. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf Acesso em: 10 fev. 2022.

PALACIN, L. **O Século do Ouro**, 4^a edição, Goiânia, Editora UCG, 1994

PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

PROFESSOR JAMIL/**Plano Municipal de Educação** (PME, 2015)

PROFESSOR JAMIL/**Plano Municipal de Saúde** (PMS, 2015)

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT de Inclusão, 2015.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SILVA JUNIOR, A. F.; NETTO, M. B. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. Caderno temático: Cultura e Educação do Campo N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov/2011).

SILVA, M. J. **Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719 - 1888): introdução ao estudo da escravidão**. 1998. 464 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 1998.

Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA_Martiniano_Jos_da-1998.pdf.

Acesso em 20 fev. 2022.

SILVA, W. V. **Memória, identidade e políticas públicas na Comunidade Remanescente de quilombo Boa Nova (Prof. Jamil/GO)**. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade, Morrinhos, 2019.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**, São Paulo: Editora Leya, 2017

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil** [recurso eletrônico] / Jessé Souza. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe [Online]**, v. 11, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/300>. Acesso em 14 fev. 2022.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Membros da Comunidade Quilombola Boa Nova)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “FORMAÇÃO PARA O TRABALHO EM UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E OMNILATERALIDADE”, que será realizada com 08 membros da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova, localizada no município de Professor Jamil - GO. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - Campus Morrinhos. A pesquisa será conduzida pelo pesquisador Elias Paes de Araújo, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho, Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) – Campus Ceres.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Peça orientação quantas vezes for necessário para esclarecer todas as suas dúvidas. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo. A pesquisa cumpre as exigências referentes ao sigilo e aspectos éticos conforme instituído nas Resoluções nº 466 de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para pesquisas envolvendo seres humanos.

A realização deste estudo possui dupla relevância: acadêmica e social. Em âmbito acadêmico o estudo pode contribuir para a compreensão dos elementos que estão relacionados à importância da Educação Não Formal para a formação humana integral no contexto do grupo em questão. Do ponto de vista social, pode vir a somar como subsídio de reflexão e ação para outros grupos que se reconheçam, em algum aspecto, com traços semelhantes aos que serão trabalhados nesta pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como ocorre a formação para o trabalho a partir da Educação Não Formal na Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova. Os objetivos específicos buscam descrever a Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova e a Educação Não Formal presente nesta, relacionando-a com o processo de formação humana integral. Bem como desenvolver um *E-book* a este respeito.

Para participar desse estudo você precisará responder a uma entrevista semiestruturada, que terá como base um roteiro de entrevista elaborado pelo pesquisador. A entrevista presencial ocorrerá nas dependências da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova e levará em torno de 1 (uma) hora para ser respondida. O encontro presencial será prioritário, porém, caso não seja permitido ou viável por medidas de segurança adotadas na contenção da pandemia, a pesquisa poderá ocorrer no formato on-line. O encontro presencial ou virtual será agendado respeitando sua disponibilidade e do pesquisador, e serão retomados os objetivos da pesquisa, bem como esclarecidas dúvidas com relação aos procedimentos e assegurando o sigilo da entrevista. A entrevista somente será gravada em áudio se houver sua autorização. A finalidade da gravação é para a posterior transcrição e análise, o que garantirá fidedignidade às suas falas. Elas não serão disponibilizadas para outras pessoas além da equipe de pesquisa. Caso você concorde, um gravador de áudio será posicionado no ambiente em que ocorrerá a entrevista e será acionado pelo pesquisador quando esta tiver início e desligado ao final. Você não será obrigado a responder todas as perguntas e poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ser prejudicado por isso. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Você tem direito de acesso às suas respostas e caso queira alterá-las poderá fazer.

Você também será convidado a avaliar um e-book que será construído pelo pesquisador, e abordará o histórico de processos de formação ocorridos no âmbito da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova. O mesmo será disponibilizado a você por e-mail. Junto ao e-book será encaminhado um questionário do *Google Forms*, contendo 10 (dez) afirmativas sobre o mesmo e alternativas dispostas em escala *likert*, com 5 graus de concordância: número 1 para “Discordo totalmente”, número 2 para “Discordo”, número 3 para “Indiferente”, número 4 para “Concordo” e número 5 para “Concordo totalmente”. Ao final do questionário com questões fechadas, haverá um espaço para que você possa livremente emitir sua opinião acerca do produto. É importante ressaltar que você será convidado para participar desta etapa da pesquisa e terá o prazo de 10 (dez) dias para se decidir por sua participação ou não. Os questionários não possuirão um campo para a identificação do participante, garantindo, assim, a confidencialidade e a impessoalidade do

processo. Você poderá desistir da colaboração a qualquer momento, sem quaisquer penalidades ou prejuízos.

Os riscos em relação a possíveis danos decorrentes de sua participação nessa pesquisa são graduados como grau mínimo, pois trata-se de um estudo que emprega técnica e método retrospectivo de pesquisa, por meio de entrevista semiestruturada, a qual tem por objetivo ouvir o seu relato, que terá resguardada a confidencialidade e a impessoalidade do processo. No entanto, constrangimento, desconforto, ansiedade, medo, vergonha, estresse, cansaço e aborrecimento são possibilidades de sensações que podem ocorrer a você. Em relação a estas, o pesquisador se esforçará para minimizá-las, através do cuidado, sensibilidade, atenção, respeito, estruturação adequada dos instrumentos de pesquisa e da realização da mesma em datas, horários e locais previamente discutidos e acordados com você. Em relação a riscos relacionados à ergonomia e de caráter ocupacional do participante, será previamente discutido se você apresenta alguma necessidade especial em relação ao primeiro fator, podendo informar ao pesquisador as formas de minimizá-los. No que diz respeito ao segundo, coloca-se que a estimativa prévia de duração da entrevista será de 1 (uma) hora, para que você possa considerar sua rotina e apontar as possibilidades de participação que melhor se adequem à sua realidade. Também são considerados riscos em relação à quebra de sigilo e anonimato. Em relação ao primeiro item, os dados coletados em arquivos físicos e digitais serão mantidos sob a guarda e responsabilidade do pesquisador, por um período de 5 anos após o término da pesquisa e a seguir serão destruídos. O anonimato será preservado mediante a ocultação de informações que possam levar à sua identificação em todas as publicações científicas que resultarem deste estudo. Seu nome será substituído por código.

Em relação à dimensão física, existem os riscos inerentes ao contágio da Covid-19. Para as entrevistas serão considerados todos os protocolos de segurança preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde e das secretarias estadual e municipal de saúde. Dessa forma, a entrevista será realizada em ambiente limpo e previamente higienizado e desinfetado pelo pesquisador, principalmente superfícies e objetos que serão tocados com frequência. Antes do momento da entrevista, as mãos do pesquisador e do participante serão lavadas e/ou higienizadas com álcool 70%. As máscaras faciais serão usadas durante todos os momentos que o pesquisador

manter contato de proximidade física com o participante, dentro dos limites do distanciamento social (um metro e meio de distanciamento). Não serão realizados cumprimentos como aperto de mão ou abraço, que serão substituídos por cumprimentos simbólicos. O ambiente deverá ser obrigatoriamente arejado e ventilado. Caso você ou o pesquisador estejam apresentando qualquer sintoma que leve a suspeita de infecção por Coronavírus a entrevista será adiada. Você pode optar pela realização da entrevista de forma online, por meio de videoconferência.

No caso em que ocorrer algum dano proveniente da realização das entrevistas o pesquisador estará apto a auxiliá-lo, bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo (a) para auxílio junto às unidades de saúde públicas do seu município.

Em relação aos benefícios proporcionados pela presente pesquisa, considera-se a possibilidade de que os dados obtidos neste estudo contribuam com a produção de conhecimentos científicos no que se refere à importância dos espaços e ações de formação para o trabalho no contexto de Comunidades Remanescentes de Quilombos, influenciando na formação humana integral de seus membros.

Se você se sentir prejudicado moralmente ou materialmente durante a realização da pesquisa, em decorrência da sua participação, sendo o dano devidamente comprovado como decorrente dessa pesquisa, você poderá pleitear indenização, de acordo com a legislação vigente, conforme estabelecido pela Resolução CNS 510/16.

Os resultados serão divulgados através de artigos científicos e na dissertação de mestrado do pesquisador. Vale ressaltar que tanto os seus dados de identificação, quanto a sua identidade serão mantidos em sigilo, apenas os pesquisadores terão acesso. Em todas as publicações científicas decorrentes deste estudo serão adotados códigos de identificação ou nomes fictícios.

Você poderá questionar ou solicitar informações sobre a pesquisa quando achar necessário, mesmo depois de realizada a entrevista, por meio do contato do pesquisador que consta no final deste documento. Bem como terá acesso ao registro do seu consentimento sempre que solicitado.

Não haverá nenhum custo a você relacionado a este estudo, bem como não haverá remuneração, pagamento ou recompensa pela sua participação, sendo ela totalmente livre. No entanto, caso existam eventuais despesas decorrentes da sua participação, como alimentação e transporte, estas serão ressarcidas integralmente pelo pesquisador.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano), que é um colegiado interdisciplinar e independente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Está situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74.085-010. Pode ser contatado através do e-mail: cep@ifgoiano.edu.br ou pelo telefone: (62) 3605-3600.

Desde já agradeço sua atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações.

No caso de aceitar participar desse estudo, rubricque todas as folhas e assine ao final deste documento. As folhas também terão sido rubricadas pelo pesquisador e assinadas pelo mesmo, na última página. Este documento tem 2 (duas) vias e 1 (uma) delas é sua. A outra ficará com o pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma.

Elias Paes de Araújo – (pesquisador de campo)

Endereço e contatos do responsável pela pesquisa: Rua José Ponciano, Qd. 08, Lt. 02, Setor Central, Professor Jamil-GO, CEP:75650-000. **Telefone:** (62) 99180-1609, **E-mail:** eliaspaesdy@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semi estruturada com Membros do Quilombo Boa Nova

1. Como você conheceu a Associação Quilombola Boa Nova?
2. Qual a trajetória na AQBN?
3. O que a AQBN representa para você?
4. Em sua opinião, qual a importância da AQBN para o Quilombo Boa Nova?
5. Em sua opinião, qual a importância da AQBN para o município de Professor Jamil?
6. Quais foram as principais conquistas da AQBN?
7. Como a AQBN tem contribuído com os jovens do município?
8. Existem dificuldades específicas para os jovens? Se sim, quais são as principais? Como a Associação vem se posicionando em relação a isso?
9. Você já participou de eventos promovidos pela AQBN? De quais? O que levou você a participar?
10. Em sua opinião, qual a importância destes eventos?
11. Quais foram os pontos positivos proporcionados pelos eventos?
12. Quais foram os pontos negativos proporcionados pelos eventos?
13. Quais foram os impactos sociais destes eventos?
14. Quais os impactos da Pandemia em relação ao funcionamento da Associação Quilombola Boa Nova?
15. Quais foram as principais mudanças em sua vida ao participar da AQBN?
16. Como é a organização da AQBN? Quem são as lideranças? Acontecem reuniões? Como acontecem? Com que frequência? Geralmente se referem a quais assuntos?
16. Se discute política no âmbito da Comunidade?
17. Como as pessoas têm falado coletivamente sobre o tempo presente?
18. Existe organização estratégica?
19. Qual a sua relação com as pessoas mais tradicionais dentro da comunidade?
20. Existem pessoas que inspiram você dentro da comunidade? Em qual sentido?

APÊNDICE C – Exemplo de Unitarização

CDGO	TÍTULO	REESCRITA
US1:	Trajetória	O participante aponta sua relação de consanguinidade como elo entre ele e o movimento quilombola.
US2:	Rivalidade	Separação entre a história do bairro Boa Nova e do povoado de Campo Limpo. O participante aponta que o Setor Boa Nova possui uma fundação própria, separada da cidade de Professor Jamil, referindo-se ao Setor Boa Nova, ora como lado de cá e Professor Jamil como lado de lá, ora “nós aqui de baixo” e “eles lá de cima”.
US3:	Rivalidade	O participante indica que a relação entre os dois setores era de rivalidade, sendo que este a presenciou “fortemente”.
US4:	Bairro Boa Nova	O participante aponta o “poder aquisitivo”, mas que também se relaciona com outras formas de poder, como sendo menor. Ele se reconhece em uma situação de desigualdade econômica.
US5:	Racismo	O participante aponta que “definitivamente” a análise da relação entre os bairros deve incluir “a questão da cor”. O participante discorre sobre as características que marcavam a divisão: condição social e a cor. E como isto influenciava no acesso a oportunidades de trabalho no município. Esta associação é consoante à compreensão de que o racismo é uma forma de relação social que estrutura de forma política e econômica.
US6:	Bairro Boa Nova	O participante aborda que a exclusão social incidia sobre as oportunidades de trabalho, alijando os moradores pretos do bairro Boa Nova dos “serviços bons”. Destaca-se o verbo sobrar, que neste caso, remete à ideia de ter acesso ao que poderia subsistir como resto.
US7:	Bairro Boa Nova	O baixo nível econômico dificultava o acesso à Educação formal para os remanescentes de quilombos da Boa Nova.
US8:	Rivalidade	O participante exemplifica como a desigualdade social / racial / econômica refletia nas relações entre os grupos rivais e vizinhos.
US9:	Racismo	O participante recorre ao marco temporal “século XXI” como um fator amenizador para as rivalidades raciais.
US10:	Trabalho da Associação / Empoderamento	o participante correlaciona o termo “estruturada” a “estudamos”, indicando que houve uma mudança no conjunto das relações sociais dentro da comunidade, em que os moradores da Boa Nova conseguiram ocupar postos de trabalho e funções sociais que não acessavam antes.
US11:	Trabalho da Associação / Empoderamento	cita cargos que considera de relevância social e as pessoas pretas que os ocuparam, exemplificando como espaços conquistado. O espaço não é só o geográfico, mas em inserção social.

US12:	Rivalidade / Ciúme	O participante indica que a autoafirmação dos pretos gerou, como reação, ciúme nas pessoas pertencentes ao outro grupo, por constatarem a perda de exclusividade na disputa por cargos de poder na sociedade, que antes exerciam hegemonicamente.
US13:	Trabalho da Associação / Educação Não Formal	O participante afirma que às vezes ignoram intencionalmente as críticas oriundas de preconceito racial, não revidando diretamente com agressividade como antes, mas concentram-se no esforço por conquistas e resistências no campo de ações afirmativas e educativas, por serem pedagogicamente mais profícuas.
US14:	Trabalho da Associação / Educação Não Formal	O entrevistado começa esta fala dizendo que houve um processo de esclarecimento social. Ao final, cita que houve um trabalho do quilombo para que isto se tornasse possível.
US15:	Trabalho da Associação / Políticas públicas	O participante apresenta sua compreensão sobre políticas públicas, conquistadas através do esforço do movimento negro, como a “política de cotas”, que objetiva defrontar estruturas sociais mantenedoras da marginalização dos negros. Aponta que esta compreensão não é consenso dentro da própria comunidade quilombola Boa Nova. O que indica a importância da preservação e ampliação das ações formativas desenvolvidas pela comunidade.
US16:	Liderança / Políticas públicas	O trabalho da líder para garantir o acesso às políticas públicas.
US17:	Trabalho da Associação / Educação Não Formal	É interessante a amarração que o participante faz entre política e educação. Estas duas dimensões da formação estão alinhadas com a “educação libertadora”, que investiga, questiona e problematiza as relações de poder na sociedade.
US18:	Trabalho da Associação / Políticas públicas	Busca pela efetivação de direitos.
US19:	Trabalho da Associação / Educação Não Formal	O participante também associa o trabalho do quilombo com o trabalho de “resgate” da cultura.
US20:	Racismo	Um exemplo sobre como a estrutura do racismo age para a segregação. A pessoa em questão, provavelmente não teve a oportunidade de ter desenvolvido recursos internos para se autoafirmar e, diante da violência racial, torna-se alijado do acesso à educação formal, sendo por consequência, alijado do exercício pleno de cidadania, da condição de membro de um Estado e do gozo de direitos que possibilitam a participação plena e efetiva, como sujeito e não como vítima, da vida política dele.

ANEXO A – Certidão de Autodefinição do Quilombo Boa Nova



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

2ª VIA

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.011634/2014-13. **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE BOA NOVA**, localizada no município de Professor Jamil/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 017, Registro nº 2.242, fl.062, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DOS QUILOMBOS.**

Eu, **Edi Freitas de Paula**, (Ass.),....., Diretora Substituta de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **10 de agosto de 2016.**

O referido é verdade e dou fé.


Erivaldo Oliveira da Silva
 Presidente
 Fundação Cultural Palmares

Ative

ANEXO B – E-book Histórico e características de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova



ELIAS PAES DE ARAÚJO
MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO

HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL E QUILOMBO BOA NOVA

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT - do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1	CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL	9
1.1	Histórico de Professor Jamil	11
1.2	Imigração árabe no Brasil	12
1.3	Construção de Goiânia e Marcha para o Oeste	14
1.4	A construção de rodovias e a expansão de áreas de ocupação econômica	16
1.5	Narrativa de Jorge Sáfydy sobre a origem do loteamento Boa Nova	17
2	A MEMÓRIA BRANCA E A MEMÓRIA NEGRA	19
3	OS QUILOMBOS NA HISTORIOGRAFIA GOIANA	24
3.1	A mineração do ouro em Goiás	25
3.2	A resistência quilombola em Goiás	26
3.3	A Lei de Terras de 1850	29
3.4	Origem do Quilombo Boa Nova	29
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34

*Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando*

*Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.*

(Nêgo Bispo)



INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Este E-book aborda elementos históricos e características relacionadas às origens de Professor Jamil e da Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova. Tem como objetivo apresentar acontecimentos históricos, de âmbito nacional e regional, que possuem relações com o surgimento destes povoados.

Verificou-se que a povoação de Professor Jamil está relacionada com a imigração árabe no Brasil, com a construção de Goiânia, com a Marcha para o Oeste e com a construção da Rodovia Federal BR 153. Em relação ao Quilombo Boa Nova, sua origem está ligada à mineração do ouro em Goiás, resistência quilombola ao escravismo, Lei de Terras de 1850 e a migração negra, em busca de prover a própria subsistência.

O texto se inicia abordando de forma descritiva aspectos da localização geográfica e características de relevo e vegetação do município de Professor Jamil, no qual se localiza a Comunidade Quilombola Boa Nova. A seguir estão localizadas informações sobre sua história, levantadas a partir de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Plano Municipal de Educação (PME, 2015) e Plano Municipal de Saúde (PMS, 2017), no qual consta uma tabela discriminando o quantitativo da população por faixa etária e por sexo.

*Importantes relatos sobre as primeiras décadas de povoamento foram encontrados em duas obras de Jorge Salim Sáfady, um dos fundadores da cidade. A primeira é um artigo intitulado *Ontem uma ideia, hoje uma realidade: a cidade de Professor Jamil Sáfady*, apresentada no VII Simpósio nacional dos professores de história, na Universidade de São Paulo, em 1974. A segunda é o livro *Criação e instalação da Paróquia Nossa Senhora das Graças em Professor Jamil Sáfady*, publicado pela Edições Garatuja, em 1987. Em decorrência da origem sírio-libanesa dos principais idealizadores do empreendimento de formação do novo povoado, presente inclusive em seu próprio nome, o texto aborda sobre a imigração árabe no Brasil.*

A contextualização histórica do período indica uma sincronia do surgimento do povoado com o movimento de ocupação econômica do interior do Brasil, presentes na ideologia da Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas; na construção da rodovia BR 14 (hoje BR 153), cujo alinhamento com eixo longitudinal do território goiano possibilitou a expansão econômica até o Norte Goiano e o intercâmbio comercial entre Goiânia e São Paulo; e a Construção de Goiânia, que despertava o imaginário social sobre a criação de um “novo mundo” nesta região.

Ao lado do povoado de Professor Jamil, surgiu o povoado da Boa Nova, hoje um bairro da cidade. O texto indica que as narrativas oficiais sobre a história do primeiro não abarcam suficientemente os elementos ligados à história do segundo, que contou com outros protagonismos. Neste caso, além dos pontos inicialmente mencionados, possuem importância central a fundação do Centro Espírita Luz e Caridade, que foi um atrativo para que

peças fixassem residência no local. Seu primeiro presidente foi Alírio Eliseu Teixeira.

A situação dos negros em Goiás tem sua história ligada ao ciclo da mineração do ouro, que os submeteu, como escravizados, a condições de trabalho extenuantes e desumanizantes. Situação que não era aceita tranquilamente, mas para a qual opuseram resistência, sendo a principal delas a fuga e a formação de quilombos. Como quilombolas, as negras e negros goianos procuravam prover sua própria subsistência, mas sempre aliados dos projetos oficiais de socialização, como a Lei de Terras de 1850 que lhes retiravam o direito de possuírem as terras cultivadas por eles próprios. Dessa forma, migravam de fazenda em fazenda, sem possibilidade de fixarem residência.

Relatos de pioneiros do Quilombo Boa Nova afirmam que estes encontraram no nascente povoado um lugar em que puderam construir suas moradias, contar com a solidariedade dos vizinhos e o apoio de uma liderança espiritual/política.

1 CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL

2



²Paróquia N. S. das Graças de Professor Jamil

Fonte: Página da Paróquia N. S. das Graças de Professor Jamil no Facebook

Disponível em: <https://bit.ly/3FSsKmZ>

Acesso em: 23 jan. 2022. Sua construção foi iniciada em 1966.

1 CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL



Professor Jamil é um pequeno município do Estado de Goiás. Está localizado na Mesorregião Sul Goiano e Microrregião Meia Ponte, entre os rios Meia Ponte e Dourados. Possui altitude de 748 metros, latitude Sul de 17°14'55" e longitude Oeste de 49°14'30". Limita-se com os municípios Cromínia e Mairipotaba ao Nordeste e ao Oeste; com Hidrolândia ao Norte; com Piracanjuba ao Nordeste e ao Leste; e Pontalina ao Sudoeste e Sul. Possui área de unidade territorial de 349,419 km². Está situado a 72 km de distância de Goiânia e a 272 Km de Brasília, às margens da rodovia federal BR 153 (PME, 2015).

Seu relevo apresenta forma convexa, situado no Planalto Central Goiano, na faixa chamada de Planalto Rebaixado de Goiânia.

Na vegetação predomina a savana (cerrado), que se apresenta nos seguintes estratos: savana arbórea aberta, cuja característica é a presença de árvores e arbustos que variam de 2 a 8 metros de altura; savana arbórea densa, na qual as espécies de árvores podem alcançar 15 metros de altura e não apresentam tortuosidade; e, em menor proporção, a savana parque, marcada pela presença de um tapete composto por gramíneas e arbustos esparsos, com altura média de 2 a 3 metros.

3



A maior parte desta vegetação já sofreu intensa ação antrópica, sendo utilizada principalmente em formação de pastagens para a prática da

³Panorama de Professor Jamil. Fonte: <https://professorjamil.go.gov.br/historia/>

pecuária extensiva. Ultimamente, a monocultura da soja tem avançado sobre as áreas de pastagens (PME, 2015).



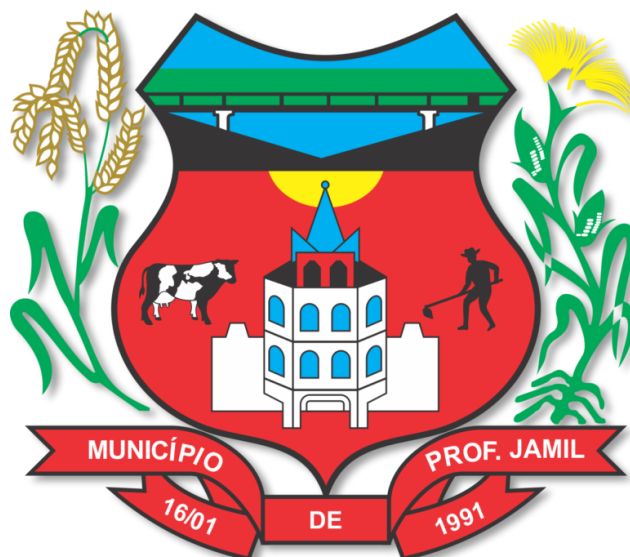
1.1 Histórico de Professor Jamil

Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Plano Municipal de Educação (PME, 2015) e Plano Municipal de Saúde (PMS, 2017) de Professor Jamil, a origem da cidade remete à 1942, quando um grupo de pessoas se reuniu e construiu um campo de futebol. Deste ano também consta o registro de funcionamento do primeiro comércio local.



Em 1948 foi realizado o desmatamento para a construção da BR-14, futura BR-153, fato que contribuiu para perseverança dos primeiros habitantes e como atrativo para novos, pois trouxe a certeza de que o movimento entre os centros urbanos já existentes seria facilitado (PMS, 2017).

⁴Com o aumento da população, o povoado, até então chamado de Campo Limpo, chegou à condição de distrito do município de Piracanjuba, através da Lei Estadual nº 8.111, de 14 de maio de 1976, passando a se chamar Distrito Professor Jamil Sáfady. ⁵Sua emancipação política veio ocorrer 14 anos mais tarde, através da Lei Estadual nº 11.404, de 16 de janeiro de 1991. O nome escolhido para o município, Professor Jamil, foi uma homenagem ao irmão de Taufic Salim Safady, um dos doadores do terreno para construção do povoado, o Professor Jamil Sáfady. O adjetivo gentílico é jambilense (PME, 2015).



⁴ Bandeira de Professor Jamil <https://professorjamil.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/bandeira-768x458.jpg>

⁵ Brasão. <https://professorjamil.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/bandeira-768x458.jpg>

A população presente no último censo (2010) era de 3.239 pessoas. A estimada para o ano de 2021 era de 3.211 pessoas. A densidade demográfica (2010) era de 9,32 hab/km² (IBGE, 2010). Cerca de 2.251 pessoas compõem a população urbana, enquanto 1.118 pessoas compõem a população rural residentes no município (PMS, 2015).

Tabela 1 – População por Faixa Etária e por Sexo

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4	67	64	131
5 a 6	31	39	70
7 a 9	74	61	135
10 a 14	120	117	237
15 a 19	129	140	269
20 a 39	456	467	923
40 a 49	245	236	481
50 a 59	216	201	417
60 e +	330	262	592
Total	1.668	1.587	3.255

Fonte: Adaptado de PMS (2015)

A tabela faz referência à população geral de Professor Jamil, estando inclusa nestes números a população quilombola. A distribuição por faixas etárias e por sexo apresenta proporcionalidade. No entanto, é possível identificar uma redução significativa no estrato de 0 a 9 anos.



1.2 Imigração árabe no Brasil

Sáfady (1974) desenvolve uma narrativa acerca da imigração árabe no Brasil, associada à abolição da escravidão (1888) e consequente necessidade de trabalhadores livres. Nesse período, vieram europeus de várias nacionalidades, sob acordos e controle governamental, a fim de suprir a mão-de-obra e reforçar o povoamento. Com este mesmo objetivo, também emigraram para o Brasil trabalhadores oriundos do continente asiático, entre eles, povos de língua árabe.

No momento, a imigração árabe se mostrava oportuna para o Brasil, por seu interesse em receber trabalhadores livres, e para os árabes, oriundos da Síria geográfica, região que seria dividida, para ser mais bem dominada pelas potências europeias vencedoras da Primeira Guerra Mundial (1914 -1918). Oprimidos em seu próprio território, muitos árabes emigraram para diversas áreas do mundo, inclusive para o Brasil, tornando-se parte da sociedade brasileira.

El-Moor (2011) aponta que a migração dos árabes para o Brasil comumente é registrada em duas grandes etapas, sendo possível observar em cada uma delas diferentes levas. Demarca-se a primeira como começando por volta de 1860/1870 e terminado com o início da Segunda Guerra Mundial. Dentro desta primeira etapa, considera-se que houve três fluxos: de 1860 a 1900; de 1900 a 1914; de 1918 a 1938. Segundo El-Moor (2011) a principal característica desta primeira etapa é que ela foi composta imigrantes cristãos, majoritariamente sírio-libaneses, que saíram de suas terras em decorrência do domínio otomano.

No que diz respeito aos imigrantes árabes que entrecruzarão suas histórias com o surgimento do atual município de Professor Jamil, Sáfady (1974) afirma que Georges Nars Sáfady pertence às primeiras levas de árabes que desembarcaram no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Logo depois, trouxe consigo o seu filho primogênito, Salim Georges Sáfady, que se estabeleceu no Rio de Janeiro, lugar em que abriu uma casa comercial. Em 1922 os demais membros da família de Salim Georges Sáfady vieram para o Rio de Janeiro, entre eles, seus três filhos mais novos, que teriam participação direta na criação do município goiano do qual estamos tratando: Jamil, Taufik e Jorge (SÁFADY, 1974).

A narrativa de Sáfady (1974) apresenta os três irmãos como estudiosos do paralelismo social árabe brasileiro e a busca de soluções para problemas sociais brasileiros. A respeito de Jamil Sáfady, afirma:

O paralelismo social árabe-brasileiro que Jamil Sáfady constatara e estudara e se aprofundara nele, quer em suas pesquisas pessoais, que nas suas atividades na Universidade de São Paulo, com positiva cooperação de seus mestres e colegas, levou a concretas resoluções e passou a estruturar um esquema de trabalho do qual participaram não só seus irmãos, já cooperadores diretos, mas todo aquele que se empossasse por uma de suas facetas (SÁFADY, 1974, p. 812).

Este campo de estudo conduziu Jamil Sáfady a fazer contatos fora da cidade de São Paulo, no Estado de Goiás, onde pode acompanhar o projeto de surgimento da nova capital, Goiânia. Nas palavras de Sáfady (1974):

[...] tendo feito contatos e estudos fora da cidade de São Paulo, e especificamente no Estado de Goiás, onde conhecera a nascente capital do Estado a bem traçada cidade de Goiânia, não pestanejou em aprimorar a planificação de uma verdadeira colonização do Brasil pelo próprio brasileiro. E como seus irmãos Taufik e Jorge já se encontravam no município de Piracanjuba, como que fazendo um estágio dentro de suas vastas planificações e estudos, pediu-lhes que dirigissem parte de suas atividades para aquele campo, ou seja o reconhecimento pelo brasileiro de suas próprias aptidões e capacidades, para uma conseqüente autoconfiança, do que resultaria sua vivência na própria colonização de suas áreas (SÁFADY, 1974, p. 812).

O empreendimento dos irmãos Sáfady coincidem com três acontecimentos históricos importantes para o Brasil e para Goiás, que já estavam em curso naquele momento. A criação de Goiânia como nova sede para ser capital de Goiás, que emerge como projeto em 1930; a Marcha para o Oeste, projeto de Getúlio Vargas, iniciado em 1937; A construção do trecho da BR 14, futura BR 153, no trecho entre Goiânia e Itumbiara, nos primeiros anos da década de 1950.

1.3 Construção de Goiânia e Marcha para o Oeste

Com a Revolução de 1930 no Brasil, Getúlio Vargas, que a liderou, tornou-se chefe do governo do Brasil por 15 anos consecutivos, se estendendo até 1945. Após este período retornou ao poder por três anos e meio, de 1951 até 1954. Em 1930, como chefe do Governo Provisório, nomeou interventores para os governos estaduais. Em Goiás, foi nomeado o médico Pedro Ludovico Teixeira, que governou por igual período (SILVA e MELLO, 2013).

Silva e Mello (2013) apontam que em Goiás o movimento revolucionário foi recebido de forma entusiasmada. A vitória de Vargas foi compreendida como expressão de democracia, liberdade e justiça, o que criaria possibilidades de superação da opressão oligárquica. O clima era de renovação, orientado pela esperança depositada em um processo de produção de um novo estado de Goiás e de um novo Brasil. Neste contexto surgia a ideia da construção de uma nova sede para a capital de Goiás. A necessidade de transferência da capital, entre outros motivos, associando-a ao processo revolucionário, pode ser percebida nas palavras de Pedro Ludovico Teixeira, em um relatório enviado ao presidente Getúlio Vargas, em 1933:

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação, operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se

instalou neste estado veio proporcionar à ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para ambicionada realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo (TEIXEIRA, 1934, citado por SILVA e MELLO, 2013, p. 66).

O ideal que visava o desenvolvimento das regiões centrais do país também se fazia presente em âmbito federal. Nesta esfera, o empreendimento que o sintetizava passou à história como a Marcha para o Oeste, projeto do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Silva e Mello (2013) apontam que vários autores concordam que o lançamento oficial desta campanha ocorreu por meio de um discurso proferido por Vargas, em 1937, no qual ele diz:

O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas venturosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas. Das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (IBGE, 1942, citado por SILVA e MELLO, 2013, p. 80).

A Marcha para o Oeste visava a colonização do interior do Brasil, visando responder a uma série de problemas sociais vigentes naquele momento, como a concentração demográfica nos centros urbanos litorâneos e suas tensões sociais, a necessidade de produção de alimentos para suprir o mercado interno, a necessidade da posse da terra para os pequenos lavradores, a possibilidade de dirigir correntes migratórias, entre outros (SILVA e MELLO, 2013). No imaginário social da maioria dos goianos, a criação de Goiânia refletia a materialização de condições fundamentais que viabilizaria a produção de um mundo novo nesta região. Esta é a compreensão de Bertran (2004) ao realizar a articulação entre os dois projetos: “Nesse momento, apenas a construção de Goiânia seria a pedra de toque, o marco concreto de tijolos e cimento capaz de alicerçar a ideologia nebulosa de uma ‘Marcha para o Oeste’” (BERTRAN, 2004, p. 69). É importante destacar que os dois empreendimentos se deram em diferentes plataformas de ações, o projeto da criação de Goiânia antecede o da Marcha para o Oeste em 7 anos e teve motivações próprias, mas coincidem na ideia de colonização e modernização do Centro Oeste.

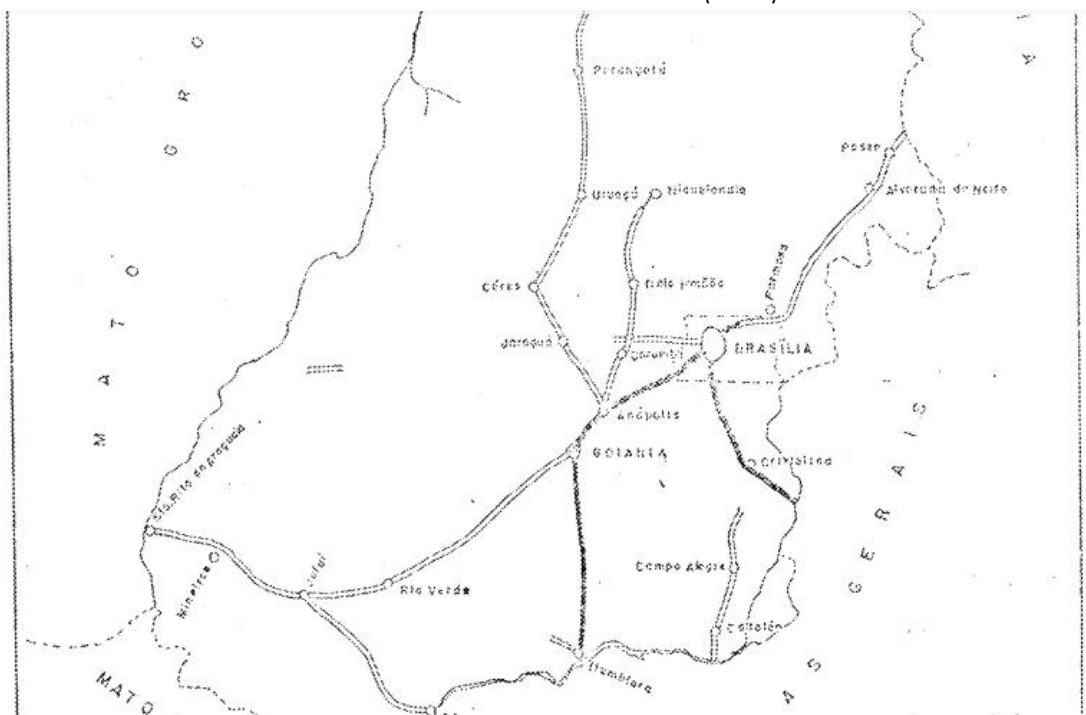
1.4 A construção de rodovias e a expansão de áreas de ocupação econômica

Outro empreendimento federal que era congruente com o espírito de conquista do interior do país foi a construção de rodovias que possibilitassem e facilitassem o acesso, intercâmbio comercial e escoação da produção agrícola. A BR 14, futura BR 153, foi construída neste período, e com esta missão, conforme podemos observar neste trecho de um documento intitulado *Histórico das rodovias federais em Goiás*, produzido pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), de 1984:

O trecho Goiânia – Itumbiara foi iniciado nos primeiros anos da década de 50 e concluído entre 1958/1960. A BR-153 forma com a BR-226 (Araguaína-Estreiro) a artéria principal do sistema de fluxo de transporte no Estado de Goiás, em virtude de seu alinhamento com o eixo longitudinal do território goiano. É de importância capital no intercâmbio comercial entre Goiânia e São Paulo, sem opção alternativa. Historicamente teve um papel relevante, como via de penetração, para a expansão da fronteira da área de ocupação econômica no Norte Goiano, depois de contribuído para a consolidação da Nova Capital de Goiás e, presentemente, é vital para a região Centro-Sul continuar economicamente ativa e em desenvolvimento (DNER, 1984, p. 32).

A figura abaixo ilustra a situação das rodovias federais em Goiás, no ano de 1963. O trecho que liga Itumbiara, Goiânia, Anápolis e Brasília já se encontravam pavimentados, conforme indica o trajeto preenchido de cor preta. As demais ainda não eram pavimentadas até o período retratado.

Rodovias Federais em Goiás (1963)



Fonte: DNER, 1984, p. 7

A demarcação do trajeto da BR 153 foi decisiva para a escolha do local onde seria implantando o povoado. Sáfady (1974) esclarece que “a sua localização foi se deslocando, de acordo com a fixação da picada da Estrada de Rodagem Federal, então denominada Transbrasilense” (SÁFADY, 1974, p. 814). Quando este local foi definido, foi então fixada a área em que este se instalaria. Foram adquiridos os terrenos, construído o projeto de urbanização e demarcação dos loteamentos, tendo início as primeiras construções em 1951 (SÁFADY, 1974).

1.5 Narrativa de Jorge Sáfady sobre a origem do loteamento Boa Nova

Inicialmente o loteamento Boa Nova não estava previsto no projeto de urbanização do nascente povoado dos irmãos Sáfady. Ele possui origem distinta deste. Sáfady (1974) narra os acontecimentos ligados ao seu surgimento através da seguinte ordem cronológica de acontecimentos: ‘Em 1956 Eugênio Jacinto de Lemos adquiriu uma propriedade rural, de 17 alqueires goianos, em uma área fronteira pelo lado sul do povoado; Em 1957 casou-se com Dona Maria Gomes de Lemos; Em 1959 sua esposa veio a adoecer, não encontrando cura junto aos tratamentos médicos e hospitalares, durante oito meses.



⁶ Centro Espírita Luz e Caridade. Fonte: (SÁFADY, 1974, p. 816)



Eugênio foi então orientado por seus sogros a levar sua esposa para tratar-se em Palmelo, um Centro Espírita situado no município de Pires do Rio. Em três meses Dona Maria já havia se recuperado. No entanto, o casal e seus filhos permaneceram no local por um período de quase dois anos, antes de retornarem para sua propriedade, para que pudessem aprofundar seus conhecimentos sobre a organização, composta por um sanatório, dispensário e orfanato (SÁFADY, 1974). Após o retorno para sua fazenda, nos arredores do povoado, narrou com satisfação para seu pai sobre o que viu e sentiu em Palmelo, sendo orientado por este que criasse um Centro Espírita⁷ em sua propriedade, seguindo o exemplo aprendido e convidasse Alírio Eliseu Teixeira, pai e irmãos para dirigir o Centro (SÁFADY, 1974).

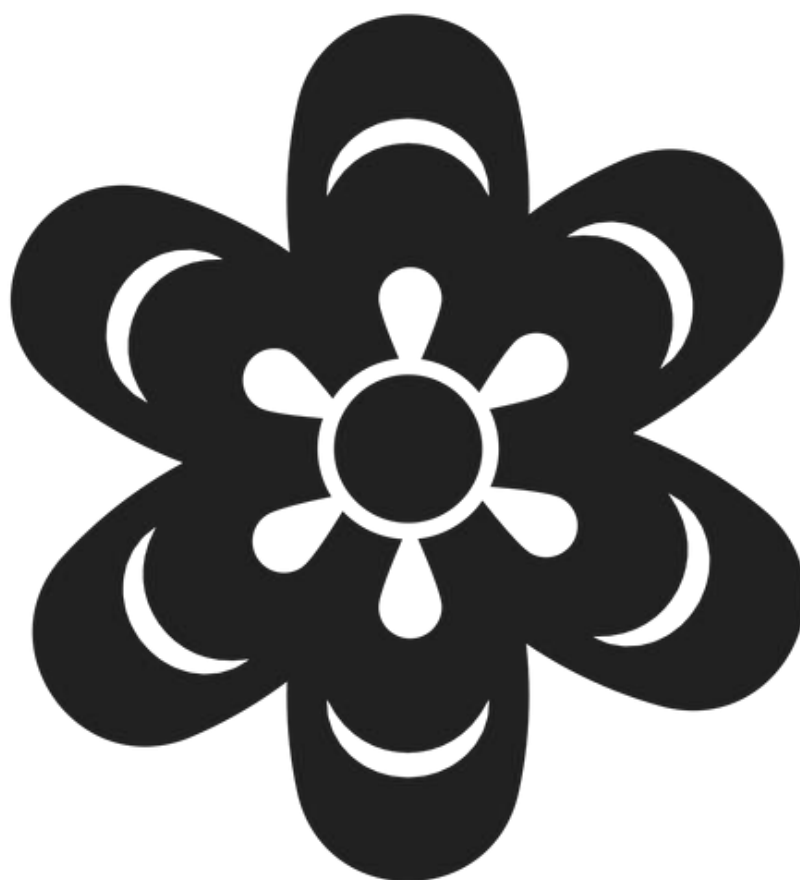
⁷ Centro Espírita Luz e Caridade

Fonte: Página do Centro Espírita Luz e Caridade no Facebook

Disponível em: https://www.facebook.com/CelcDeusCristoeCaridade/photos/?ref=page_internal

Acesso em: 23 jan. 2022.

2 A MEMÓRIA BRANCA E A MEMÓRIA NEGRA



2 A MEMÓRIA BRANCA E A MEMÓRIA NEGRA

Heródoto, conhecido pelo epíteto de “pai da história”, assim declara sobre a natureza de seus empreendimentos:

Esta é a exposição da investigação de Heródoto de Túrio, para que os acontecimentos passados não sejam extintos entre os homens com o tempo, e para que os feitos grandiosos e maravilhosos, uns realizados por helenos e outros por bárbaros, não fiquem sem glória, e ainda os demais assuntos e por qual motivo guerrearam uns contra os outros (HERÓDOTO, 2015, p. 29).

Esta disposição, de registrar os “feitos grandiosos e maravilhosos”, para que estes “não fiquem sem glória”, mostrou-se uma tendência dominante dos registros históricos, em que as narrativas sempre retratam a visão do vencedor, de maneira celebrativa, elogiando suas ações e não estabelecendo nenhuma forma de crítica sobre elas. Tal atitude epistemológica é sempre marcada por preconceitos, etnocentrismos e não alcança a integridade dos fenômenos, sendo estes observados a partir de uma única ótica, naturalizada como oficial, ou verdadeira. A história tem sempre outros lados, que em virtude de conjecturas de poder, tendem a ser ocultados.

Uma crítica a esta forma de narrar a história pode ser encontrada neste trecho do poema *Perguntas de um operário que lê*, de Bertold Brecht, em que o autor se preocupa com os esquecidos e invisíveis nas narrativas predominantes:

***Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída. Quem a reconstruiu
tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da
China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os
ergueu? Sobre quem triunfaram os césores? (BRECHT,
2000, p. 144)***

A história escrita a partir das grandes evidências, cujas fontes se encontram em monumentos, museus, igrejas, documentos de cartórios, documentos oficiais, publicações em veículos de imprensa, fotografias, nomes de ruas, entre outros, que se fazem explícitas nas paisagens rurais e urbanas, evidencia a narrativa dos vencedores. O poema de Brecht fala de reis e “suas” grandes construções. No caso de Goiás, estes registros fazem referência aos colonizadores, bandeirantes e grandes proprietários de terras. Como ilustra a imagem do *Monumento aos Bandeirantes*, inaugurado em Goiânia

em 1942, situado no centro da capital goiana. Esta forma de registro é importante e merece respeito. No entanto precisa sempre ser contextualizada e observada de forma crítica. No caso das bandeiras, estas vieram sempre com muitas pessoas negras escravizadas, responsáveis pelo trabalho da mineração, cujas condições de exploração, abusos, sofrimento e morte não renderam histórias escritas, registros oficiais ou monumentos. O genocídio indígena provocado por elas também fica em segundo plano. Este conjunto de documentos que se pretendem oficiais é chamado de “memória branca” (CVN/SBB, 2017).

Monumento aos Bandeirantes no ano de sua inauguração, em 1942



Fonte: Disponível em <https://jornal.ufg.br/n/90447-resgate-do-passado>. Acesso em 27/01/2022.

Segundo a CVN/SBB (2017) a memória branca abarca um grande número de informações detalhadas sobre a região, registradas em “mapas, fotografias, edições jornalísticas, atestações de compra e venda de terras, de posse de escravizados, recibo de impostos” (CVN/SBB, 2017, p. 28). Documentos considerados de muita valia para a problematização da história, por isso não devem ser depredados ou destruídos, provocando o silenciamento da reflexão. Até porque as formas de dominação que elas representam muitas vezes continuam vigentes, sendo esta a verdadeira realidade a ser transformada. O ponto fundamental não é que exista a “memória branca”, mas é que ela não pode ser a única.

Em contraposição à “memória branca”, discutiremos agora a “memória negra”. Esta não se encontra explicitamente em nossas paisagens e registros

oficiais. É por ela que se pergunta Brecht: “para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?”. No caso da memória negra ligada à Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova de Professor Jamil, é necessário investigá-la junto aos próprios quilombolas, acessando-a a partir de suas narrativas, crenças, vivências e espaços.

O relatório da CVN/SBB (2017) assim define a memória negra:

Contrapõe-se a história oficial, preservada através da oralidade, a história não contada, omitida, esfacelada. A resistência do negro para garantir sua sobrevivência, manter viva sua cultura ancestral, proteger o meio ambiente. A história sobre a consolidação dos quilombos e todos os seus percalços (CVN/SBB, 2017, p. 190).

Dessa forma, a história negra enfatiza o protagonismo do povo negro que narra, principalmente através da oralidade, a reelaboração do seu passado, conjugando lembranças de resistências à lógica colonizadora com o enfrentamento dos desafios e opressões contemporâneas (CVN/SBB, 2017).

Ao abordar o tema da colonização do Brasil, Santos (2015) propõe três conceitos: colonização, recolonização e contracolonização.

Colonização é compreendida como “processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2015, pp. 57-58). foi o que ocorreu em nosso país com a chegada dos portugueses, que invadiram, expropriaram, exterminaram e impuseram a própria cultura à força, a indígenas e povos africanos. As marcas e símbolos deste processo de extrema violência e dominação podem ser encontrados por todos os lugares, quando se observa com olhar crítico, como discutido no tópico sobre a memória branca.

Santos (2015) reflete que nosso país sofreu outra onda de colonização em nossa história recente, após a Segunda Guerra Mundial, chamada por ele de recolonização. Com este conceito o autor se refere ao processo das “atuais recolonizações das populações tradicionais contemporâneas [...] Ataques e ameaças do capitalismo desenvolvimentista contra as populações tradicionais da contemporaneidade” (SANTOS, 2015, p.22).

Tal realidade pode ser percebida desde projetos de escolarização e alfabetização das populações do campo, de forma descontextualizada de seus modos de vida e insensíveis às suas especificidades culturais e saberes tradicionais, com o saber da escola desqualificando o saber das comunidades; a desvalorização cultural e pejorativa dos povos do campo associada à crescente demanda por mão de obra em centros urbanos promoveu acentuado êxodo rural, esvaziando demograficamente o campo e insuflando áreas urbanas (SANTOS, 2015).

Comunidades rurais esvaziadas, lideranças enfraquecidas, tecnologias oriundas da Segunda Guerra Mundial, novo arranjo sociodemográfico, com a maioria da população nas cidades, constituíram um cenário favorável para o avanço da monocultura mecanizada em nossas áreas rurais. O que pode ser lido como novo processo de colonização. Uma frente tecnologicamente mais

desenvolvida avança e afugenta populações já estabelecidas (SANTOS, 2015).

Em direção oposta a esta, Santos (2015) propõe o conceito de contracolônização: “vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2015, p. 58). Esta tem sido uma luta das comunidades remanescentes quilombolas contemporâneas, que buscam resistir à desvalorização da própria cultura e modos de vida, trabalho, interação com a natureza e socialização.

3 OS QUILOMBOS NA HISTORIOGRAFIA GOIANA

3.1 A mineração do ouro em Goiás

O avanço dos brancos, que levavam consigo os negros (as) escravizados (as), sobre os territórios indígenas do interior do Brasil remonta a registros dos séculos XVI e XVII. Foi realizado na forma de incursões que tinham como objetivos estudar e conhecer o território, prender e escravizar ameríndios, encontrar minas de ouro e se precaverem de invasões espanholas. Destes se infere que a principal motivação sempre foi a econômica: encontrar e explorar minérios para a exportação (SILVA, 1998).

Ao longo do século XVIII a atividade mineradora, com sua mão de obra escrava, avançou sobre o hoje conhecido território goiano. O principal empreendimento desta época se deu no vale do Rio Vermelho, nas proximidades da Serra Dourada, em que se funda, entre 1722 e 1725, o arraial de Santana, que depois se torna Vila Boa e posteriormente Cidade de Goiás. Esta lógica de formação de arraiais às margens de córregos e rios, em decorrência da mineração, se estendeu por toda a região do território goiano, em que se encontrasse ouro (SILVA, 1998).

As condições de trabalho a que eram submetidos os escravizados negros mineradores eram extenuantes e desumanizantes, o que lhes conferiam apenas 7 anos de vida útil em média, conforme relata Palacin (1994):

“... com os pés metidos na água fria, durante horas e horas, dobrados sobre a cintura enquanto o sol caía implacável sobre suas costas, os escravos sustentam-se no trabalho a poder de largos goles de cachaça. Daí se seguiam as gripes, pneumonia, pleurites, desvios de espinha e outras enfermidades próprias do garimpo. Quando o trabalho era nos túneis abertos na montanha, além dos desmoronamentos, tão frequentes em obras feitas às pressas sem nenhum cálculo técnico, que endividavam os mineiros pela mortandade dos escravos, a falta de ventilação acelerava o processo de envenenamento e a petrificação dos pulmões em virtude da silicose [...] A essas acrescentam-se as doenças tão espelhadas pelo Brasil de então, como a disenteria bacilar - “mal de bicho” -, os vermes intestinais e as doenças venéreas. E em regiões pantanosas, como muitas de Goiás, a malária que provocava verdadeiras hecatombes, como a do rio Maranhão em 1732, onde, no dizer de Silva e Souza, houve dias de cinquenta mortes entre os que trabalhavam na construção de um dique para desviar o rio” (PALACIN, 1994, p. 57)



No entanto, é equivocada a ideia de que estes escravizados se tornavam totalmente submissos e obedientes à autoridade de seus senhores. Durante todo o período do escravismo colonial é possível identificar estratégias de resistência e revoltas, sendo a fuga, individual ou coletiva, e a formação de quilombos, suas principais formas (SILVA, 1998).

3.2 A resistência quilombola em Goiás

Santos (2015) aborda que estas comunidades, compostas majoritariamente por negras e negros escravizados que fugiam das práticas de exploração e desumanização, foram denominadas pelos colonizadores como Mucambos, Quilombos, Retiros, entre outros. Ressalta que eram consideradas como organizações criminosas pela legislação vigente. No entanto, sua atuação no enfrentamento aos colonizadores obteve elevado valor histórico, cujo esforços repercutem até os dias de hoje.

Tais organizações permaneceram sendo consideradas como criminosas por um longo período em nossa história, que compreende do início da colonização do Brasil até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. A referida Lei aboliu a escravidão no Brasil. Dessa forma, os usos dos termos Mucambos, Quilombos e Retiros, tornaram-se obsoletos, ante a queda das leis que os criminalizavam (SANTOS, 2015).

No entanto,

“a criminalização e a violência contra essas comunidades permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios, isto é, as suas formas de resistência e de auto-organização comunitária contra colonial” (SANTOS, 2015, p. 49).

Muitas práticas culturais foram criminalizadas, como a capoeira. A constituição de 1891 também retirava direitos políticos de quem era analfabeto, que em sua maioria eram os negros e índios. Na prática, foram criadas dificuldades para a preservação das culturas, símbolos e modo de vida contra colonizadores. O governo republicano exerceu pressão sobre estes grupos, o que foi decisivo para que o período se tornasse marcado por inúmeras rebeliões e revoltas (SANTOS, 2015)

Em Goiás, diversos fatores podem ter contribuído com a expressiva presença de quilombos, entre eles: o ecossistema dos cerrados propiciava esconderijos naturais, condição que aliada a um número reduzido de feitores armados nas lavras mais distantes, fomentou diversas fugas e a formação de quilombos em áreas vizinhas aos arraiais; a presença de acentuado tráfico de escravos; povoamento inicial realizado de forma apressada; o papel fundamental do negro na mineração do ouro; e isolamento geográfico, em decorrência das grandes distâncias, em relação a outras capitânicas e províncias (SILVA, 1998).

Para sua subsistência, os quilombolas empregavam os mais diversos recursos, como o extrativismo, a caça, a pesca, o garimpo, agricultura, e

saques e assaltos. Produziam para consumo próprio e para trocas. Organizavam revoltas, atacavam viajantes e fazendas das proximidades, em busca de gêneros alimentícios, animais, roças e utensílios úteis ao quilombo (SILVA, 1998).

O quadro a seguir, apresenta os principais quilombos de Goiás, em âmbito demográfico, consciência social e organização política, até o ano de 1888, segundo o trabalho de Silva (1998).

Quilombos em Goiás até 1888

	Nome	Local
1	Quilombo do Ambrósio também chamado de Quilombo Grande ou Tengo-Tengo	Triângulo Mineiro
2	Quilombo do Arraial de Três Barras	Próximos a Vila Boa
3	Quilombo do Morro de São Gonçalo	Próximos a Vila Boa
4	Quilombos de Tesouras	Próximos a Vila Boa
5	Quilombos do Vale do Paranã	Cavalcante, Terezinha e Monte Alegre de Goiás
6	Quilombo do Arraial de Jaraguá	Atual Jaraguá
7	Quilombo do Planalto Central	Atual território de Brasília
8	Quilombo de Pilar	Atual Pilar de Goiás
9	Quilombo do Muquém	Atual Muquém, distrito do município de Niquelândia
10	Quilombo do Papuão	Região de Muquém e Pilar de Goiás
11	Quilombo do Acaba Vida	São José do Tocantins, atual Niquelândia
12	Quilombos de Corumbá de Goiás	Atual Corumbá de Goiás
13	Quilombo do Mesquita	Atual Luziânia
14	Quilombo de Meia Ponte	Atual Pirenópolis
15	Quilombo de Santa Rita do Araguaia	Atual Santa Rita do Araguaia
16	Remanescente de Quilombo do Cedro	Atual município de Mineiros.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no trabalho de SILVA, 1998.

A quantidade e a localização dos quilombos relacionados no quadro, ressaltando que se trata apenas dos principais, indicam a grande dimensão da organização para a resistência negra contra a exploração e violências sofridas nos garimpos.

Já em meados do século XVIII, a presença dos inúmeros quilombos era motivo de preocupação para a realeza, uma vez que questionavam e se confrontavam a ordem colonial estabelecida. Documentos e correspondências da época evidenciam o temor de que a região da província de Goiás se tornasse totalmente inóspita e hostil à presença dos colonizadores brancos, através da crescente solidariedade entre quilombolas e indígenas. Existem relatos sobre a boa relação entre escravos fugidos que foram acolhidos em aldeias Xavantes. Embora os quilombolas também fossem estrangeiros em terras indígenas, ambas as populações tinham o branco como um poderoso inimigo em comum, que sistematicamente lhes impunham o lugar da subserviência, embranquecimento ou extermínio.

A Coroa passa a mobilizar caçadas aos quilombolas, por meio de milícias chefiadas pelos capitães do mato, visando seu extermínio. Palacin (1994) relata que em 1751, em uma dessas caçadas, o capitão Bartolomeu Bueno do Prado e seus homens atacaram um extenso acampamento quilombola, exibindo como prova do trabalho bem-sucedido, cerca de 3.900 pares de orelhas de quilombolas mortos. No entanto, apesar desta e de outras investidas semelhantes, os quilombos jamais deixaram de existir em Goiás.

Além da fuga para os quilombos, a compra da própria alforria também era uma forma dos negros e negras conseguirem a liberdade. Palacin (1994) registra que, em 1741, o número de alforriados e mulatos em Goiás eram apenas 120 pessoas. Número que tem um aumento expressivo para 23.577 em 1804. Outro registro importante trazido pelo historiador referente ao recenseamento de 1804 aponta que a população de Goiás contava com 50 mil pessoas. Destas, pretos e partos representavam 85,9%, enquanto brancos eram apenas 14%. Portanto, pretos e pardos, entre livres e escravizados, somavam a grande maioria.

A CVN/SBB (2017) destaca que no início do século XIX, apesar dos negros e negras, livres e libertos ou libertas, se fazerem presentes em áreas urbanas, trabalhando com as mais diversas formas de prestação de serviços, era no campo, nas áreas rurais, que a maior parte desta população conseguia manter sua subsistência. Trabalhadoras e trabalhadores, negras e negros, se infiltraram em terras goianas, desenvolvendo cultivos para o próprio consumo. Sendo absorvidos também por grandes fazendas de gado, através de acordo com os fazendeiros, em que cultivavam a terra e dividiam a produção ao meio com o proprietário. Neste regime de trabalho eram chamados de meeiros.

8



3.3 A Lei de Terras de 1850

A Lei de Terras de 1850 foi um novo obstáculo à inclusão social dos negros e negras, uma vez que estes ficaram impedidos de tomarem posse sobre as terras que cultivaram. Dessa forma, passam a ser considerados como posseiros ilegais, meeiros e, principalmente, sem-terra. O relatório da CVN/SBB (2017) assim sintetiza o cenário da sociedade goiana até a década de 1950:

Até meados da década de 1950, o poder concentrado nas mãos de algumas famílias de grandes proprietários de terra vem reforçar o perfil conservador e retrógrado da região. A grande maioria da população, pobre e negra, não teve acesso à educação. Os índices de analfabetismo mantiveram-se altos. Os latifúndios mantinham-se largamente improdutivos ou, no máximo, pode-se falar em baixíssima produtividade. Grandes regiões, sobretudo no norte do estado, continuavam desabitadas. E a despeito disso, hordas de populações sem-terra grassavam, marginalizadas, pela periferia das cidades e das grandes fazendas (CVN/SBB, 2017, p. 51).

3.4 Origem do Quilombo Boa Nova



⁹Em recente trabalho junto ao Quilombo Boa Nova, Silva (2019) ouviu relatos de quilombolas acerca da época em que chegaram os primeiros habitantes. Uma de suas fontes relata que à época em que sua família migrou para a região de Professor Jamil, por ter sido expulsa da

⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>

⁹ Representação do Quilombo Boa Nova em seus primeiros anos; Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

fazenda em que trabalhavam em Goiás Velho, presenciaram a roçagem do pasto para a construção de Goiânia. Ao chegarem ao povoado, se instalaram em ranchos aos arredores do Centro Espírita. O espaço foi se configurando com os quilombolas negros povoando uma parte geograficamente mais baixa e, os brancos, entre trabalhadores e fazendeiros, a parte alta, em que construíram a igreja católica. Os relatos dos quilombolas entrevistados por Silva (2019) convergem ao descreverem as condições sob as quais viviam os pioneiros do Quilombo Boa Nova. Afirmam que a maioria chegava a esta região a convite de fazendeiros, que prometiam trabalho, comida, moradia e um pedaço de terra, que poderiam cultivar para seu próprio sustento. No entanto, em muitos casos estas promessas não eram honradas e os trabalhadores eram expulsos das propriedades ao terminarem o trabalho. Encontravam então, na pequena comunidade de remanescentes quilombolas, um local para construir suas moradias. Prestavam serviço para os fazendeiros dos arredores em troca de comida, como carne e banha de porco. Um litro desta última custava o equivalente a uma diária.

O texto da CVN/SBB (2017) destaca relatos sobre a origem do Quilombo Boa Nova, narrados por alguns de seus pioneiros. Apresentamos, a seguir, três destas histórias. No entanto, outras, igualmente importantes e relevantes, podem ser consultadas e apreciadas no texto original a que fazemos referência.

História 1: A família de José Maximiano da Silva, veio da cidade de São João Del Rei, do estado de Minas Gerais, a mais ou menos 70 anos atrás, quando José tinha apenas 12 anos de idade. Ele veio após presenciar a morte dos pais em Minas Gerais por um capitão do mato, revoltado saiu pelo mundo andando a pés, encontrou um grupo pelo caminho tocando bois e acompanhou esse grupo, vindo se instalar em Professor Jamil que era distrito de Piracanjuba, antigo Pouso Alto. Trabalhava na zona rural para sobrevivência em troca de comida. Casou-se em Professor Jamil e formou família (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 124).

História 2: Família de João Heleno Caetano: Os avós de João Heleno Caetano trabalhavam em fazenda praticamente em regime de escravidão. João Heleno conhecido como Cavaco, morava em Minas Gerais, veio para Professor Jamil depois dos seus irmãos João Firmino e Antônio. Marta Caetano filha de João Heleno conta que ele adoeceu e foram para Palmelo primeiramente procurar recurso espiritual, lá descobriram que em Professor Jamil tinha um médium chamado Sr. Alírio, de lá vieram e se instalaram em Professor Jamil, onde moram a mais ou menos 50 anos. Moravam em uma fazenda, no início viviam em casa de pau a pique, depois as casas foram construídas de adobe e capim. Dos 13 filhos 12 nasceram em casa, somente 1 nasceu no hospital. Eram da religião espírita. Sofreram muita discriminação por conta da cor da pele. Eles

lavavam roupa no córrego, buscavam lenha na cabeça, tiravam água na cisterna. Os vizinhos eram todos unidos, uns ajudando os outros. Não tinham energia elétrica, a iluminação era com lamparina (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 125).

História 3: Dona Flora Pereira da Silva Brito é esposa de José Ludoíno de Brito. Dona Flora é benzedeira e conta que seu pai Paulo Pereira da Silva veio da Bahia aos 14 anos com um grupo de amigos e se instalou em Goiás, moraram em Santa Cruz. Após se casarem moraram em Piracanjuba e de lá vieram pra Campo Limpo, hoje Professor Jamil, onde vivem há mais de 40 anos, refere que o pai trabalhava nas fazendas da redondeza. Os mais de 10 filhos nasceram nestas cidades, sendo a maioria em Professor Jamil, todos nasceram em casa, com exceção da caçula que nasceu em hospital. Refere que o marido que fazia os partos, Dona Flora é benzedeira na região (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 125).

Nestes relatos podemos perceber que os quilombolas pioneiros da Quilombo Boa Nova migraram para a região oriundos principalmente de Minas Gerais, Bahia e outras cidades de Goiás. É marcante nestas trajetórias o esforço de fuga de situações de maus tratos, violências, exploração e segregação. Morar em comunidade, por mais precárias que fossem as condições de moradia e trabalho, se apresentava como um refúgio, em que a solidariedade entre o grupo mantinha acesa as chamas da liberdade, esperança, coragem e resistência.

Atualmente o quilombo conta com um total de 140 habitantes, sendo 80 adultos, 40 jovens e 20 crianças (CVN/SBB, 2017). Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Saúde de Professor Jamil, 590 pessoas, acima de 18 anos, se autodeclararam remanescentes quilombolas, por ocasião da vacinação contra a Covid 19, ocorrida em 27 de março de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto procurou se aproximar dos movimentos históricos e sociais que propiciaram a formação de dois povoados, vizinhos no Sul goiano, Professor Jamil e Boa Nova. Apesar de compartilharem uma mesma época e um mesmo espaço geográfico, apresentaram características marcantes que os diferenciaram.

O local para a implantação de Professor Jamil foi planejado e executado através da liderança de três intelectuais de origem sírio libanesa, os irmãos Jamil, Taufik e Jorge Sáfady, que adquiriram fazendas na região e implementaram o projeto na parte mais alta do terreno. Jamil, o irmão mais velho, faleceu precocemente antes de sua conclusão, por isso os irmãos o homenagearam, dando seu nome ao povoado. Apoiados por outros fazendeiros, construíram uma imponente igreja católica e se empenharam em conquistar demais itens básicos de infraestrutura. Em geral, os habitantes de Professor Jamil possuíam melhores condições econômicas e sociais, quando comparados aos habitantes da Boa Nova. Eram em sua maioria brancos e católicos.

O povoado da Boa Nova, hoje um bairro de Professor Jamil, foi se constituindo a partir de um movimento próprio, na parte mais baixa do terreno. Os migrantes chegavam ao local em busca de tratamento espiritual e de saúde no Centro Espírita. Fixavam-se ao seu redor, construindo casas com paredes de madeira e barro, e cobertura de palha. Essas moradias eram chamadas de ranchos. Trabalhavam em fazendas da região. Era prática comum serem remunerados com itens de alimentação. Eram em sua maioria negras, negros e espíritas.

A relação entre os dois povoados era conflituosa. Os moradores de um não eram bem aceitos em outro. Por muito tempo houve um racismo explícito, em que os moradores do Boa Nova eram pejorativamente chamados de os "pretos da Boa Nova". Práticas de segregação ocorriam em todas as instâncias sociais, inclusive na escolarização. O que dificultava o acesso a melhores postos de trabalho, como no comércio ou no serviço público.

Em 2016, o Quilombo Boa Nova, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes dos quilombos. Esta foi uma conquista que ocorreu a partir da mobilização dos próprios quilombolas, que hoje trabalham para se apropriarem de seus direitos, história, cultura e força. Outras pesquisas acadêmicas recentes sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova:

A dissertação de mestrado de Willian Vieira da Silva, intitulada **Memória, Identidade e Políticas Públicas na Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova do Município de Prof. Jamil (GO)**, concluída no ano de 2019.

A dissertação de mestrado de Elias Paes de Araújo, intitulada **Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova de Professor Jamil, GO: olhares sobre racismo, educação não formal e empoderamento**, concluída no ano de 2022.

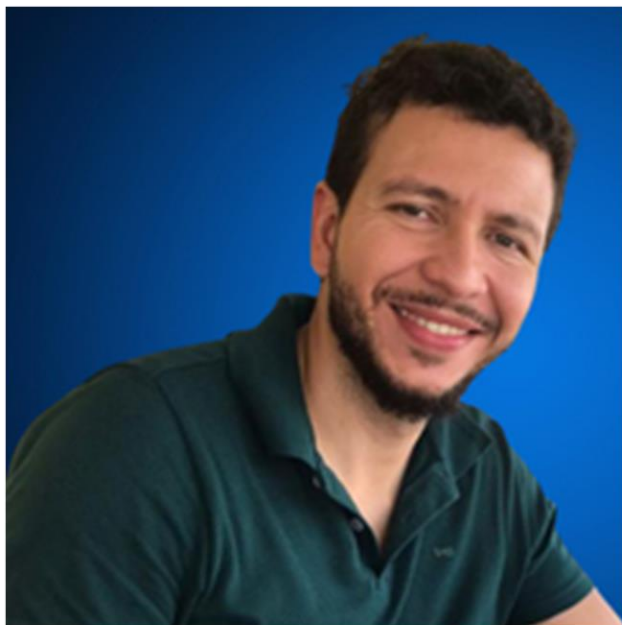
REFERÊNCIAS

- BERTRAN, Paulo. O desbravamento do Brasil Central começou com a construção da cidade Goiânia, iniciativa de Getúlio Vargas. **Revista História Viva Grandes Temas**. O Brasil que Getúlio Sonhou. São Paulo, Ediouro, v. 1, n. 4, ago. 2004
- BRECHT, Bertold. **Perguntas de um operário que lê**. Em Poemas 1913-1956. [seleção e tradução Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.
- COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (CVN/SBB): **A verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e Entorno**. Brasília: Sindicato dos Bancários de Brasília, 2017. (Relatório Final).
- DNER. **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem**. Ministério dos Transportes. Histórico das rodovias federais em Goiás. Goiás. 1984
- EL-MOOR, Patrícia Dario. O reconhecimento da presença árabe no Brasil na busca de uma identidade nacional. Em **Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais**, 11, 2011, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 1-14.
- HERÓDOTO. Histórias. Livro I – Clio. Tradução, Introdução e Notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2015
- PALACIN, Luís. **O Século do Ouro**, 4ª edição, Goiânia, Editora UCG, 1994
- PROFESSOR JAMIL/**Plano Municipal de Educação** (PME, 2015)
- PROFESSOR JAMIL/**Plano Municipal de Saúde** (PMS, 2015)
- SÁFADY, Jorge Salim. Ontem uma ideia, hoje uma realidade: a cidade de Professor Jamil Sáfy. Em: **Simpósio nacional dos professores de história**, 7., 1974, São Paulo. Anais. São Paulo: Revista de História, 1974. 807 – 830.
- SÁFADY, Jorge Salim. **Criação e instalação da Paróquia Nossa Senhora das Graças em Professor Jamil Sáfy**. Goiás, Brasil. Edições Garatuja: 1987.
- SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT de Inclusão, 2015.
- SILVA, Genilder Gonçalves da., MELLO, Marcelo de. A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a marcha para o Oeste. Em. **Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul/dez. 2013
- SILVA, Willian Vieira. **Memória, Identidade e Políticas Públicas na Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova do Município de Prof. Jamil (GO)**. Orientador: Dr. André Luiz Caes. 2019. 114 folhas. Dissertação de mestrado.

Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2019. Disponível em: <http://www.bdtfd.ueg.br/handle/tede/552> Acesso em: 18/02/2022.

SOBRE OS AUTORES

Elias Paes de Araújo



Possui graduação em Filosofia, pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, IFITEG.

É graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC Goiás.

É especialista em Intervenção ABA aplicada ao Transtorno do Espectro do Autismo e Deficiência Intelectual, IPOG.

Cursa mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.

Atua como psicólogo clínico e da saúde na Prefeitura Municipal de Professor Jamil, Goiás.

Marco Antônio de Carvalho



Professor Titular do Instituto Federal Goiano. Possui graduação (1987) e mestrado (1992) em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Conceito CAPES 5). Pós-doutor en el currículu y la formación profesional agrícola en Cataluña del Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales - Facultat de Educació - Universitat Autònoma de Barcelona. Atua no mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em temas relacionados à formação profissional, ensino agrícola, educação e mundo do trabalho e gestão educacional. Docente do Mestrado Profissional em Rede em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.